

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
(UNIRIO)**

JOSE DARIO ADOLFO CÓRDOVA POSADA

**EL SALVADOR APÓS A GUERRA:
esquecimento, memória e trauma social**

Rio de Janeiro
Setembro - 2022

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
(UNIRIO)**

JOSE DARIO ADOLFO CÓRDOVA POSADA

**EL SALVADOR APÓS A GUERRA:
esquecimento, memória e trauma social**

Dissertação de mestrado apresentada à
Universidade Federal do Estado do Rio de
Janeiro como requisito parcial para obtenção do
grau de Mestre no Programa de Pós-graduação
em Memória Social

Linha de pesquisa: Memória, Subjetividade e
Criação.

Orientadora: Jô de Oliveira Gondar

Rio de Janeiro
Setembro - 2022

Catálogo informatizado pelo(a) autor(a)

C855 Cordova Posada, Jose Dario
El Salvador apos a guerra: esquecimento, memoria e
trauma social/ Jose Dario Cordova Posada. -- Rio
de Janeiro, 2022.
98

Orientadora: Jo de Oliveira Gondar.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em Memória Social, 2022.

1. Memória social. 2. Psicanálise . 3. Trauma
Social . 4. Literatura do Pós-guerra. 5. América
central. I. de Oliveira Gondar, Jo, orient. II.
Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
(UNIRIO)**

Aprovado em: 30 / 09 / 2022.

Banca examinadora:

Jô de Oliveira Gondar – UNIRIO. (Orientadora)

Adrianna Cristina Lopes Setemy de Santis - PUC-Rio

Javier Alejandro Lifschitz - UNIRIO.

Sergio Luiz Pereira da Silva (suplente) – UNIRIO.

AGRADECIMENTOS

Este estudo tem um valor histórico e autobiográfico, assim, deixo que meus sentimentos me conduzam para um estado que, escrevendo em português, as emoções foram assimiladas no espanhol.

E escrevendo esta dissertação vejo que não foi um exílio apenas, não é a assimilação de uma segunda língua, talvez, mais do que ser transplantado em outra terra e língua, encontrei o termo que me define: fui enxertado, para que a seiva e a raiz de outra planta propiciasse vida da seiva que buscava viver em mim.

Quero agradecer a convivência que tive com algumas pessoas que são relatadas neste estudo, Ignacio Martín-Baró, Segundo Montes e Ignacio Ellacuria em diferentes momentos. O primeiro, quando entrei para a escola jesuíta e ficava deslumbrado e tímido daquela enorme construção que, aos poucos, foi se fazendo familiar: “minha escola” da qual, naquela época, Segundo Montes, era o reitor. E, num segundo momento, quando iniciei a faculdade de psicologia na universidade jesuíta, onde Martín-Baró e Ellacuria foram meus professores.

Em especial, quero agradecer a Jô Gondar por ter me apresentado os textos de Ferenczi nos seminários do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro e, posteriormente, por ter aceitado orientar esta dissertação.

A gratidão imensa ao Programa de Pós-graduação em Memória Social da UNIRIO e ao Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro.

Minha gratidão a Vanusa Rodrigues da Silva pela paciência na revisão do manuscrito que, no início, se apresentou como um emaranhado de portunhol. É o processo final deste enxerto que começou em 1984, muito obrigado.

E claro, a Roseane, pela poesia em Pessoa, seiva que brota em flor.

Finalmente, agradeço às letras que sempre me acompanham de Silvio Rodrigues e para esta ocasião especial a letra de “La Gaviota” de 1976, na qual descreve um soldado voltando do fim da guerra e se percebendo “intacto del frio mortal de la tierra” e “intacto de flores de horror em su cuarto”. Ao mesmo tempo, olha para o céu azul quando passava uma solitária gaivota e percebe sua valsa de equilíbrio, incrível cadência, brancura de lírio, ar, dançarina, gaivota do assombro. Diante desse momento, talvez de uma percepção de inusitada beleza, a pergunta o invade: “onde te marchas, canção da brisa, tão rápida, tão presa, disparo na temporã e estilhaços no riso, gaivota que passa e se leva a vida? Nesse momento este soldado que se percebia intacto caiu, órfão, nu, ferido, sangrando. Nunca esteve intacto. O corte virou enxerto, que virou flor e palavra.

La huida

*Yo no hablé de los asesinos. Yo hablé de los
cuerpos bajo la interminable noche de noviembre,
hable de los seis hombres tendidos en la grama,
hablé de las mujeres, las dos, tiradas en el piso,
y las sombras alrededor, siluetas
que persisten bajo el graznido de los cuervos...*

*Y volví a hablar para contar la historia
de los seis hombres y las dos pequeñas mujeres
pero no de sus asesinos. Porque no hablé de sus
asesinos
pero ellos si me hablaron, formas de la penumbra
siempre atrás, mientras andaba por la calle
y al dormir, donde los observé acercarse otra vez,
apuntarme a través de una puerta de cristal,
justo cuando mi cabeza cayó y esperé.*

*(Jorge Galán. **Bajo la interminable noche de
noviembre**)¹*

¹ GALÁN, Jorge. **Medianoche del Mundo**. XVI Prêmio Casa de América de Poesia Americana, Madrid: Visor da Poesia, 2016.

RESUMO

Esta pesquisa pretende construir uma articulação entre a psicanálise, a literatura e a memória social a partir da releitura de obras literárias produzidas após a guerra civil em El Salvador. O trabalho é feito a partir de conceitos como trauma social e desmentido e entrecruza a literatura do pós-guerra a uma abordagem da memória social enquanto trabalho ético e político. O propósito é o de ampliar o entendimento do passado, buscando contribuir para a implantação de políticas de memória que possam impedir a repetição da violência e da desigualdade social.

Palavras-chave: Memória social, Psicanálise, Trauma social, Literatura do Pós-guerra.

ABSTRACT

This research intends to build an articulation between psychoanalysis, literature and social memory from the reinterpretation of literary works produced after the civil war in El Salvador. The work is based on concepts such as social trauma and denial and intertwines post-war literature with an approach to social memory as an ethical and political work. The purpose is to broaden the understanding of the past, seeking to contribute to the implementation of memory policies that can prevent the repetition of violence and social inequality.

Keywords: Social memory, Psychoanalysis, Social trauma, Post-war Literature.

LISTA DE ABREVIATURAS

Arena: Aliança Republicana Nacionalista

BPR: Bloco Popular Revolucionário

ERP: Exército Revolucionário do Povo

Fenstras: Federação Nacional Sindical dos Trabalhadores Salvadorenses

FPL: Forças Populares da Libertação

IDHUCA: Instituto de Direitos Humanos da UCA

UCA: Universidade Centro Americana Jose Simeón Cañas

Iudop: Instituto Universitário de Opinião Pública (UCA)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Capítulo 1	14
UM PEQUENO PAÍS, UMA DÉCADA DE GUERRA CIVIL, MAIS DE OITENTA MIL MORTOS	14
1.1 Relatos da ofensiva e genealogia do massacre.....	22
1.2 Mas quem foram as vítimas do massacre da UCA?.....	28
Capítulo 2	35
ENTENDER A VIOLÊNCIA E A GUERRA A PARTIR DE MARTÍN-BARÓ	35
2.1 A psicologia da libertação de Martín-Baró.....	36
2.2 Concepção psicossocial da violência em Martín-Baró.....	37
2.3 O latino indolente.....	44
2.4 Fatalismo.....	44
Capítulo 3	48
Como elaborar o trauma a partir da literatura, da memória social e da psicanálise?	48
3.1 O pós-guerra desde a literatura. A interpretação nas margens.....	58
3.2 <i>El Asco</i> . Thomas Bernahard em San Salvador.....	62
Horacio Castellanos Moya.....	62
3.3 <i>Noviembre</i> . La novela de Jorge Galán sobre la massacre de los jesuitas que conmocionó al mundo.....	67
Capítulo 4	75
DESMENTIDO: DA CLÍNICA PARA UMA LEITURA SOCIAL DO TRAUMA	75
4.1 Memórias perdidas no tempo?.....	79
4.2 <i>El Mozote: um exemplo da memória social</i>	83
E PARA NÃO CONCLUIR OU ... DESPEDIR A REVOLUÇÃO OU A ARTE DE FICCIONAR?	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa pretende refletir sobre as consequências subjetivas da guerra civil de El Salvador, enfatizando o “massacre dos jesuítas” e a vida da população no pós-guerra através de duas obras semifictícias - *Noviembre* de Jorge Galán e *Asco* de Horácio Castellanos Moya. Esta reflexão terá como base teórica a articulação entre as noções psicanalíticas de trauma e desmentido, o conceito de estética do cinismo de Beatriz Cortez na literatura do pós-guerra, o conceito de “memórias subterrâneas” de Pollak, e a noção de guinada subjetiva de Beatriz Sarlo. São conceitos que pertencem a diferentes campos de saber, configurando o trabalho como uma investigação transdisciplinar que articula a memória social, a psicanálise e a literatura do pós-guerra, a fim de compreender o impacto subjetivo que os doze anos de conflito armado (1980-1992) produziu nos salvadorenhos. Busca entender como o massacre dos jesuítas, promovido pelas forças armadas e ocorrido em 16 de novembro de 1989, foi um acontecimento determinante para a memória social de El Salvador, para a assinatura dos acordos de paz e o fim da guerra civil.

Para desenvolver esta pesquisa, revisaremos o conceito de trauma em Freud e o percurso que o levou a pensar o trauma como elemento fundamental de uma nova etiologia para as neuroses de guerra que se disseminaram a partir do fim da primeira guerra mundial. Para Freud, esses traumas são específicos de uma dada situação e ao mesmo tempo reveladores, em cada indivíduo, de uma história que lhe é peculiar. Freud define o trauma como uma vivência “que, em curto período de tempo, aporta à mente um acréscimo de estímulo excessivamente poderoso para ser manejado ou elaborado de maneira normal, e isso só pode resultar em perturbações permanentes da forma em que essa energia opera” (FREUD, 1917, p. 325). Esta concepção do trauma como excesso que o psiquismo não consegue metabolizar foi depois ampliada a partir dos estudos de Sándor Ferenczi, psicanalista húngaro que fez das vivências traumáticas o centro de sua teoria. Para Ferenczi, o excesso energético, ou mesmo a violência, não seriam suficientes para explicar o trauma. Seria preciso que a esta violência fosse acrescida uma outra experiência: a do desmentido, que consiste em desautorizar a percepção, os afetos e a própria subjetividade de quem viveu uma violência, produzindo no psiquismo uma cisão e uma confusão sobre a experiência vivida (FERENCZI, 1931).

Esta noção de trauma será utilizada para percorrer o campo de pesquisa delimitado como literatura da pós-guerra de El Salvador. É em diálogo com esta literatura que pretendo trazer os conceitos de trauma e todos os seus desdobramentos teóricos a partir de Freud e Ferenczi. Mais especificamente, pretendo usar a teoria psicanalítica para fazer uma leitura das obras literárias

de dois autores significativos da época de pós-guerra, Horacio Castellanos Moya e Jorge Galán, naquilo que eles apresentam como material de testemunho de uma época. Esse diálogo terá como pano de fundo uma discussão sobre a memória em diversos registros: enquanto construção social, enquanto impossibilidade de elaboração em decorrência de um trauma e enquanto meio de dominação ou resistência política. É uma leitura psicanalítica da literatura com um produto da nossa cultura, como discurso político que provoca o reconhecimento histórico de fatos dolorosos para uma sociedade.

Experimentei na própria pele o impacto do conflito armado sobre a subjetividade dos salvadorenhos. Em 1980, quando começou a guerra, eu tinha iniciado o curso de psicologia na Universidade Centroamericana Jose Simeon Cañas (UCA). Não havia um conhecimento prévio que nos preparasse para responder aos problemas que se apresentavam, a crença geral era a de que o conflito bélico seria uma questão de poucos dias. Por outro lado, o interesse em buscar soluções para o conflito armado, desde a academia, era encarado como “subversivo” pelo regime político vigente.

Nos primeiros tempos da guerra, vários profissionais da psicologia foram assassinados pelas mãos dos “esquadrões da morte”, ou tiveram que abandonar o país para se salvar. Tinham sido perseguidos por tentar ajudar a aliviar o sofrimento de vítimas da repressão política.

A formação como psicólogos que recebíamos, na década de 1980, não nos preparava para trabalhar com as sequelas da guerra. O intercâmbio com intelectuais de outros países era difícil porque já existia repressão política antes da guerra e El Salvador não era um país seguro para intelectuais defensores dos Direitos Humanos. O trabalho da saúde mental em conflitos armados teve que começar quase do zero naquela época, sem modelos nem orientações claras.

Entre as poucas referências teóricas que foram inspiradoras, na época, a obra de Frantz Fanon² foi fundamental, assim como a publicação do Coletivo Latinoamericano de Trabajo Social (COLAT), um grupo de psicólogos latino-americanos, principalmente, chilenos e argentinos, exilados na Europa que buscaram enfrentar de forma coletiva a repressão política que existia nos seus países.

Quando a guerra se consolidou, buscamos literatura sobre a segunda guerra mundial, assim como trabalhos psicossociais sobre a guerra da Coreia (Vietnam), e sobre o conflito entre Israel e Palestina. Esses cenários de guerra mostravam semelhanças no que diz respeito ao impacto do desenraizamento entre grupos deslocados em El Salvador e campos de refugiados

²FANON, F. **Os condenados da terra**. Lisboa: Letra Livre, 2021

palestinos. A guerra distanciou de maneira violenta um número enorme de salvadorenses da sua origem (Martín-Baró, 1990).

A ideia para chegar a esta dissertação começou, em julho de 1989, quando estava em Buenos Aires e participava do XXII Congresso Interamericano de Psicologia, onde encontrei meu antigo professor de psicologia social, Ignacio Martín-Baró. Conversamos sobre o momento de guerra civil que vivia nosso país e os esforços para negociar uma saída política do conflito. Martín-Baró era um intelectual importante, juntamente com outros jesuítas professores da Universidade Centroamericana Jose Simeon Cañas (UCA). No congresso em Buenos Aires, ele apresentou reflexões sobre o trauma social da guerra e as narrativas construídas pelo partido de extrema direita Alianza Republicana Nacionalista de El Salvador - ARENA³ para justificar as ações do exército contra a guerrilha. Para ele, existia a possibilidade de iniciar uma negociação para a paz, pois a saída militar estava se tornando inviável, embora muitos setores não quisessem o fim da guerra devido a interesses econômicos. Nosso encontro se deu quatro meses antes do seu assassinato junto com seus colegas da UCA.

Em 1994, após onze anos morando no Brasil e dois anos depois da assinatura dos acordos de paz em 1992, iniciei uma viagem de retorno a El Salvador, retorno no qual se confrontavam lembranças e expectativas. Neste retorno, me tornei professor do curso de psicologia e supervisor do estágio clínico na UCA. Durante o período que trabalhei por lá, gostava de fazer longos passeios pela faculdade. Seus jardins são muito convidativos e sentia que era um grande privilégio ter voltado para lecionar onde Martín-Baró tinha sido professor. Próximo ao SPA (Serviço de Psicologia Aplicada) estava o centro de Teologia, que antes tinha sido a área de residência dos padres jesuítas que trabalhavam como professores da faculdade. Meus passeios sempre terminavam neste local, onde atualmente existe, além do curso de teologia, um museu dedicado aos mártires da UCA. Nele estão expostos documentos, fotos, roupas do dia do massacre e objetos pessoais. No fundo do edifício, existe o Jardim das Rosas, que foi o local onde o exército assassinou os jesuítas quando estavam deitados de bruços, atirando contra a cabeça de cada um deles. Isso aconteceu no dia 16 de novembro de 1989, e este massacre é um ponto fundamental nesta dissertação. É em torno dele que pretendemos compreender o pós-guerra a partir da literatura.

O que vamos encontrar nesta dissertação é uma reflexão importante sobre aspectos pouco explorados sobre o período da guerra e do pós-guerra em El Salvador.

³ ARENA é um partido político conservador e de direita de El Salvador, foi fundado em 30 de setembro de 1981.

No primeiro capítulo, vamos entender a genealogia que levou à guerra civil o menor país de América Latina que durou doze anos e teve mais de oitenta mil vítimas, porque uma nação conservadora e católica chegou a esse clima de violência convivendo e tolerando assassinato e massacres e pessoas inocentes. Será um preâmbulo para chegar ao que ao fato que é o foco deste trabalho que foi o massacre de seis jesuítas, uma colaboradora deles e a filha desta que só tinha 15 anos, isto aconteceu dentro do campus da Universidade Centroamericana José Simeon Cañas, no meio do que foi chamada ofensiva final da guerrilha com o objetivo de tomar a capital San Salvador pelas armas em novembro de 1989. Este fato criou tal comoção internacional que foi decisiva para que a guerra encontrasse uma solução política.

No segundo capítulo, os escritos de um dos jesuítas assassinados pelo exército, Ignacio Martín-Baró, vão apresentar os mecanismos da violência e a guerra para entender o trauma psicossocial da guerra e a produção de subjetividade do povo salvadorenho.

Já no capítulo terceiro, entramos para analisar duas obras literárias de escritores salvadorenho *Asco. Thomas Bernhard em San Salvador* de Horacio Castellanos Moya e *Noviembre* de Jorge Galán. Estas produções literárias serão nosso campo de estudo para entender os conceitos de trauma psicossocial de Martín-Baró, trauma desmentido a partir da psicanálise, apontando a importância de entender estes conceitos além da clínica psicanalítica. No âmbito da produção subjetiva, a cultura e as políticas de memória já dentro das conclusões deste trabalho.

CAPÍTULO 1.

UM PEQUENO PAÍS, UMA DÉCADA DE GUERRA CIVIL, MAIS DE OITENTA MIL MORTOS

[...]¿Qué significa tanta violencia? ¿Cómo se ha podido llegar hasta allí? ¿Como es posible que personas hasta ayer pacíficas, religiosas y razonables, se hallen hoy envueltas en esa danza macabra de sangre? ¿Cómo explicar que asociaciones respetables, que incluso apelan a valores cristianos y democráticos, respalden el aniquilamiento masivo de grupos humanos, y hasta reclamen un baño de sangre todavía más amplio y generalizado?

*(Ignacio Martín-Baró, **Psicología Social desde Centroamérica**, 1983)*

Para entender as revoluções do século é preciso situá-las no contexto dos movimentos revolucionários a partir da segunda metade do século XVIII, que resultou no fim do Sistema Colonial. Revoluções posteriores com marcadas diferenças buscaram projetos de democracia que se perderam nas contradições do que foi a Revolução Francesa em 1789. O século XX foi marcado por duas grandes guerras mundiais com grande sofrimento para a humanidade, mas, também, foi um o século de revoluções socialistas inspiradas nas lutas da revolução francesa para destruição desse sistema colonial.

Para Hobsbawm houve uma grande transformação no mundo ocidental entre 1789 e 1848 que aconteceu pelo que ele chama de “dupla revolução”: a Revolução Francesa de 1789 e a Revolução Industrial (inglesa) contemporânea (Hobsbawm, 2015).

A revolução francesa deixou uma herança para as sociedades contemporâneas, pois foi uma revolução política que defendia os direitos humanos, a limitação do poder dos reis, divisão dos poderes em legislativo, executivo e judiciário, estado laico. Enfim, liberdade, igualdade e fraternidade.

Por outro lado, a revolução industrial, em que a Inglaterra foi protagonista, foi uma revolução tecnológica e econômica na qual a comunicação e avanço nos transportes encurtaram as distâncias. Houve aumento na produção de alimentos por conta da tecnologia e houve desenvolvimento de vacinas que reduziram a mortalidade da população mundial, todas essas são marcas muito presentes até hoje, assim, é impossível compreender o mundo atualmente sem entender esta “dupla revolução” que aponta Hobsbawm.

O triunfo desta revolução não foi apenas da indústria, mas de uma indústria capitalista, assim, não foi da liberdade e igualdade em geral.

A Assembleia Nacional da França produz a Declaração dos Direitos Humanos, este documento afirmava a igualdade entre as pessoas perante a lei e definia como seus direitos inalienáveis a liberdade, a propriedade, a segurança, sendo a preservação desses direitos o objetivo de toda associação política. Afirmava, ainda, a soberania e a supremacia da lei. Garantia a liberdade de expressão, de ideias e de religião, ficando o indivíduo responsável pelos abusos dessa liberdade (Sue – Montgomery & Wade, 2006).

Como consequência, na Europa e na América, surgem derrocadas de regimes monárquicos e implantando sistemas liberal-democráticos, forjando nacionalidades e contribuindo para a emancipação dos escravos e a independência das colônias latino-americanas.

Porém, como aponta Sue – Montgomery & Wade:

[...] esse desenvolvimento da indústria e do comércio, do transporte, da tecnologia, o processo de urbanização, a formação de uma nova classe social – proletariado – e a expansão imperialista dos países europeus na África e na Ásia geravam deslocamentos, conflitos sociais e guerras em várias partes do mundo. (2006).

Grupos excluídos se defrontavam com novas oligarquias que não atendiam às suas necessidades e não respondiam aos seus anseios, a luta continuava, atrás desta promessa democrática, a acumulação de bens e poder em alguns demonstrava que essa promessa estava muito distante ou se tornara fictícia.

Assim, igualdade sem liberdade transformava-se em mito no qual os governos representativos não representavam a maioria, a Declaração do Direitos Humanos revelou seu caráter ilusório e surgem as ideias socialistas, sindicalistas, comunistas como crítica ao mundo criado pelo capitalismo e pela liberal-democracia. Esta crítica já se manifestava contemporaneamente à Revolução Francesa, mas, no século XX, passamos de um processo revolucionário liberal para um processo revolucionário sob inspiração socialista e comunista.

Assim, o que serve de modelo no século XX é a revolução Chinesa em 1949, e a Cubana. Foi um caminho que abriu a União Soviética e provocou debates internos para trazer à tona novamente a luta pelos Direitos Humanos (SUE – MONTGOMERY & WADE, 2006).

É nesta configuração social que podemos entender a Guerra Civil em El Salvador, que se constituiu como um conflito armado entre o governo ditatorial e a guerrilha de esquerda, organizada em torno da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN). A guerra começou oficialmente em 1980, pois foi neste ano que o Exército lançou o primeiro operativo contra insurgente, mas entendemos que o conflito vinha se configurando desde várias décadas atrás.

O episódio que ficou conhecido como o “massacre dos jesuítas” foi a reação brutal e arbitrária das forças armadas a um fato que havia ocorrido um pouco antes: no dia 11 de novembro de 1989, o exército de libertação invadiu a capital no que se chamou a “ofensiva final” e tomou de surpresa as forças armadas do governo. Os enfrentamentos foram intensos, com muitas baixas nos dois exércitos e entre a população civil. Uma das estratégias das forças governamentais foi, em meio ao caos provocado pela surpresa, entrar na Universidade Centro-Americana na madrugada do dia 16 de novembro e assassinar seis jesuítas, a empregada da casa e sua filha.

O próprio Martín-Baró aponta no seu livro *Psicologia Social da Guerra* (1990) que a situação de El Salvador era insustentável e que uma guerra civil era esperada, pois as condições de miséria da população eram ofensivas para a dignidade humana. Historicamente, se impunha uma aliança entre a oligarquia tradicional e uma força armada corrupta que bloqueava qualquer tentativa de mudança, inclusive, através do voto. Muito antes da guerra eclodir, já se respondia com repressão (prisão, tortura e desaparecimento) a qualquer demanda de satisfação das necessidades básicas da população.

Dois grandes problemas eram identificados desde os primeiros tempos da guerra. O primeiro era o das vítimas. Havia vítimas diretas da guerra: jovens feridos, viúvas e órfãos, famílias separadas e/ou traumatizadas. Existiam, também, as vítimas de outra guerra que se identificava como “guerra suja”, a repressão: pessoas perseguidas ou torturadas, familiares de presos, “desaparecidos” e assassinados. O outro problema era o dos deslocados por conta da violência da repressão e da guerra. Eram milhares de famílias expulsas pelos massacres coletivos, os bombardeios como limpeza estratégica, operações militares e o fogo cruzado dos enfrentamentos.

A realidade impunha a pergunta de como poderíamos dimensionar este problema social de grandes massas de famílias famintas que se deslocavam para a cidade?

A necessidade de fazer uma leitura da sociedade impactada pela guerra estava presente no dia a dia das aulas de psicologia. Existia um intercâmbio e colaboração com algumas universidades para poder divulgar o que estava acontecendo no país, e os escritos de Ignacio Martín-Baró orientavam pesquisas que pretendiam investigar o que o povo salvadorenho pensava sobre a guerra. Também existia a preocupação, por parte de universidades parceiras nos Estados Unidos, em pesquisar se o cidadão norte-americano médio sabia o que estava acontecendo na América Central. Alguns estudos apontavam, a partir de pesquisas de opinião que, para os norte-americanos, a América Central estava associada à imagem de uma selva onde existiam inúmeras espécies de animais selvagens e grupos indígenas pouco desenvolvidos. Esta imagem não condizia com as ações da política externa do presidente Reagan na época. O forte investimento do governo norte-americano, como ajuda financeira e ajuda militar, indicava que esta região era importante para os seus interesses, o que fazia com que o governo dos Estados Unidos fosse responsável pela tragédia que se vivia em El Salvador.

Os grupos insurgentes que se consolidaram nas Forças Populares de Libertação Nacional Farabundo Martí falavam de uma “guerra popular prolongada”, mas ninguém tinha certeza como seria este processo. Estes grupos especulavam sobre meses de luta armada e setores do exército afirmavam que se tratava apenas de grupos de rebeldes em “desbandada” e sem apoio da população. Assessores do governo dos Estados Unidos previam que o exército de libertação seria liquidado em dois anos e o próprio presidente Ronald Reagan, que governou de 1981 a 1989, declarava seu empenho por acabar com o regime sandinista da Nicarágua e evitar um governo comunista em El Salvador.

A guerra durou doze anos e a cada ano ela foi aumentando em extensão e profundidade, pois o que, ao início, se limitava a poucas zonas críticas, nos últimos anos tinha se estendido a todo o território nacional.

Para um país pequeno (21 mil km² aprox.) e, na época, com uma população em torno de 6 milhões de habitantes, era difícil que a grande maioria da população não tivesse sido impactada direta ou indiretamente. A situação econômica chegou a mais 40% da população economicamente ativa desempregada, sem contar o trabalho informal. Nesse sentido, “viver na guerra” foi se tornando natural para muitos salvadorenhos, principalmente, os mais jovens. Mas essa “naturalização” teve, entre suas consequências, um impacto enorme na saúde mental da população. Esta sociedade viveu quase duas décadas nessa “anormal normalidade” de relações desumanizantes, identificando o outro como inimigo.

No século XX, a presença do governo norte-americano favorecendo regimes antidemocráticos e genocidas tornou-se evidente com o regime de Somoza na Nicarágua, com Stroessner no Paraguai, com Pinochet no Chile e ainda com militares argentinos e uruguaios. O que estava em jogo, no caso de El Salvador, era o perigo da perda de uma hegemonia absoluta e de caráter colonial por parte do governo norte-americano. Para que ele mantivesse esta posição, eram produzidas narrativas sobre ações que supostamente protegeriam os cidadãos salvadorenos. Contudo, nessas narrativas ficavam ocultas graves violações aos direitos humanos. Eram fabricadas falsas verdades sobre a realidade do conflito armado, principalmente no que diz respeito às vítimas das ações do regime, pois era impossível determinar a responsabilidade sobre os desaparecidos e/ou torturados. Ainda que o exército insurgente também tenha recebido ajuda por parte da União Soviética e Cuba, através da Nicarágua, estávamos diante de um confronto desigual. Essa desigualdade é descrita por Martín-Baró nos seus textos sobre violência, no qual destaca a desvantagem militar da Frente de Liberación diante do exército norte-americano como retaguarda do exército salvadorenho no combate (Martín-Baró, 1983). Quando, no Brasil, me pediam informações sobre El Salvador, procurava oferecer alguns parâmetros que permitissem entender a dimensão de um pequeno país, em comparação ao Brasil. O território ocupado por de El Salvador é menor do que o de Sergipe – que é o menor estado do Brasil em extensão territorial – e pode ser acrescentado que El Salvador cabe dentro do parque do Xingu.

Entender a guerra como dado histórico e como dimensão produtora de subjetividade requer um pensamento crítico que não permite deixar de fora temas como direitos humanos, democracia e libertação. São temas presentes na história deste país, assim como a pobreza, a desigualdade social e, mais recentemente, os processos migratórios que se apresentam como novas respostas às mesmas questões. A década de 1980, é um período que marca um antes e um depois da vida social, política, econômica e mesmo ambiental de El Salvador. O conflito armado, nesse período, impediu o bem-estar e segurança das pessoas.

Os acordos de paz, em janeiro de 1992, inauguram uma corrida pela recuperação das condições de bem-estar, através de um processo de reconstrução. Contudo, a ruptura produzida pelo trauma da guerra na sociedade salvadorenha tem criado obstáculos à implementação de políticas sociais voltadas para uma proposta consistente de reconciliação (CASTRO & LÓPEZ SALAZAR, 2018). Vinte e oito anos depois dos acordos de paz, El Salvador tem se destacado pelos altos índices de violência, pela fragmentação social e pela falta de segurança provocadas pelas altas taxas de criminalidade.

Na década de 1940, El Salvador era um país de aproximadamente 21 mil quilômetros quadrados e vivia um momento de crescimento notável. Em 1900, tinha apenas 783.000 habitantes; em 1960, a população saltou para 1.8 milhões e, no início da década de 80, tinha chegado a 5 milhões. A taxa de mortalidade infantil era de 93 por cada 1000 nascidos e o analfabetismo alcançava 86% da população. Não existia outro país no continente com a densidade populacional de El Salvador, com escassos recursos naturais, mas que eram explorados intensamente (BROWNING, 1975).

Nessa época, a terra no país significava plantio de café. Nenhuma outra nação na América Central era tão dependente do café. Isso permitiu, para os donos da terra, uma exitosa produção e exportação, e o país crescia a partir dessa lavoura. Mas era de conhecimento comum que a terra em El Salvador pertencia a um pequeno número de famílias que eram donas da terra e dominavam o país (BROWNING, 1975, CARDENAL, p. 131) enquanto a população continuava estagnada na pobreza.

A partir da metade do século XIX, o governo de El Salvador, em apoio aos donos da terra foi se apropriando do que eram os territórios comunitários indígenas. Criou-se, assim, uma enorme desigualdade em relação à distribuição de terras, pois muitos salvadorenhos passaram a ser escravizados pelos novos donos que vinham da Europa e formaram uma elite que se sustentava na lavoura do café. Esta elite dominava outras línguas e tinha vivido a Revolução Industrial, ao contrário dos trabalhadores das suas fazendas, que mal tinham sido alfabetizados, pois não era necessário saber ler e escrever para trabalhar na lavoura do café.

Essa produção intensa levou o café salvadorenho a ser um dos mais apreciados do mundo, desde fim do séc. XIX, no mercado norte-americano e europeu. Isso trouxe lucros extraordinários a esse pequeno grupo de donos de terra. A partir dessa configuração de um mercado lucrativo para o café num país muito pequeno, no qual as terras pertenciam a uma pequena elite, criou-se o mito de que apenas 14 famílias eram donas das terras.

Desde o início da república até 1931, o país foi governado por representantes civis das famílias que formavam a elite do café. A partir de 1931, os militares assumiram a direção política do país, numa década na qual se instalaram várias ditaduras na América Latina, no mesmo período em que se iniciava, na Europa, uma nova configuração social com a criação do Terceiro Reich na Alemanha, contribuindo para a eclosão da segunda guerra mundial. Neste período, acontece um grande genocídio de população rural e indígena por parte do exército justificando que se tratava de uma sublevação que ameaçava a soberania nacional e a elite proprietária da terra demonstrando que a história deste país não foi pacífica e ajuda a entender melhor os motivos da guerra dos anos oitenta como já foi apontado.

Assim, podemos entender a guerra de El Salvador como uma consequência de um Estado que sempre protegeu aos donos da terra e produziu uma desigualdade social insustentável e, por outro lado, podemos considerá-la o último cenário da guerra fria, pois o país despertava interesse para os Estados Unidos e a União Soviética pela sua localização no coração do continente. Mas, como já foi apresentado, uma guerra civil com mais de 80 mil mortos, centenas de moradia destruídas e mais de um 1.000.000 de refugiados (GALEAS, 2016).

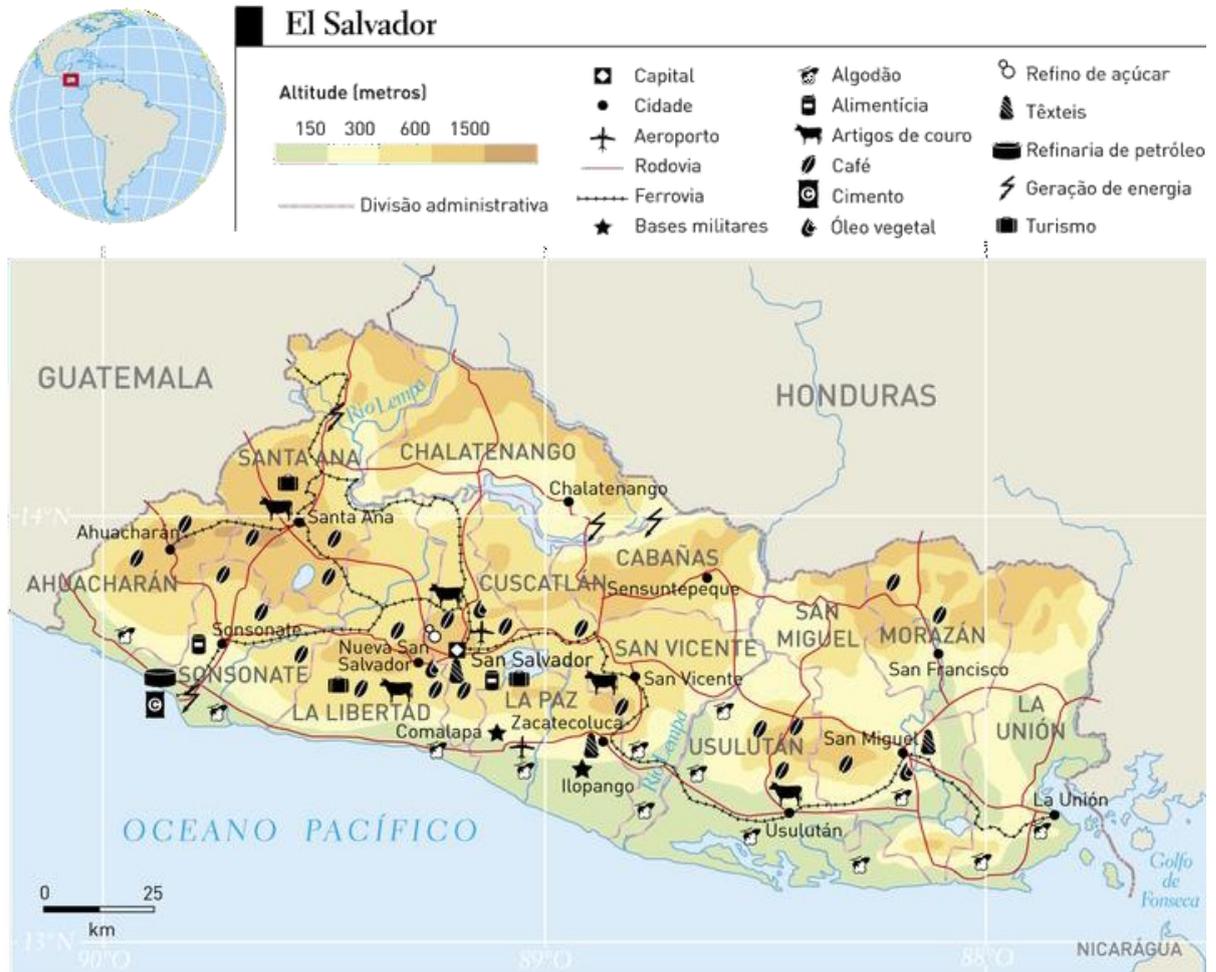
El Salvador é um país com solo vulcânico e terreno montanhoso oferecia condições ideais para o cultivo do café. Nesse sentido, o café e a terra estavam em disputa desde os séculos XIX e com a expansão do Estado o governo dá incentivos fiscais e trabalhistas aos que tinham mais de 15 mil pés. Por outro lado, a reforma liberal de terras, em 1881 eliminou, as propriedades comunitárias indígenas assegurando a propriedade privada como única forma reconhecida da posse da terra. Estas reformas liberais criaram um padrão de controle e desenvolvimento que definiria a história salvadorenha por muitas décadas (SUE-MONTGOMERY & WADE, 2005, p. 22). Aqui podemos identificar como o país, que viria se tornar terceiro produtor de café no mundo, iria também condenar boa parte de população, que perdeu o acesso à terra, a se tornar empregada dos novos donos de fazenda e ficar endividada com as dívidas que contraíam com o novo empregador.

As pesquisas demonstram que entre 25% e 40% do território do país estava envolvido nas reformas, assim, 73% da terra confiscada foi distribuída entre 5,6% de novos proprietários, ao passo que 50% da população recebeu 3,45% das áreas cultiváveis (SUE-MONTGOMERY & WADE, 2005, p. 23). Estavam criadas as bases que viriam a ser as causas dos vários confrontos da população civil com o governo, deixando sempre um número elevado de mortes entre os civis, pois com os altos índices de grupos sem-terra levaram a um estreitamento das relações entre as elites latifundiárias e o exército, criando forças policiais rurais e municipais para assegurar a estabilidade, assim como leis contra a perambulação e políticas proibindo os lavradores de se organizar em entidades representativas. Isso levou a uma tentativa de insurreição popular, em 1932, na qual houve um massacre que se calcula em 30 mil mortos.

A história de El Salvador é uma história de repetições; de violência e massacres; na qual, a desigualdade social é a causa principal e as conclusões são as mesmas. Em suma, na introdução do livro *Revolution in El Salvador: From Civil Strife To Civil Peace*. Sue-Montgomery (1995), o reitor da Universidade Centro-Americana UCA, no período de 1975 a 1979, escreve “... em 1900 havia apenas um milhão de salvadorenhos; por tanto, matematicamente, não poderia haver mais de um milhão de pobres. Em 1979, havia cinco

milhões de salvadorenhos, dos quais quatro milhões eram pobres”. Com isso, se pode ter uma noção do como os ricos ficaram mais ricos e os pobres muito mais numerosos. O processo histórico mostra que crescimento econômico não é o mesmo que desenvolvimento econômico, o que contribuiu para o surgimento do movimento revolucionário na década de 1970.

Figura 1: Mapa de El Salvador



Fonte: Internet

1.1 Relatos da ofensiva e genealogia do massacre

Chegou o momento de darmos início às batalhas militares e insurrecionais decisivas para a tomada do poder pelo povo e para a constituição de um governo democrático revolucionário. Convocamos o povo para se erguer como um só corpo, com todos os seus meios de combate, sob as ordens de seus líderes imediatos, em todas as frentes de batalha e por todo o território nacional. O triunfo definitivo está nas mãos deste povo heroico...

REVOLUÇÃO OU MORTE! VENCEREMOS!

Convocação do comandante Salvador Cayetano Carpio através das rádios que foram tomadas pelo FMLN para a primeira ofensiva geral em 10 de janeiro de 1981.

1970 a 1981, foi a década em que se gestou a guerra de guerrilha em El Salvador que se iniciou em janeiro de 1981. Paralelamente, entre 1969 e 1979, se originou uma crise no modelo de exportação do café, algodão e cana de açúcar, numa economia que caminhava para a globalização e a regionalização. A ruptura do Mercado Comum Centro americano deixou em desvantagem ao setor industrial e agrário, provocado pela guerra contra Honduras em 1969. O processo de reforma agrária se paralisou em 1970, que apenas significava a redistribuição da terra.

Há quatro momentos-chave para entender a configuração social que serve de marco histórico para a nossa pesquisa: o primeiro é a ocupação das terras comunitárias para promover a exportação do café; o segundo momento coincide com a crise econômica e política que se seguiu à depressão da economia mundial de 1929 e que resultou na instalação de um regime militar para proteger os interesses da elite do cafeeira; o terceiro corresponde ao período de 1944 a 1979 e caracteriza-se por ciclos de repressão e reforma; finalmente, o quarto relaciona-se à séria ameaça que a oposição eleitoral significou para os interesses do *status quo*, o que

levou o exército a reprimir as opções de voto da oposição e a controlar e perseguir dissidentes (SUE-MONTGOMERY & WADE, 2005, p. 21)

A sociedade salvadorenha caracterizava-se por divisões abismais entre oligarquia e os demais estratos e classes sociais, além de uma polarização política pela falta de diálogo e de uma institucionalidade democrática que pudesse garantir a alternabilidade do poder político pelo voto por uma atuação repressiva dos governos de direita e dos militares.

As tentativas de eleição de candidatos moderados de centro esquerda foram fraudadas em 1972, o que provocou revoltas dando protagonismo aos militares que usaram a repressão e fecharam canais diálogo do governo com os setores políticos marginalizados. Somando-se à crise do modelo de exportação se assentaram as condições para uma ditadura militar em ascensão que gerou um novo golpe de Estado em 1979. O início da guerra, um ano depois, numa efervescência política máxima por conta da repressão, massacres, desaparecimentos, torturas e assassinatos da população civil, os sindicatos e a igreja progressista.

Mas uma guerra civil num território muito pequeno e com o agravante que quase não existiam montanhas para organizar grupos guerrilheiros era visto por mandatários de outros países como uma ação de “rebeldes sem causa”, era uma guerra que não seguia as leis clássicas e/ou acadêmicas de um conflito armado, mas houve experiências que influenciaram este processo como o conflito armado na Guatemala, entre 1971 e 1975, a revolução sandinista na Nicarágua, em 1978, e outras experiências latino-americanas como os Tupamaros no Uruguay, na Argentina com o ERP e os Montoneros, no Brasil com Marighela e Cuba com a experiência do Che Guevara.

A guerra civil em El Salvador começou em janeiro de 1981 e nesse ano houve a primeira ofensiva do FMLN que era a tentativa do exército insurgente tomar a capital provocando que a população civil se unisse aos guerrilheiros como tinha acontecido na Nicarágua com o exército sandinista. Esta primeira tentativa aconteceu em setembro de 1981 com as primeiras quatro organizações clandestinas que surgiram na década de 1970. O plano da primeira ofensiva envolvia três objetivos básicos:

- Primeiro: liquidar 16 quartéis por assalto, objetivo que não se cumpriu;
- Segundo: a insurreição de 5 quartéis do exército e das massas urbanas e camponesas;
- Terceiro: greve geral.

O resultado foi um fracasso em cada objetivo dada a inexperiência e as falhas na organização, mas neste a vitória política do FMLN foi sobreviver com apoio político internacional para tentar uma mediação e parar a guerra, em março do mesmo ano se conquistou

uma reunião da Internacional Socialista no Panamá por iniciativa de alguns presidentes como Omar Torrijos e Carlos Andrés Pérez.

Ao mesmo tempo, a formação do exército guerrilheiro foi se especializando e fortalecendo nas posições de defesa e na frente de combate. Isto impactou tanto ao exército salvadorenho, como ao governo dos Estados Unidos que se envolveu no conflito com vultuosa ajuda militar e sendo contrários ao diálogo.

A administração do presidente Reagan nos Estados Unidos destinou 25 milhões de dólares como ajuda emergencial e aumentou o número de assessores militares, prevendo uma vitória militar sobre a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional - FMLN nos próximos sessenta a noventa dias. Em contrapartida à atitude dos EUA contra os insurgentes, no mesmo ano de 1981 a França e México divulgaram uma declaração conjunta em que reconheciam a FMLN como uma “força política representativa” que deveria ser diretamente envolvida em todas as formas de composição política do país. (SANCHO, 2012).

A segunda ofensiva aconteceu em 1989, neste ano aconteceram as eleições no país. Venceu o representante da extrema direita Alfredo Cristiani, que, logo após sua posse, convocou conversações de paz com a guerrilha. Em seu discurso de posse, em 1º de junho, expôs um plano de negociações com a FMLN e o fato principal é que Cristiani não exigiu a rendição dos guerrilheiros. A FMLN apresentou uma proposta convocando um cessar fogo para 15 de novembro deste ano e o fim da guerra em 31 de janeiro de 1990. O governo do presidente Cristiani aceitou a proposta. O novo presidente também prometeu reduzir o número de funcionários do governo e apoiar a reforma agrária. Porém, além de deixar milhares de salvadorenhos sem trabalho começou a restituir as terras afetadas pela reforma agrária aos seus antigos proprietários, as organizações camponesas foram fragilizadas com o fim dos empréstimos para as cooperativas da reforma agrária. Criou-se uma posição ambígua onde dava a entender que queria o diálogo, mas não criava as condições para que acontecesse. Por isso, o FMLN considerou que este governo era ilegítimo, pois as eleições não estavam facilitando o processo de paz e continuavam no governo os políticos ligados aos esquadrões da morte.

O FMLN investindo na negociação tinha entregado uma proposta em maio deste ano se comprometendo que se absteria de cometer atentados contra políticos e a sabotagem da rede de energia em todo o país e respeitar os assessores militares norte-americanos. Também era exigido nesta negociação a responsabilização dos envolvidos com o assassinato de Monsenhor Romero, que tinha acontecido em 1980, e pedia a liberação de presos políticos e retomar a reforma agrária. Houve uma primeira reunião, em setembro de 1989, na qual o governo de

extrema direita e a Força Armada acenavam com o diálogo, mas rejeitavam a participação da Igreja Católica como parte protagonista nesta negociação.

A proposta do FMLN continha nove pontos para negociar:

- 1 Reformas no sistema judicial;
- 2 Monitoramento da ONU e da OEA o respeito às liberdades civis, políticas e sociais;
- 3 Esclarecimento e responsabilização dos assassinos de Monsenhor Romero;
- 4 Manter as reformas que tinham sido realizadas no governo anterior;
- 5 Reorganização e depuração da Força Armada;
- 6 Reforma da Constituição propostas no diálogo;
- 7 Antecipação das eleições;
- 8 Garantias do cese da guerra em 15 de novembro de 1989;
- 9 Incorporação do FMLN na vida política como partido.

O próximo passo para chegar aos acordos de paz foi organizar outro encontro em São José, Costa Rica, no dia 16 e 17 de outubro deste ano, no qual se incorporariam a ONU e OEA como observadores. Mas a extrema direita decidiu que as coisas estavam indo depressa demais e, embora houvesse uma imensa esperança de paz na qual a população no país, a Força Armada parecia inquieta e tinha invadido igrejas no interior e os políticos que se posicionavam de esquerda e apoiavam o diálogo e foram ameaçados pelos esquadrones da morte o obrigados a sair do país, também uma série de bombas foi detonada em torno de San Salvador, atingindo casas destes políticos de esquerda e o escritório da igreja Luterana. Granadas foram lançadas na Universidade Nacional e, em 31 de outubro, poucos dias após a reunião de São José, uma bomba explodiu na hora do almoço no quartel general da maior e mais ativista federação dos sindicatos de El Salvador, a Federação Nacional Sindical dos Trabalhadores Salvadorenhos - FENASTRAS. O atentado matou a secretária-geral, Febe Elizabeth Velásquez, e mais nove pessoas. Este ataque convenceu a FMLN de que o governo não conduzia com seriedade as negociações.

Onze dias depois, a FMLN trouxe a guerra até a capital, ocupando áreas de bairros de elite, para o espanto de muitos de seus habitantes. A “Ofensiva de Novembro”, com três semanas de duração, surpreendeu o governo salvadorenho, o Exército e os Estados Unidos, que haviam tentado, cada um deles, durante anos, minimizar o alcance e o apoio popular aos guerrilheiros. A ofensiva deixou claro que a FMLN não era carente de coordenação e impopularmente comunista, ideia que seus adversários tentavam impor no imaginário popular. A própria coordenação da Frente (FMLN) chegou a avaliar se esta não teria sido a batalha

decisiva, com todos os seus instrumentos bélicos e se o resultado não poderia ser a batalha final para ambas as partes (SUE-MONTGOMERY, 2006; Sancho, 2012).

Neste ano, por conta das eleições e com a proposta do cessar fogo, houve uma flexibilização das forças armadas, que redundou num grande número de licenças e férias entre os militares. Isto foi detectado pela inteligência da guerrilha. Com isso, as forças armadas tinham descuidado o cerco defensivo de San Salvador e o início da ofensiva os surpreendeu, pois ocorreram ataques em muitos pontos da capital simultaneamente.

Após as eleições de 1989, o número de colaboradores da guerrilha aumentou na capital e arredores. As pessoas ofereciam aos insurgentes casas para montar clínicas, estocar comida ou apetrechos. Isso concentrou dois mil combatentes infiltrados das zonas de combate no interior do país, mas se calcula que entre a guerrilha e apoio das milícias participaram cinco mil efetivos nesta operação.

Testemunhos de comandantes do Frente apontam que a cúpula do movimento teria se inspirado na ofensiva de 1975 no Vietnã, como aponta o comandante Damian Alegria.

Tentamos copiar o seu projeto, primeiro abrindo rotas de norte a sul; depois, armazenando armas em todos os locais, até mesmo, perto de guarnições militares; em terceiro lugar, enviando combatentes para se familiarizarem com a zona inteira, de modo que pudessem se colocar no interior da capital, antes da ofensiva. (SUE-MONTGOMERY, 1995).

A FMLN enganou os especialistas norte-americanos e salvadorenhos do serviço de inteligência usando prisioneiros políticos recém-libertados para a criação de organizações não governamentais, sobre os quais os serviços de informação se concentraram. Enquanto isso, os comandos urbanos se organizavam e se posicionavam pela capital.

Segundo Galeas (2016), a ideia da ofensiva se articulava dentro da alta cúpula da FMLN, porque, mesmo após alguns anos de enfrentamento frontal dos dois exércitos – o do governo e o da FMLN - não havia desmoralização das tropas. Ambos os exércitos tinham elevado sua eficiência em combate e, assim, a atividade bélica seguia um padrão que não tinha se modificado desde os primeiros anos do conflito. Em 1987, a diplomacia da guerrilha tinha conseguido que o campo socialista começasse a apoiá-la de maneira mais objetiva e recebeu milhares de armas de assalto e de precisão, farta munição e uma infinidade de apetrechos que foram encaminhados através da Coreia do Norte, passando por Cuba e Nicarágua. Alguns altos oficiais da guerrilha acreditavam que, havendo uma ofensiva na qual a guerrilha usasse todo seu poder de fogo sobre as cidades mais importantes, isso poderia terminar em dois cenários possíveis: uma vitória militar ou uma negociação que pudesse favorecer a FMLN. Para isso,

era necessário convencer a cúpula militar insurgente a mudar de tática sobre a Guerra Popular Prolongada, tática aprendida em manuais de ações de guerrilha, como a da experiência do Vietnã contra o exército dos Estados Unidos. A decisão de uma operação militar dessa envergadura ficou determinada para o dia 11 de novembro de 1989 às 20h, e foi chamada “ofensiva final”. A ofensiva foi planejada em Managua e as frentes de guerra se comunicavam com Managua através de Rádios de ondas curtas. Por outro lado, a central de Managua estava em contato com as representações político-diplomáticas da FMLN em várias cidades como Nova York, Washington, Los Angeles, México, Paris, Madri, Londres, Bonn entre outras (GALEAS, 2016).

Quando o primeiro morteiro foi lançado em direção à Primeira Brigada de Infantaria, na capital São Salvador, este foi o sinal para que centenas de combatentes se posicionassem nos bairros. Muitas festas, aniversários, velórios se dissolveram e se transformaram em unidades de combate que esperavam a ordem para ocupar suas posições. Na terça feira 14 novembro, o Alto Mando do exército tinha a certeza de que esta incursão da guerrilha na capital seria longa, pois o poder de fogo era grande e a ofensiva não tinha sido detectada pelo serviço de inteligência. Na madrugada do 16 de novembro, um grupo de militares invadiu a Universidade Centroamericana Jose Simeão Cañas (UCA) e assassinou seis sacerdotes e suas duas colaboradoras. Foi uma decisão tomada pelo Alto Comando do exército e, provavelmente, pelo presidente Alfredo Cristiani no meio da ofensiva final, num momento de provável desespero diante do avanço do FMLN na capital.

Até esse momento, a participação da força aérea não tinha sido preponderante, mas, poucas horas depois do massacre, aviões A-37 conhecidos como “libélulas” cuspidoras de fogo e helicópteros de ataque abriram fogo contra as posições guerrilheiras nos bairros populares onde se encontrava a maioria de posições guerrilheiras. Diante deste ataque e da matança de muitos civis moradores dos bairros, a guerrilha teve que se retrair. Mas, no sábado 19, os grupos guerrilheiros apareceram na parte alta da cidade, onde ficam os bairros mais ricos. Em outras cidades, os enfrentamentos com o exército tinham perdido força, mas na capital o último episódio da ofensiva guerrilheira foi tomar por assalto o Hotel Sheraton. Segundo relatos de Galeas (2016), na torre VIP do hotel estava a sede dos assessores militares norte-americanos e de funcionários de organismos internacionais. Houve muita tensão, durante várias horas, pois no mesmo local permaneceram guerrilheiros, soldados, funcionários da OEA, jornalistas, bispos e assessores militares norte-americanos. Um comando guerrilheiro encurralou um grupo de assessores militares norte-americanos num quarto do terceiro andar, e os combatentes mantiveram um foguete RPG-7 apontado para o lugar onde os assessores estavam

entrincheirados. O comando esperava ordens para acabar com os assessores, o Pentágono acompanhava a situação no hotel. Começou uma intensa negociação entre o Departamento de Defesa, o governo dos Estados Unidos, diplomatas salvadorenhas, a alta cúpula da Igreja católica e a frente diplomática da guerrilha. Os assessores foram poupados e, horas depois, o comando guerrilheiro desapareceu, mesmo diante do cerco do exército. A ofensiva havia terminado.

Para Montgomery (1995) e Sancho (2012), o resultado mais expressivo da ofensiva foi expor as falhas do serviço de inteligência do governo norte-americano e salvadorenho, demonstrar a capacidade da FMLN, a incompetência do Exército, a incapacidade do novo governo de Cristiani de controlar as forças armadas e o fracasso da política externa norte-americana. Assim, esta batalha em San Salvador se tornou a batalha estratégica da guerra, mas quem a venceu foi a mesa de negociação.

Após a ofensiva final de novembro de 1989, a solução política para o conflito era inevitável. O massacre dos jesuítas da UCA e suas colaboradoras foi decisivo para a assinatura dos acordos de paz, em janeiro de 1992, depois de uma guerra que ultrapassou os limites do horror e da dor (GALEAS, 2016). Os Estados Unidos sustaram 42,5 milhões de dólares de ajuda militar já aprovados, ou seja, a metade do que haviam prometido a El Salvador. Sem essa ajuda, desaparecia de vista qualquer pretensão de vitória militar do governo salvadorenho.

1.2 Mas quem foram as vítimas do massacre da UCA?

Como já foi dito, o Massacre dos Jesuítas se refere ao assassinato de 8 pessoas: 6 padres, sua empregada e a filha dessa. No site da Universidade Centroamericana Jose Simeón Cañas⁴ está hospedado o arquivo sobre os “Mártires UCA” e na apresentação da sua biografia encontramos este trecho:

As vidas que aqui se relatam estão unidas pelo martírio. Embora, a vida dos jesuítas já tivesse muito em comum – compartilhavam uma mesma vocação, o mesmo compromisso religioso e uma obra –, cada uma é única e insubstituível. Os caminhos que cada um foi percorrendo foram muito diferentes e eles mesmo tinham personalidades fortes e bem definidas. Enfrentaram desafios suscitados pela sua vocação à vida religiosa na Companhia de Jesus de maneira diversa. No entanto, seus caminhos juntaram-se na encruzilhada do 16 de novembro de 1989. Ali encontraram-se com uma mãe e sua filha adolescente, cuja história é muito similar à da imensa maioria das salvadorenhas, que se uniram a eles no martírio.

⁴ <https://uca.edu.sv/biografias-de-los-martires-uca/>

Ignacio Martín-Baró (1942 – 1989)

Nasceu 7 de novembro de 1942, em Valladolid (Espanha) e entrou para a Companhia de Jesus em 1959. Formado como psicólogo na UCA, em 1975, fez o mestrado em Ciências Sociais na Universidade de Chicago e, em 1979, obteve seu doutorado em Psicologia Social e Organizacional na mesma universidade. No mestrado, investigou as atitudes sociais e os conflitos grupais em El Salvador e, no doutorado, escreveu sobre a densidade demográfica das classes populares salvadorenhas.

Foi professor e coordenador do curso de psicologia na UCA, vice-reitor acadêmico e membro do conselho de diretores. Em 1986, fundou e dirigiu o Instituto Universitário de Opinião Pública (IUDOP). Foi professor em várias faculdades e apoiava redes de comunicação entre psicólogos na América Latina. Era conhecido como “Nacho”, focou seus estudos na psicologia social e na história da psicologia. Argumentava que a consciência não é, simplesmente, do âmbito do saber privado e do sentir subjetivo do indivíduo, mas, reside, principalmente, naquele âmbito no qual cada pessoa encontra o impacto do seu ser e fazer na sociedade, na qual assume e elabora um saber sobre si mesmo e sobre a realidade que lhe permite ser alguém, ter uma identidade pessoal e social. Apoiava-se no conceito de conscientização de Paulo Freire, que apontava que se alfabetizar é, sobretudo, ensinar a aprender a ler a realidade circundante e a escrever a própria história. Para os povos oprimidos latino-americanos, isso é um processo que implica uma transformação pessoal e social, ao qual Martín-Baró se referia através do conceito de “Liberación”.

Martín-Baró frisou que a guerra se caracterizava pela violência, a polarização e a mentira institucionalizada, e que o melhor que cada lado do conflito tinha para oferecer tinha sido destruído. Escreveu que “a razão tinha sido deslocada pela agressão e a análise ponderada dos problemas foi substituída pelas ações militares” (CARDENAL).

Ignácio Ellacuría (1930 – 1989)

Ordenado sacerdote em 1961, fez doutorado em teologia e filosofia. Alguns pesquisadores da sua obra o consideram mais teólogo do que filósofo. Seu primeiro escrito que teve impacto em El Salvador foi teológico; intitulava-se “Teologia política” e foi publicado e traduzido em outras línguas. Um dos seus últimos artigos importantes se intitulava “Utopia y profetismo en América Latina”, e foi provavelmente, um dos seus textos teológicos mais profundos

Na UCA, foi reitor da faculdade, fundador da biblioteca central, chefe do departamento de filosofia e diretor da revista *Estudios Centro-americanos* ECA. No período anterior à guerra, ele já era considerado inimigo da direita e defendia que a guerra não era saída para nenhum

conflito social. Foi um dos primeiros a propor o diálogo e a negociação quando a guerra civil já tinha se deflagrado.

Como reitor, reconheceu que a missão mais importante da UCA não era formar profissionais, mas olhar para a sociedade onde ela estava inserida. Daí o questionamento: “Em que consiste servir universitariamente transformando iluminando a realidade social e do povo na qual se está inserido” Sempre foi firme na sua postura de defender uma saída política para o conflito e não uma saída militar e, também, mantinha a opinião de que a causa do conflito armado não era uma agressão do comunismo internacional, como sustentava o discurso oficial, mas, sim, a injustiça estrutural. Para ele, só superando esta injustiça estrutural se poderia pensar em erradicar a luta violenta de classes. (CARDENAL).

Amando López (1936-1989)

Nasceu em Cubo de Bureba (Burgos, Espanha) e, em 1953, foi enviado para San Salvador, a fim de finalizar seu noviciado. Formou-se em filosofia em 1956 e em humanidades em 1957. Foi ordenado sacerdote em 1965, é doutor em filosofia pela Universidade de Estrasburgo (França), em 1970). Tornou-se reitor do seminário em El Salvador em 1975, foi reitor do Colégio Centro América (Colégio Jesuíta) na Nicarágua, na época da ditadura do presidente Somoza e, nesse período, ajudou a esconder familiares de professores e sandinistas que eram perseguidos pelo governo. Após o triunfo da revolução sandinista, foi nomeado reitor da UCA de Nicarágua e foi o jesuíta que teve melhor relação com a Frente Sandinista de Liberação Nacional. Foi membro da Comissão de Direitos Humanos para a investigação e denúncia de crimes do governo de Anastácio Somoza.

Celina Ramos (1973-1989)

Celina nasceu 27 de fevereiro de 1973, estudou na escola pública de Santa Tecla, uma cidade próxima a São Salvador e, no ensino médio, ganhou uma bolsa de estudos pelo rendimento escolar. Aos 14 anos, conheceu seu namorado que era membro do time de basquete da sua escola. Queriam casar-se, mas Celina estava esperando pela autorização de mãe Elba; se ela permitisse, pretendiam oficializar o noivado em dezembro de 1989.

Elba Ramos (1947-1989)

Elba nasceu no interior de El Salvador, em 5 de março de 1947. Sua mãe era feirante e seu pai, que não a reconheceu, era administrador de uma fazenda. Em 1960, Elba conheceu Obdulio, com quem ficou casada até 16 de novembro de 1989. Ele era trabalhador numa fazenda no interior e ela era empregada doméstica. Na época do corte de colheita do café, Elba trabalhava na fazenda, juntamente com o marido. Moravam numa casa cedida pelo dono da fazenda, mas este foi sequestrado e assassinado e o casal teve que abandonar o imóvel.

Terminaram morando em outra fazenda, onde Obdulio foi contratado como vigia. Ali nasceu Celina, terceira filha do casal; os dois primeiros filhos tinham falecido logo após o nascimento. Mudaram-se para a área litorânea para morar com parentes de Elba, procurando empregos mais bem remunerados na área do cais do porto, onde Obdulio conseguiu outro emprego e Elba se tornou feirante. A situação de violência no país fez que eles voltassem a morar na capital, onde Obdulio fazia biscates como jardineiro e vigia. Nesse mesmo ano, Elba conseguiu o emprego de cozinheira no postulado dos jesuítas e, em 1989, Obdulio passou a trabalhar no campus da faculdade como jardineiro, a pedido de Segundo Montes.

Joaquín López y López (1918-1989)

Nasceu em Chalchuapa (El Salvador), em 16 de agosto de 1918, terminou o ensino médio, em 1938, com os jesuítas e, nesse mesmo ano, entrou ao noviciado da Companhia de Jesus em El Paso (Texas), pois ainda não existia noviciado em El Salvador.

Estudou filosofia, humanidades clássicas e filosofia no Saint Mary's College (Kansas) e foi ordenado sacerdote em 1952. A vida apostólica de Joaquin López transcorreu entre o colégio Externato São Jose (Colégio Jesuíta) e a fundação Fé e Alegria. Foi professor, padre espiritual e responsável, em 1964, por conseguir que o congresso aprovasse uma lei que permitisse a criação de universidades privadas, possibilitando a fundação da UCA. Também organizou a compra do terreno onde foi construída da faculdade.

Mas do que ele gostava era a educação popular. Por isso, foi o fundador da Fundação Fé e Alegria no país, sendo seu diretor até 1989. A Fundação chegou a administrar trinta centros educativos com 48 mil beneficiados. Durante seu último ano de vida, convivia com o câncer e sofria de dores, mas não queria deixar de trabalhar. Seu assassino antecipou, em alguns meses, a sua morte.

Juan Ramón Moreno (1933-1989)

Nasceu em Villafuerte (Navarra, Espanha), em 29 de agosto de 1933, e, em 1950, entrou para o noviciado da Companhia de Jesus. Em 1951, chegou a El Salvador para terminar sua formação sacerdotal. Formou-se em humanidades clássicas, filosofia e teologia, sendo ordenado 1964. Foi professor do colégio jesuíta em Nicarágua e, logo depois, professor na UCA de Nicarágua. Mas sua atividade principal era ligada à espiritualidade, trabalhando na formação de novos seminaristas.

Moreno era especialista no tema da Moral. Propôs uma síntese entre as Ciências e a Moral, unindo Bioética com a Moral Cristã. Nos seus últimos anos, lecionou Moral Especial e Teologia Fundamental. Como reitor do Colégio Jesuíta em El Salvador, teve que enfrentar denúncias das famílias dos alunos que temiam que seus filhos estivessem sendo doutrina-

pelo marxismo. Moreno teve que apresentar-se no Ministério Público para responder um interrogatório sobre a ortodoxia do ensino no colégio.

Quando foi assassinado, estava preparando uma série de conferências para mais de mil religiosas de outra congregação, que aconteceria em janeiro de 1990. Gostava muito de ser pároco de cidade pequena e queria muito sair da capital e se afastar do trabalho acadêmico na UCA, mas não houve tempo. Ali o encontraram seus assassinos que, por razões desconhecidas, arrastaram seu corpo inerte desde o jardim até os aposentos do outro sacerdote e, aí, o abandonaram. O movimento fez com que, das estantes, caísse um livro, que ficou manchado com seu sangue, intitulado “El Dios crucificado”.

Segundo Montes (1933-1989)

Nasceu em Valladolid, em 15 de maio de 1933 e, em 1950, ingressou no seminário jesuíta, terminando sua formação em El Salvador. Formou-se em humanidades clássicas e filosofia em Quito e retornou a El Salvador para trabalhar no colégio jesuíta. Lá chegou a ser reitor, precisamente num período em que o colégio passava por uma profunda crise de identidade e organização. Seu nome começou a aparecer na lista dos jesuítas acusados de serem os responsáveis pela violência em El Salvador, e de dirigir a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN). Seu nome era o terceiro na lista, depois de Ellacuria e Martín-Baró.

Sua tese de doutorado foi muito significativa, pois tratou das relações do coronelismo no país. Foi professor de Sociologia e diretor do departamento de Sociologia da UCA. Foi chefe de redação da revista de Estudos Centro-americanos (ECA) e fundou o Instituto de Direitos Humanos (IDHUCA), que dirigiu até 1989.

Suas pesquisas transitavam pelos temas da estratificação social, terra, militares e migração forçada. Sobre este último tema, Montes descobriu que a ajuda que os salvadorenos que moravam nos Estados Unidos mandavam para seus familiares no país era equivalente ao que o governo americano fornecia a El Salvador como ajuda humanitária. Esta ajuda dos salvadorenos emigrados era superior ao que o país exportava e superava em dobro o PIB nacional durante a guerra. Enxergou neste fenômeno a gravidade da crise e, ao mesmo tempo, a oportunidade para superar as estruturas existentes e reorganizar a sociedade.

Montes envolveu-se bastante com os campos de refugiados de camponeses expulsos de suas terras e ajudou na organização destas comunidades, que deram um salto qualitativo passando do individualismo à solidariedade comunitária, do analfabetismo a níveis invejáveis de educação. No domingo 12 de novembro de 1989 iria receber um reconhecimento de uma

destas comunidades, mas os combates da ofensiva final o impediram de sair de casa. No domingo seguinte também não pôde chegar.

É necessário entender qual era a importância destas pessoas historicamente, assim como sua participação direta ou indireta no processo de guerra que acontecia naquele momento. Desde a época colonial, a Espanha tinha a América Latina como região de seus domínios, tendo aí implantado o catolicismo. Assim, El Salvador tornou-se um país de forte tradição católica, mantendo, até hoje, essa influência. Em 1949, um grupo de seminaristas foi encaminhado, pela Companhia de Jesus em Espanha, para desenvolver um novo noviciado na América Central. De acordo com as regras da congregação aprovadas em 1558, os seminaristas não podiam ser obrigados a cumprir ordens dos seus superiores jesuítas antes de fazer os votos de pobreza, castidade e obediência, mas, com certeza, sua vinda foi uma mistura de “vocação e obediência” (WHITFIELD, 1998, p. 49). Este projeto estava relacionado à presença da igreja católica orientada pela Teologia da Libertação, a partir do Concílio Vaticano II, em 1962. Duas décadas antes da chegada dos noviços jesuítas, tinha havido uma sublevação contra o grupo das “quatorze famílias”⁵. Isso foi em 1932 e o exército – que já se encontrava a serviço dessa elite – abafou qualquer oposição que ameaçasse seu status quo (SUE-MONTGOMERY & WADE, 2005).

Quando chegaram os primeiros jesuítas, encontram um país que não dava prioridade à população mais pobre, já tendo um histórico de revoltas de indígenas e camponeses, que eram explorados pelos donos da terra. Assim, os jesuítas foram se aproximando da população mais fragilizada, bem antes de a guerra eclodir.

Em 1965, a sociedade conservadora do país passou a fazer denúncias contra a Universidade Nacional de El Salvador como doutrinadora do marxismo. Havia, nesta época, a intenção dos jesuítas de criar uma universidade e, foi assim que, criaram a Universidade Centro Americana Jose Simeon Canas (UCA) que, na época, foi compreendida como uma alternativa à crescente radicalização marxista que predominava na Universidade Nacional de El Salvador (UES). Aos poucos, a UCA passou a sediar ideias e movimentos que denunciavam as injustiças sofridas pela população mais pobre do país. A partir do fechamento da UES por ordem do governo, a Universidade Centro-Americana – UCA – deixou de ser uma opção para a elite salvadorenha, tornando-se protagonista na luta contra esta própria elite e o governo opressor.

Em 2022, faz 33 anos do assassinato dos seis padres jesuítas, assim como da empregada e da filha dessa, ambas refugiadas na residência dos padres dentro do campus da Universidade

⁵ Como já foi dito, a concentração de terras produtivas por poucas famílias tinha levado à crença de que a terra em El Salvador pertencia a 14 famílias.

Jose Simeon Cañas. Foram apontados como executores um grupo de militares das forças elite do exército, o Batalhão Atlacatl⁶. Em 1991, houve o primeiro julgamento que resultou na condenação de parte dos autores do massacre. Mas, dois anos depois, eles foram libertados com a vigência da lei de anistia e os mandantes foram inocentados no ano 2000. Esta lei de anistia foi declarada inconstitucional em 2016 e, atualmente, a própria universidade vem pleiteando que o caso seja retomado pela justiça. Com este intuito, o Instituto de Direitos Humanos da Universidade Centro-Americana (IDHUCA) defende que crimes de lesa humanidade não têm prescrição e os mandantes do massacre não poderiam gozar de anistia. Assim, esse julgamento, segundo o IDHUCA, poderia ter elementos de fraude.

O desfecho da ofensiva final foi decisivo para encontrar uma saída negociada do conflito que havia se instalado como guerra civil desde 1980. Foi primeira vez que o combate tinha chegado à capital e, embora, o exército de libertação tenha se mostrado forte, ainda não havia possibilidade de tomada do poder pela luta armada (MONTORBIO, 1999). O massacre dos jesuítas fez aumentar a pressão internacional para a assinatura dos acordos de paz e foi decisivo para que eles fossem assinados dois anos depois do massacre. A falta do avanço no esclarecimento dos assassinatos foi um dos fatores-chave para que estes acordos se tornassem possíveis em 1992.

⁶ Atlacatl é conhecido por ter sido o nome do último governante de um estado indígena baseado na cidade de Cuzcatlan, na periferia sudoeste da Mesoamérica, na época da conquista espanhola. No entanto, Atlacatl parece ter sido um mito, já que nenhum cronista contemporâneo o menciona.

CAPÍTULO 2.

ENTENDER A VIOLÊNCIA E A GUERRA A PARTIR DE MARTÍN-BARÓ

*Todos nacimos médio muertos en 1932
sobrevivimos, pero médio vivos
cada uno con una cuenta de treinta mil muertos
enteros
que se puso a engordar sus intereses
sus reditos
y que hoy alcanza para untar de muerte a los que
siguen naciendo
medio muertos
medio vivos...*

(DALTON, Roque. Todos.)

É importante entender mais profundamente as ideias que estavam em jogo no conflito armado e contra as quais o exército governista se contrapunha, usando-as como justificativa para o brutal assassinato dos padres jesuítas e de suas colaboradoras. Para isso, apresento nesse capítulo as concepções do principal pensador da UCA naquele momento: Ignácio Martín-Baró, que associou as ideias da teologia da libertação, da psicologia social e da pedagogia de Paulo Freire, criando um corpo teórico próprio e profundamente articulado à realidade do país: a Psicologia da Libertação. A proposta deste novo campo de estudos e práticas fez dele um pensador mundialmente conhecido e respeitado.

Ignácio Martín-Baró propôs um modelo para entender o fenômeno da violência em 1983, quando El Salvador se encontrava no meio de uma guerra civil, desde 1980⁷. Apontava nos seus escritos o porquê da polarização numa sociedade tão conservadora e religiosa como era na época. Ele afirmava que um país mergulhado numa guerra civil constitui uma situação extrema e que a história mostrava que da “normalidade” à situação extrema existe um caminho muito curto. Apresentava o exemplo da Alemanha na segunda guerra mundial, quando um povo tão culto teria se lançado a uma aventura fascista; da mesma forma, também apontava que este

⁷ A guerra civil em El Salvador aconteceu entre 1980 e 1991. Foram firmados os acordos de paz em 16 de janeiro de 1992 com um saldo de mais de oitenta mil mortos.

princípio estava presente na realidade de El Salvador e se questionava o que significaria tanta violência naquele pequeno país da América Central. Como teria se chegado a esse ponto? Como era possível que pessoas que, até esse momento, eram pacíficas e religiosas tivessem se envolvido com tanto massacre? Como explicar que associações respeitáveis, que apelavam para valores cristãos e democráticos, apoiassem esse grande extermínio de pessoas e até demandassem ações de aniquilamento maiores na população? Eram questões bastante pertinentes na época, e continuam, infelizmente, se mantendo como questões atuais em vários países do mundo, inclusive o Brasil.

Martín-Baró tinha uma formação marxista e em sua explicação diante da guerra faz uma abordagem histórica, levantando antecedentes para chegar ao conflito da guerra dos anos 1980 – período em que foram assassinados aproximadamente oitenta mil civis⁸. Em 1932, a grave crise mundial teve como consequência uma rebelião popular no país, principalmente no setor indígena, que teve como desfecho o massacre de mais de trinta mil indígenas (ANDERSON, 1976). Assim, o regime salvadorenho manteve, desde então, estruturas de dominação ancoradas em rígido controle militar e paramilitar sobre sindicatos e movimentos populares, o que explica o início da guerra em 1981.

2.1 A psicologia da libertação de Martín-Baró

A grande contribuição de Martín-Baró foi ter proposto o conceito de Psicologia da Libertação, uma proposta de emancipação da psicologia latino-americana, incluindo correntes de pensamento da psicologia americana que apresentavam uma orientação mais pragmática na aprendizagem e na adaptação do sujeito a diferentes situações. Alguns psicólogos sociais no Brasil apontam a importância desta visão (SILVA, 2005), que consiste em entender a psicologia social concebendo o social não como fato natural, isto é, a pensando que o social não é uma evidência, mas se constitui como problema que é, segundo essa autora, uma “multiplicidade necessariamente construída a partir de uma relação de forças num campo historicamente dado”.

Para Martín-Baró as teorias hegemônicas deste campo na América Latina possuíam vários problemas. Primeiramente, havia a apropriação de teorias de fora sem uma análise crítica para um contexto latino-americano. Em segundo lugar, importava-se uma epistemologia a partir do dominador e, por último, essas teorias apontavam falsos dilemas, problemas que não retratavam a realidade do continente (MARTÍN-BARÓ, 1986/1998).

⁸ De la locura a la esperanza. La guerra de 12 años de El Salvador. Informe de Comisión de la verdad. Nações Unidas/El Salvador, 1992.

Ao abordar sua definição sobre violência, é importante destacar que esse conceito foi construído ao longo da evolução do pensamento do autor. Um texto importante na sua formação teológica cita referências da Teologia da Libertação e questiona o papel do cristão diante da opressão, afirmando que a participação na construção da revolução contra a miséria é uma tarefa urgente para todo cristão (LACERDA & MARTINS, 2014, p. 574), e admite o uso da violência revolucionária contra a violência produzida por estruturas injustas.

Em outro momento da sua trajetória se questiona, de maneira polêmica, se a violência coletiva pode se igualar à violência individual, mas em textos posteriores demonstra que a violência se transforma de acordo com interesses de determinados grupos e classes sociais (MARTÍN-BARÓ, 1985/2012). Aponta que as classes sociais são definidas pela organização de um determinado modo de produção, marcado pela separação entre proprietários dos meios de produção e aqueles que possuem apenas sua forma de trabalho.

2.2 Concepção psicossocial da violência em Martín-Baró

É na década de 80, década da guerra, que o autor enfatiza a concepção psicossocial da violência, feita a partir de uma visão histórica e de uma crítica aos setores dominantes. Nessa abordagem, deixa de lado, ou opina que tem pouco a contribuir em relação às concepções inatistas da violência e de aprendizagem (a partir da psicologia), ou seja, rejeita de vez uma visão cientificamente neutra e sustenta que a violência deve ser definida como um processo histórico, na medida em que o ato violento é efetivado pelo sujeito, cuja natureza é histórica e, assim, contraditória.

A partir da perspectiva histórica, o autor identificou três formas de violência presentes na vida social naquele período: a violência criminal, a violência repressiva e a própria violência bélica. E já apontava que estes três tipos de violência poderiam ser entendidos a partir do conflito bélico e os três materializam cada um à sua maneira, a anomia ou perda de controle social assim como a desintegração de esquemas de convivência possíveis.

A violência criminal, que pode ser entendida a partir da deterioração econômica pelo desemprego crônico e o subemprego, que na guerra atingiam a mais do 50% da população economicamente ativa. Isso estimulava formas de violência mais óbvias como o roubo e prostituição da população mais jovem. Também, Martín-Baró destaca que o meio onde se impunha a violência militar, a confrontação estimulava a violência criminal, assim como também a corrupção das instituições e do sistema judiciário com a impunidade.

A violência da repressão política como segunda forma de violência qualitativa e quantitativamente se estigmatizou no país ao ponto que se tornou permanente fonte de criticar de instituições e governos que defensores dos direitos humanos. No início da guerra os indicadores apontavam uma média de 22 assassinatos por dia dos setores sociais mais pobres como os camponeses e operários da indústria. Os responsáveis são os grupos paramilitares que estavam vinculados ao exército e a polícia. Esta forma de violência se intensificou no primeiro ano da guerra quando foi lançada a primeira ofensiva por parte da guerrilha a resposta das forças governamentais era de repressão contra os simpatizantes ou simplesmente ser suspeito de simpatizar com o movimento revolucionário.

E a violência bélica como terceira forma de violência que eram as pessoas mortas em combate, tanto do exército como da guerrilha que, muitas vezes, tentava ocultar o número de baixas em cada lado isto viria a ter um impacto posterior se se tomasse em conta que estas mortes eram de jovens (entre 16 e 30 anos).

Poderíamos ainda destacar que a população mais vulnerável ainda dentro de casa eram as mulheres e as crianças, mas para entender a magnitude qualitativa da violência Martín-Baró apontava era a exibição por parte das forças governamentais de corpos esquartejados que apareciam pelas ruas e terrenos baldios, eram corpos sem cabeça ou mulheres grávidas com o útero aberto e o feto cortado e sempre com cartazes assinados por algum esquadrão da morte.

Sua contribuição mais importante consiste em pensar esta violência estrutural sem reduzi-la apenas a uma injusta distribuição de recursos, mas levando em conta um ordenamento desigual a partir de uma legislação que legitima esta ordem pela força coercitiva autorizada. Assim, a violência está presente na própria ordem social e, para ele, se justifica falar dessa violência estrutural, entendendo que o uso da força que coage as pessoas faz parte das estruturas sociais e, especificamente, da violência do oprimido.

A abordagem do Martín-Baró mostra que, numa sociedade capitalista, a desumanização é produzida estruturalmente; assim, superar esta condição implica a supressão das estruturas injustas. Vemos que é um pensamento que se distancia de teorias psicologistas sobre a violência e legitima as ações revolucionárias e emancipatórias da psicologia e da sociedade. Isto é o que o autor buscava, naquele momento: que a psicologia fosse um instrumento teórico e reflexivo para a guerra que se iniciava. Não era possível naturalizar o ato violento concebendo-o apenas como consequência de processos psíquicos internos, mas como derivado da estrutura de uma sociedade capitalista.

Sem desconsiderar sua abordagem sobre a cotidianidade da violência numa sociedade capitalista, vamos dar atenção aos efeitos psicossociais no contexto da guerra civil, pois são as

peças que são impactadas nas suas rotinas. Martín-Baró propõe um modelo a partir dos agentes envolvidos, o executor, a vítima (objeto da violência) e o espectador (testemunha). Embora sua produção busque não psicologizar a violência como fenômeno individual, este modelo ajuda a entender o impacto psicossocial para a atuação do profissional da psicologia.

Neste cenário, o executor não está disposto a sentir mal-estar pela autoria do ato pela crença de que o ato se justifica pela criação da ideia do “inimigo”. Isso desumaniza a vítima e afasta o executor de qualquer sensibilização do ato. A vítima (objeto da violência) pode desenvolver passividade ou a repetição da violência que se naturaliza na vítima como padrão na relação social. O espectador (testemunha) pode se identificar com a vítima, que pode incitar à violência ou à intimidação pela consciência da repressão. Quando não existe identificação com a vítima, o sujeito que testemunha o ato violento pode justificar a violência e valorizá-la como instrumento de proteção do Estado aos “cidadãos de bem”.

Para não se distanciar da configuração social pela qual foi pensado o modelo apresentado acima, o autor propõe três orientadores para entender o efeito psicossocial: a classe social, o envolvimento no próprio conflito e a temporalidade. Nesse sentido, entendemos que a população pobre é a mais afetada, com as mortes de familiares pelo exército e esquadrões da morte, o desaparecimento e a separação pela migração ou exílio. Como as ações de guerra ocorrem principalmente no interior do país, isto afeta o trabalho de pequenos produtores com queimadas de lavoura e bombardeios do exército. Não significa que a classe social privilegiada não seja afetada pela guerra, mas entende-se que este grupo social tem acesso a recursos como áreas urbanas protegidas que considera espaços artificiais de segurança e lazer (MARTÍN-BARÓ, 1990, p. 24-38).

Finalmente, sobre os efeitos psicossociais, a contribuição que considero mais importante do autor é o conceito de trauma psicossocial:

El trauma psicosocial constituye así la cristalización concreta en los individuos de unas relaciones sociales aberrantes y deshumanizadoras, como las que prevalecen en situaciones de guerra civil...El trauma psicosocial es una expresión psíquica de relaciones alienantes. (MARTÍN-BARÓ, 1990, p. 236).

Martin-Baró constrói o conceito de trauma psicossocial a partir da experiência da guerra de El Salvador (MARTÍN-BARÓ, 1988), definindo a guerra salvadorenha a partir de três características: a polarização social, a mentira institucionalizada e a violência que passou de repressiva para majoritariamente bélica.

A polarização e despolarização social não são fenômenos uniformes, mas se relacionam com o andamento da atividade militar e com a evolução política. Em alguns períodos da guerra surgem movimentos de maior ou menor empatia pela FMLN. Houve um esforço para que organizações populares avançassem de reivindicações trabalhistas para posturas políticas mais conscientes, radicais e até violentas. Do outro lado existia um forte plano de guerra psicológica que buscavam ganhar a população civil apresentando a guerrilha como terroristas vulgares e inimigos do povo. Eram evidentes também de setores da igreja conservadores de apresentar o conflito armado como uma luta do bem contra o mal onde o exército do governo era representante de Deus e a guerrilha representante do demônio. De fato, o programa de contra insurgência do exército investia no antagonismo e não como possibilidade de acordos. Assim, o governo, através do exército, transmitia estes valores pelo lema “unidos para reconstruir” no seu programa de contra insurgência, mas, na verdade o que se interpretava era “desunidos para destruir” (MARTIN-BARÓ, 1988). Estas campanhas se intensificavam em períodos eleitorais o que aumentava a anuência da população civil com as ações militares criando um ambiente de tensão psicossocial no qual as pessoas eram demonizadas e as iniciativas de diálogo criminalizadas.

A mentira institucionalizada foi outra característica marcante neste período que era criar “histórias oficiais” fictícias respaldadas pelos altos cargos militares que acusavam o FMLN de assassinatos de lideranças políticas que o próprio exército tinha cometido. Foi isso que aconteceu nos primeiros informes do massacre dos jesuítas nos quais se afirmava que a guerrilha tinha assassinado os sacerdotes e suas colaboradoras.

E a terceira característica que Martín-Baró chama de propriamente bélica possuía duas vertentes uma era o confronto militar e a outra era a repressão paramilitar. Os esquadrões da morte eram um forte instrumento bélico para se manter no poder. Isso foi se modificando quando os Estados Unidos se posicionavam contrários ao uso de grupos paramilitares.

Assim, apontava a necessidade de empreender uma tarefa psicossocial de despolarização, desideologização e desmilitarização do país.

Em 1988, o governo norte-americano afirmava que El Salvador era um exemplo claro das “novas democracias” latino-americanas surgidas nesta década na América Central, onde apenas a Nicarágua seria uma exceção. Esta informação era enfatizada para aprovar o êxito da política externa do governo de Ronald Reagan para a América Latina, e se baseava na seguinte informação:

- a. Que o governo salvadorenho tinha sido eleito em eleições livres de acordo com uma constituição democrática;

- b. Que existia no país um crescente respeito aos direitos humanos da população e que 80% das violações que ainda existiam eram causadas pelos rebeldes;
- c. Que o exército salvadorenho se tornou cada vez mais profissional, submetendo-se ao poder civil;
- d. E que os problemas que ainda perduravam como, por exemplo, a satisfação de necessidades básicas da população ou no funcionamento do sistema de justiça, podia ser atribuído à situação criada pelos grupos marxista-leninistas que praticavam o terrorismo violento com apoio de Cuba e Nicarágua.

Martin-Baró vai desconstruindo cada uma destas afirmações, demonstrando a elaboração ideológica do governo Reagan. Aponta que o caráter democrático de um governo não depende apenas de como foi eleito, mas das forças que conduzem e determinam sua atuação. Além disso, no texto disseminado pelo governo norte-americano, os rebeldes eram colocados como culpados das violações dos direitos humanos, o que eximia o governo de qualquer responsabilidade. São informações que não apresentavam uma análise objetiva de dados, mas uma distorção grosseira que mais parecia uma campanha de “guerra psicológica”.

Observando a saúde mental da população que vivia em áreas de conflito é que Martin-Baró apresentou a realidade da guerra salvadorenha que não aparecia nos informes oficiais. Informes de organizações e coletivos de profissionais da psicologia presentes nas áreas de conflito - onde o exército invadia e atacava pequenos povoados bombardeando e assassinando quem julgasse suspeito de pertencer à guerrilha⁹ - apontavam que, toda vez que uma operação militar começava, a população se recolhia nas suas casas dominada por sintomas psicossomáticos: tremores generalizados pelo corpo, “fraqueza” muscular, diarreia etc. Tratava-se de um sintoma conhecido na população: o medo da aproximação do exército. Eles o chamavam “a dor”: uma violenta cólica intestinal, uma dor de cabeça muito forte e uma fraqueza generalizada impossibilitando, até mesmo, de caminhar.

Em um pequeno estudo realizado num refúgio na periferia de San Salvador com 250 pessoas adultas deslocadas dos seus povoados pelo conflito, concluiu-se que a mera presença do exército nas proximidades do refúgio era suficiente para que 87% das pessoas comesçassem a tremer, 75% sentissem taquicardia e 64% sentissem um tremor corporal generalizado (MARTIN-BARÓ, 1988, p. 125).

⁹ É interessante destacar que os povoados no interior onde o exército fazia operações com frequência não existiam jovens, pois tinham fugido para a capital ou migrado para Estados Unidos para se salvar ou tinham se incorporado à guerrilha.

Também, foi apontado que nas áreas do interior, onde os combates eram permanentes, as jovens dos povoados da região eram sistematicamente vítimas de abuso sexual por parte dos soldados e oficiais do exército. Segundo depoimento das vítimas, para evitar constantes estupros, as “mais espertas” (segundo seus termos) recorriam à proteção de algum soldado ou oficial, prostituindo-se e solicitando proteção em relação aos outros militares.

Ainda, é notório destacar, no artigo de Martin-Baró, que em uma pesquisa realizada, entre abril e maio de 1987, buscando reproduzir estudos realizados nos Estados Unidos sobre a formação do conceito da classe social (Leahy, 1983), foram entrevistadas mais de 200 crianças de diversas idades e distintos setores sociais. Uma das perguntas que se apresentava era: “O que seria necessário para não existir mais pobres? Várias das crianças entrevistadas pertencentes a setores socioeconômicos altos respondiam: “Matar todos”. Esta resposta não tinha aparecido em nenhuma pesquisa nos Estados Unidos e, embora Martin-Baró aponte que não existiam dados conclusivos, é evidente que setores da sociedade salvadorenha apresentavam como solução da guerra civil a eliminação de “todos os subversivos”.

Martin-Baró aponta que não se tratava apenas de sociedades pobres, mas de empobrecidas, que não estavam apenas divididas, mas violentamente fragmentadas ou destruídas, nas quais os direitos humanos mais básicos eram negados. Isso fazia com que a própria concepção de violação de direitos humanos fosse pensada diferentemente. Martín-Baró aponta que, nesses casos, havia uma precariedade da existência humana nos espaços de conflito, fazendo com que os direitos violados não fossem relacionados à liberdade de imprensa ou cultos religioso, o que tanto preocupava o governo norte-americano; no caso de El Salvador, estávamos falando de falta de direitos fundamentais como conservar a vida, comer, um teto para morar, trabalho como realização e escola para os filhos. De fato, para um camponês, na década de 80, não fazia muita diferença a censura dos jornais, pois, pelo grande índice de analfabetismo, ele não poderia ler o jornal. Afinal, o que importa destacar, mais do que a destruição física e material, é a destruição psicossocial, assim como a criminalização assustadora que aparece na mente infantil.

A guerra civil de El Salvador não foi um “conflito de baixa intensidade” como apontavam os relatórios de Washington, mas uma guerra que negava a soberania e ameaçava destruir a identidade e a história de um país.

Em 1984, Martin-Baró já tinha proposto uma perspectiva psicossocial sobre a guerra. Era certo de que a guerra salvadorenha ia além da guerra psicológica por parte dos militares, por um lado, e do trabalho com as sequelas que demandavam prevenção e tratamento, por outro. Havia um aspecto da guerra que definia a totalidade e, assim, um processo que se sobrepunha

aos demais processos sociais, econômicos, políticos e culturais, afetando de maneira direta ou indireta todos os membros da sociedade.

Em El Salvador, como consequência da mudança de uma repressão do Estado para uma ordem militarizada, o que se produziu foi uma militarização da sociedade e da vida coletiva. Isso aconteceu em zonas controladas pelo governo e, também, naquelas controladas pela FMLN, embora existam diferenças entre os dois casos.

A legítima preocupação com o fenômeno do trauma se encontra em Martín-Baró e Sándor Ferenczi, como será visto no item 2.4. Apesar de configurações sociais tão diferentes, tanto um quanto outro pensaram o trauma em situações de guerra. O psicólogo social revelava uma realidade muito distinta da que era oferecida pelo porta voz do governo Reagan; por outro lado, Ferenczi também mostrou, através do conceito de identificação com o agressor, como as subjetividades traumatizadas eram capazes de se agarrar ao objeto hostil por uma questão de sobrevivência física e psíquica. Mostrou, também, como os sintomas psicossomáticos e, até mesmo, uma falta de vontade de viver poderiam derivar de vivências traumáticas em situações de violência excessiva e permanente, impedindo a assimilação e a elaboração psíquica dos acontecimentos pelos sujeitos. Situações adversas, seja na família ou na sociedade impactam a saúde mental das pessoas, mas o mais importante aqui é ver como as experiências e relações alienantes, sejam elas vividas na família ou na sociedade, são capazes de produzir traumas individuais e sociais.

A subjetividade individual e a subjetividade social não podem ser divididas ou entendidas de modo estanque. Tanto Martín-Baró quanto Ferenczi articularam o individual ao social e mostraram que a alienação subjetiva atravessa e une esses dois campos, implicando situações nas quais os sujeitos se veem invalidados e sem qualquer proteção. A invalidação subjetiva se dá, em parte, porque a instância que deveria protegê-los é justamente aquela de onde partem as ameaças e a violência; mas ela também ocorre porque deixa de haver um espaço exterior para onde alguém possa correr, já que, nesse caso, a violência se expande por todo o universo relacional do sujeito. Estando por todos os lados assujeitado, deixa de haver um espaço onde ele possa colocar-se como sujeito.

Martín-Baró ainda apontou outros conceitos interessantes que dialogam com a proposta desta dissertação: o conceito de “latino indolente” e o conceito de fatalismo.

2.3 O latino indolente

Em 1987, Martín-Baró publicou um artigo chamado *O Latino Indolente: Carácter Ideológico do fatalismo latino-americano*¹⁰. Este artigo começa fazendo uma alusão à literatura latino-americana, destacando o mundo latino-americano recriado por Gabriel Garcia Márquez, onde os acontecimentos mais extravagantes parecem normais e os anacronismos mais pitorescos adquirem um carácter de cotidianidade atemporal. Terras de coronéis solitários que não têm quem lhes escreva, povos parados no tempo e dispersos em florestas tropicais e cumes andinos. É uma literatura que fala de povos isolados e solitários, nos quais o tempo parece conduzir a um destino fatal. Nesse artigo, Martín-Baró justifica a importância da literatura como instrumento para entender a realidade:

¿Ficción novelística? Por supuesto, pero una ficción que capta atinadamente un mundo obligado a vivir pseudomarginado de la historia. Basta asomarse a la vida latinoamericana de cada día, “desde el río Bravo hasta la Patagonia”, para saber que la imaginación literaria no ha hecho más que depurar un hecho esencial de nuestra realidad... (p. 135).

Usando a literatura para entender a subjetividade, aponta no artigo que nos absurdos históricos do país e da América Latina todas as contradições são possíveis. É como se na América Latina o inconsciente que, segundo Freud, não conhecesse as contradições, estivesse se expressando sem muitos subterfúgios, com todos os paradoxos que podem nele conviver. É como se os povos latino-americanos estivessem adormecidos num sono que os deixa à margem da sua própria história, alheios ao seu próprio confinamento e, enquanto isso, os golpes de estado estivessem fazendo parte do cotidiano, constituindo-se em “folclore latino”.

2.4 Fatalismo

O que Martín-Baró apontava, em 1987, como fatalismo se aproxima do conceito de estética do cinismo de Cortez na literatura do pós-guerra, que será tratado no próximo capítulo. Esta aproximação provoca uma reflexão importante sobre o aspecto cultural dos povos do continente que é desenvolvido. Numa publicação anterior de 1983¹¹, o autor já apontava questões ligadas ao fatalismo a partir da análise do carácter das atitudes nos salvadorenhos, como

¹⁰ Trabalho publicado em 1987 no livro *Psicología Política Latinoamericana*, organizado por Maritza Monteiro.

¹¹ MARTÍN-BARÓ, I. Acción e ideología. Psicología social desde Centroamerica. San Salvador: UCA, 1983.

uma formação de valores que se constitui de forma reativa, em função das condições sociais, políticas e culturais nas quais eles se veem imersos. Em outros termos: não se trata de uma característica atávica dos salvadorenhos, mas de uma atitude que eles desenvolvem até mesmo como uma defesa diante das circunstâncias que encontram. Nesse sentido, Martín-Baró apresenta o fatalismo como uma atitude construída: são afetos, ideias e tendências comportamentais que não são próprias da alma de um povo, mas que esse povo pode utilizar como estratégia de vida para se relacionar consigo e com o mundo devido às condições de vida que encontra.

O fatalismo é uma forma de ser, uma maneira como as pessoas se relacionam consigo mesmas e se relacionam com o mundo. Mas no caso dos latinos, este seria um traço atribuído a eles por outros, e que eles próprios incorporam pelas contingências histórico-sociais nas quais se veem mergulhados, como explica Martín-Baró:

Ahora bien, es importante distinguir el fatalismo en cuanto actitud ante la vida de las personas, del fatalismo en cuanto estereotipo social atribuido a los latinoamericanos, incluso cuando el estereotipo se lo apliquen a sí mismos los propios latinoamericanos... habrá que examinar si el fatalismo corresponde a una actitud real de los latinoamericanos o si más bien constituye una caracterización que se les atribuye y... tiene un impacto sobre su existencia, aunque su comportamiento real no corresponde a esa caracterización.

Os traços fatalistas estariam, portanto, vinculados com as condições econômicas, políticas e culturais de cada sistema social. No artigo citado, Martín-Baró apresenta o fatalismo latino-americano a partir de quatro pontos: a síndrome fatalista, a psicologização do fatalismo, a funcionalidade política do fatalismo e a ruptura do fatalismo.

Figura 2: Esquema sobre fatalismo

Ideias	Sentimentos	Comportamentos
A vida está predefinida	Resignação frente ao próprio destino	Conformismo e submissão
A própria ação não pode mudar o destino fatal	Não se deixar afetar, nem emocionar pelas circunstâncias da vida	Tendência a não fazer esforços, à passividade.
Um Deus distante e todo poderoso decide o destino de cada pessoa	Aceitação do sofrimento causado pela dureza do próprio destino	No presente, sem memória do passado nem planejamento do futuro

Fonte: Autoria própria

Existem mais reflexões teóricas do que estudos empíricos sobre o tema. Estas reflexões teóricas são sobre a natureza do fatalismo, que é definido frequentemente como um traço do “caráter latino-americano”. Também é entendido como dado implícito no qual se entende o fatalismo como ponto de partida, sendo estudado de maneira indireta, principalmente quando o foco do estudo recai sobre os setores pobres e marginalizados da população. Esse foi o caso do

estudo de Tefel (1972) na Nicarágua, onde é apontado que 79,7% dos chefes de família dos bairros marginais na Nicarágua entrevistados concordam que “Fazer planos traz somente infelicidade, porque é difícil realizá-los” (*inutilidade de todo planejamento*); 66,8% aceitavam que “Uma pessoa deve se preocupar com as coisas de hoje e deixar as de amanhã para amanhã” (*presenteísmo*); finalmente, 93,0% consideravam que “O segredo da felicidade está em não esperar muito da vida e estar contente com o que ocorre com as pessoas (*conformismo e resignação*). Estudos no México (DÍAZ-GUERRERO,1985) apontaram que a sociedade mexicana, diferentemente da sociedade anglo-saxã, tende a reforçar padrões de adaptação de caráter passivo conformista que demonstram alguns dos traços de conformismo e submissão frente à ordem estabelecida. Assim, os traços fatalistas estariam vinculados às condições econômicas, políticas e culturais de cada sistema social. (TEFEL, 1972; SALAZAR, 1987).

Estudos realizados na Venezuela também demonstram a imagem fatalista que alguns grupos têm de si mesmos como a “fraqueza”, a passividade, a irresponsabilidade, o pessimismo e a ausência de sentimento histórico, confirmando que um dos elementos constantes na imagem que o venezuelano tem de si mesmo é o de se enxergar a partir de um marco de passividade natural diante da realidade (SALAZAR, 1987).

Para Martín-Baró, estudos empíricos não são totalmente consistentes para confirmar a validade da síndrome fatalista latino-americana, mas propõe três conclusões preliminares:

- Os estudos comprovam que diversos setores da população latino-americana mantêm uma atitude fatalista frente à vida que está atrelada a circunstâncias histórico-sociais;
- Traços do estereótipo sobre o latino-americano fatalista residem nas imagens que diversos grupos sociais atribuem aos membros dos seus próprios países;
- A atitude fatalista tende a ser observada, especialmente, entre os setores socioeconômicos baixos, embora o estereótipo também exista em outros grupos.

Não seria possível enxergar, tanto na atitude do latino indolente quanto na de fatalismo, modos de ser que surgem como consequências de relações traumáticas? O psiquiatra Frantz Fanon, por exemplo, já teria mostrado, em seu livro “Os condenados da terra” (1995), que o argelino era denunciado pelos colonizadores franceses como um sujeito indolente, passivo e incapaz de fazer planos. Os psiquiatras da época atribuíam essas características a uma conformação cerebral inferior nos povos colonizados. Afirmavam que os argelinos agiam movidos apenas pelo diencéfalo, o que os aproximava dos animais vertebrados inferiores. Fanon vai mostrar, em sua tese defendida na faculdade de medicina (FANON, 2008), que essas características não eram decorrentes de conformações cerebrais nem dos atavismos de um povo,

mas eram produto da violência colonial. E propõe que estas características contingentes dos argelinos sejam entendidas como reações a traumas. Neste ponto, Martín-Baró não estaria muito distante. Ele se preocupava com a violência envolvida na polarização social, lançou o conceito de trauma psicossocial para suplantiar uma abordagem simplesmente individual do trauma - que ele considerava como uma prática elitista da psicologia - e se esforçou em mostrar como a violência da exploração e da guerra forjava nas pessoas que a vivenciavam certos sintomas e, até mesmo, certos traços de caráter. Martín-Baró buscava uma psicologia científica que se deixasse tocar pela experiência e não buscasse ter respostas imediatas. Mais do que apenas descrever fenômenos, isso o leva a construir uma psicologia implicada, uma psicologia da libertação. Num trecho da sua tese de doutorado, ele escreve:

[...] no podemos darnos por satisfechos se nos limitamos a describir los hecho de la realidad tal y como son, porque ese proceder sigue dando alas a un orden social alejado de la justicia, la convivencia, la fraternidad y el respeto a la dignidad de las personas, una ciencia que se quiere histórica debe mirar tanto al pasado como al futuro y por tanto no puede contentarse con reconstruir más o menos fielmente lo que se da sino que debe esforzarse por construir aquello que no se da pero que debería darse, no lo hecho sino lo por hacer manter a citação e colocar a referência.

A proximidade de concepções entre Fanon e Martín-Baró nos permite a entrada de uma terceira corrente de pensamento, que dialoga bem com ambas: a psicanálise. De fato, para entender melhor a violência colonial, Fanon buscou em sua tese de doutorado (publicada anos mais tarde com o nome *Pele negra, máscaras brancas* - 2008) o auxílio da psicanálise. Somente uma interpretação psicanalítica, escrevia ele, poderia revelar as “anomalias afetivas” envolvidas na violência colonial e no racismo. Tanto o processo de colonização quanto o racismo produziram situações traumáticas, daí a importância de uma investigação psicanalítica acerca do trauma, de suas causas e de seus efeitos na subjetividade. Daí também, para esta pesquisa, o motivo de uma abordagem psicanalítica que dialogue com o conceito de trauma social de Martín-Baró, ao mesmo tempo em que abre outras nuances para o seu entendimento. Esse é o tema do capítulo seguinte deste trabalho.

CAPÍTULO 3.

COMO ELABORAR O TRAUMA A PARTIR DA LITERATURA, DA MEMÓRIA SOCIAL E DA PSICANÁLISE?

“Entiéndase... no era imposible escribir; habría sido imposible sobrevivir a la escritura [...] Tenía que elegir entre la escritura y la vida, y opté por la vida”.

Semprún, Jorge

(Discurso proferido quando ganhou o Prêmio de la Paz, 1994)

Neste capítulo, pretendo apresentar os principais conceitos da psicanálise acerca do trauma para, em seguida, analisar algumas formas de elaborá-lo, particularmente através da literatura.

Em 1914, a psicanálise era uma disciplina nova, nascida oficialmente em 1900, com a publicação do livro de Freud intitulado “A interpretação de sonhos”. Quando eclodiu a primeira guerra mundial, tanto a clínica psicanalítica quanto seus conceitos eram recentes e provocaram resistência na comunidade médica. Isso não impediu que, diante da tragédia de uma guerra mundial, o pensamento de Freud contribuísse para a expansão da sua prática e seu reconhecimento pela psiquiatria e outras áreas científicas. Fanon, como citamos anteriormente, se valeu da psicanálise para criticar as teses psiquiátricas em voga na época, recheadas de preconceitos coloniais. Sabemos que o próprio Ferenczi foi mobilizado para trabalhar no front e foi impactado pela experiência da guerra. Tanto o colonialismo quanto a guerra foram fonte de traumas, como apontam os dois autores.

Meu interesse é abordar o conceito de trauma em relação aos fenômenos coletivos e numa perspectiva histórica. O trauma não pode ser pensado como um fenômeno único, pois existem várias versões deste conceito, até mesmo na obra de Freud. Na medicina, originalmente, o trauma foi pensado a partir de um modelo mecânico, como um impacto no corpo que produz uma lesão física. Porém, este conceito se expandiu para o campo da psicologia e, em seguida para várias outras áreas do pensamento como a história, a justiça etc. Quero pensá-lo aqui como uma ferida na alma ou uma ferida que se registra como uma impressão

digital e que persiste muito tempo depois que essa marca ou impressão se produz. É essa a concepção de trauma da psicanálise.

Sabemos que o conceito de trauma é central nos escritos de Freud. Freud o reconhecia como fonte de sofrimento psíquico. As primeiras elaborações pré-psicanalíticas e freudianas, em momentos anteriores ao surgimento da psicanálise, revelavam, a partir do sofrimento das pacientes histéricas, um elemento de origem externa na produção deste sofrimento e de sua sintomatologia. Foi escutando suas pacientes que Freud teve certeza de que se tratava de um adulto perverso que se impunha sexualmente sobre crianças que viriam a desenvolver, com o tempo, o quadro histérico. Esta violência sexual e traumática apareceu no início na obra freudiana.

No campo psicanalítico temos várias teorias sobre o trauma que não se excluem, mas convivem, permitindo abordar problemas em níveis diversos, tanto individuais como coletivos. Podemos apresentar aqui, historicamente, as principais concepções de trauma na obra freudiana. A primeira aparece entre 1895 e 1896, quando Freud constrói o que chamou de sua teoria das neuroses.

As primeiras elaborações pré-psicanalíticas e freudianas, em momentos anteriores ao próprio surgimento da psicanálise, revelavam, a partir do sofrimento das pacientes histéricas, um elemento de origem externa na produção deste sofrimento e de sua sintomatologia. Foi escutando suas pacientes que Freud teve certeza de que na raiz do trauma havia um adulto perverso que se impunha sexualmente sobre crianças que viriam a desenvolver, com o tempo, o quadro histérico. Esta violência sexual e traumática apareceu no início na obra freudiana, quando Freud acreditava que o trauma seria causado por uma cena de sedução, isto é, pelo abuso sexual de uma criança por um adulto.

Tratava-se da violência de um corpo adulto que se impunha sobre o corpo de uma criança, naquele momento imobilizada na sua capacidade erógena e coagida dentro da sua própria casa. A sexualidade da criança é condenada, a partir daí, ao silêncio e à dor. Isso porque outro corpo violento, autoritário e perverso a teria forçado a uma situação sexual que, por seu caráter unilateral e objetificante, tornava-se para a criança uma experiência de excesso (ENDO, 2009)¹².

¹² Trauma, Memória e Transmissão: A incidência da Política na Clínica Psicanalítica - Como a psicanálise pode transformar o impacto da violência histórica sobre o sujeito, saindo do eixo individual em direção à esfera pública? (DEPARTAMENTO FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE – SEDES SAPIENTIAE).

Aos poucos, Freud se deu conta de que essa experiência, tão identificada pelos psicanalistas e reconhecida como de graves consequências emocionais, não servia totalmente para explicar a sintomatologia que ele passou a identificar depois na histeria. Freud percebeu que ela não provinha de uma causa **exógena**, mas era fruto de uma fantasia. Logo, a paciente histérica não havia sido molestada por um adulto abusador, mas teria desejado o ato com um adulto e se castigado mais tarde devido a isso (FREUD, 1893 – 1969). Assim, o corpo sexualmente aprisionado da histérica revelava o desejo e proibição sexual como uma cena incestuosa e violenta que, na verdade, nunca acontecera, mas se instalava como **fantasia**. Seria, assim, que a psicanálise entenderia o sofrimento que o sujeito era capaz de se impor, e o esclarecimento dos processos inconscientes envolvidos passaria a ser tarefa da clínica psicanalítica. Freud praticamente abandona a ideia de qualquer influência da realidade exterior no engendramento das perturbações psíquicas que, para o trabalho da reflexão psicanalítica, passam a ocupar a posição de epifenômeno. Não importa mais o que atingiu o sujeito, mas como. Assim, a partir de 1900, com a hipótese do inconsciente, Freud prescinde do acontecimento real: o trauma pode se dar apenas na fantasia.

Mas com a eclosão da guerra, a concepção muda novamente de figura. Após 1920, com o final da primeira guerra, o desenvolvimento de uma clínica para o tratamento dos neuróticos de guerra e o retorno de alguns discípulos de Freud convocados como médicos de guerra, Freud retorna diferentemente à ideia de trauma.

Ele se vê obrigado a repensar essa noção a partir dos sonhos traumáticos, que são experiências dramáticas que reproduzem vivências catastróficas lá onde o sujeito deveria encontrar guarida e apaziguamento. Os sonhos traumáticos agitam o psiquismo ao ponto de exigir uma resposta somática que culmina com o despertar. O sujeito é lançado para fora do seu sono, atormentado pelo sonho que o impediu de dormir.

A função mister do sonho é a de preservar o sono, mas para quem corre perigo ou experimentou muita dor e sofrimento, o sono é proibido. A natureza desse perigo revela seu inequívoco caráter somático e não apenas psíquico, exigindo uma resposta igualmente física e motora: o despertar, a sudorese, a taquicardia, evidenciando que tal experiência não pode ser contida na experiência psíquica por excelência, o sonho.

Freud vê-se obrigado, em 1920, a rever sua tese sobre o predomínio do princípio do prazer na vida psíquica e a analisar o sonho novamente, mas, desta vez, para atestar o fracasso, às vezes, da elaboração onírica. Nesses sonhos, o que aparece é a literalidade da experiência vivida e traumática. Há um corpo que experimenta a dor e um psiquismo que ignora esse **sofrimento**. Se não fosse, assim, o sonho, que é puro produto psíquico, reproduziria o

sofrimento insuportável. A experiência **catastrófica** encontra, então, um acesso privilegiado na experiência psíquica, revelando a mesma força e impacto presentes na gênese do traumático.

Assim, surge um elemento novo que não era visível para Freud: a sobrevivência no psiquismo de um acontecimento psiquicamente insuportável, fisicamente insistente, mas que encontrava um índice de permanência na experiência. Tudo se passava como se fosse revisitado aquele lugar que os soldados viveram na guerra, onde também viveram o horror para depois voltar a vivê-los nos seus sonhos. Seu contato com as neuroses de guerra o conduz a uma concepção econômica do trauma, constituindo uma terceira teoria a este respeito: o trauma seria fruto de um excesso de estímulos que o sujeito não seria capaz de elaborar, isto é, de assimilar psiquicamente, devido à sua intensidade e/ou à sua violência, (Freud, 1918). É essa terceira concepção que costuma ser utilizada para se pensar o trauma social a partir de Freud: tanto no plano individual quanto coletivo, podem existir situações muito fortes e violentas que ultrapassam a capacidade de elaboração psíquica de indivíduos, grupos ou comunidades.

Como já foi dito, não há uma concepção única do trauma para Freud, mas nas duas primeiras o trauma se dá em dois tempos (SANFELIPPO, 2018). Isso significa pensar o trauma em duas direções temporais, uma direção prospectiva que vai do passado ao presente a partir de um registro ou marca no passado; e outra direção retrospectiva que, a partir de situações do momento presente, permite ressignificar o valor dessa experiência. Em suma: não há uma única noção de trauma, mas várias; por outro lado, essas noções se encontram vinculadas ao que Freud descreve como *nachträglichkeit*¹³ (traduzido como “a posteriori”): uma noção que supõe uma temporalidade combinada nas duas direções apontadas (prospectiva e retrospectiva). Embora este funcionamento a posteriori se repita em vários textos ao longo da obra freudiana, não é ele que se coloca em jogo a partir da primeira guerra mundial, quando Freud começa a definir o trauma em termos econômicos. Nesse caso, o que ocorre é a entrada no aparelho psíquico de uma grande quantidade hipertrófica de excitação que não consegue ser assimilada, provocando uma paralisia no sujeito e produzindo perturbações duradouras. É essa a ideia apresentada por Freud no texto *Além do princípio do prazer* (1920) e na Conferência XVIII (1916). Nessa perspectiva econômica, torna-se mais difícil supor que o aparelho psíquico elabore os estímulos, ligando-os às cadeias associativas, produzindo jogos associativos e/ou mecanismos de defesa. O aparelho psíquico, tal como Freud o define *Inibição, Sintoma e Angústia* (1926), existe para

¹³ Freud usa o substantivo que, segundo o Dicionário comentado do Alemão de Freud, de Luiz Hanns (1996), geralmente, traduzido por “a posteriori”, “ação deferida”, “ação retardada” e “efeito retardado”.

o controle e a elaboração dos estímulos. Assim, diante de um perigo, ele põe em funcionamento mecanismos de defesa para a tramitação e assimilação dos estímulos.

Mas, Freud aponta que, às vezes, esse mecanismo não funciona, pois, em momentos de grande susto ou terror, o aparelho psíquico não consegue articular suas cadeias de representações. Nesses momentos, produz-se uma descontinuidade na cadeia de representações, a temporalidade fica suspensa e a capacidade de distinguir entre passado, presente e futuro fica prejudicada. Aqui a temporalidade não se dá nem em dois tempos, nem em dois sentidos, havendo, de fato, uma indistinção temporal. Lembremos o que Freud fala sobre os sonhos traumáticos: a cena se repete, noite após noite, e o sujeito acorda com renovado terror. O sonho deixa de ser um relato do passado, mas, também, não é presente; não é uma lembrança que pode ser relatada, não se representa, mas se faz presente. Nesse caso, temos uma indistinção temporal, ao invés de dois tempos.

Nos escritos de Freud, existem vários textos sobre a guerra. Talvez o mais emblemático seja o texto *Porque a guerra*, de 1933, que consiste em cartas trocadas entre Einstein e Freud. O primeiro indaga a Freud se há um caminho para libertar os seres humanos das fatalidades da guerra e aponta o insucesso das nações em manter sua soberania, bem como a dificuldade de renúncia incondicional dos Estados de parte da sua liberdade de ação em nome da segurança internacional. Freud levanta a hipótese de que no ser humano habita uma pulsão de destruição, impulsionando uma vontade de odiar e aniquilar.

Mas existe um texto anterior de Freud, escrito em 1915, chamado *Considerações contemporâneas sobre a guerra e morte*, no qual ele escreve sobre um momento de catástrofe que é primeira guerra mundial e as urgências sanitárias que se apresentavam na época. Este texto expõe ideias-chaves do que será, se não uma teoria freudiana da guerra, pelo menos, sua primeira teorização do impulso destrutivo que se expressa na guerra. Freud marca essa divisão entre a razão e os afetos, descreve o que está acontecendo no tempo que ele vive na primeira mundial e destaca a guerra e a morte como os dois temas “contemporâneos”, como está no título do texto.

No primeiro capítulo, sobre *A desilusão diante da guerra*, ele trata da perda de ilusões, que é uma palavra importante na psicanálise. Para Freud, a guerra destruiu a ciência como uma ilusão de salvação. A guerra nos mostra que a ciência não é neutra - o que é bem explicado pelo materialismo histórico -, mas a psicanálise contribui para pensar os modos de subjetivação diante de situações extremas. Na segunda parte, *Nossa relação com a morte*, Freud escreve sobre a dificuldade e a importância do luto, mas este texto tem como referência o número

altíssimo de mortes na guerra, o que nos conecta com um desamparo que é um conceito importante na psicanálise freudiana, o luto coletivo da morte e a perda de ideais.

Ainda que a guerra tenha levado Freud a recolocar o trauma no centro de sua teoria, psicanalistas que pesquisam a relação da psicanálise com áreas como a política, a cultura e direitos humanos apontam a importância de pensar o conceito do trauma de uma maneira mais ampla do que Freud originalmente apresentou. É que Freud, desde que criou a psicanálise, deixou de dar ênfase à realidade e à exterioridade do evento traumático. Após o abandono da teoria da sedução, pela qual enxergava no trauma o abuso de uma criança por um adulto, passa a articular o trauma sempre a partir de uma realidade psíquica. Mesmo que os fenômenos violentos se dessem de fato na realidade externa, como na guerra, seria apenas na medida em que eles tocassem a realidade psíquica do sujeito que poderiam ser considerados traumáticos. Isso, de alguma forma, colocava a responsabilidade do trauma apenas sob a alçada do sujeito que o experimentava, eximindo a responsabilidade daqueles que tinham praticado a violência.

Assim, ainda que a importância das neuroses de guerra e dos sonhos traumáticos tenham transformado a concepção de experiência traumática na obra freudiana, ela ainda seria insuficiente para tratar das grandes catástrofes do século XX, levando em conta vítimas, perpetradores e as relações de poder envolvidas. Será com Ferenczi que uma mudança de concepção mais fundamental se apresentará aos psicanalistas e à teoria psicanalítica.

A principal contribuição do Ferenczi sobre o trauma é apresentada em dois textos importantes: *Análise de crianças com adultos*, de 1931, e um de seus escritos mais emblemáticos, *Confusão de línguas entre o adulto e a criança*, apresentado, em 1932, no congresso de Wiesbaden. No qual houve uma tentativa dos próprios psicanalistas de impedir que o trabalho fosse exposto, sendo que o próprio Freud tentou dissuadir Ferenczi de publicar o artigo (KUPERMAN, 2019).

O texto de Ferenczi retomava o papel do agente sexualmente violento na gênese do trauma, insistindo que o traumático se fundava na relação de poder em jogo, tanto na parte do agressor como do agredido. Nesse artigo, ele encarou o problema do trauma como uma confusão de línguas: a língua da ternura, própria da criança, era respondida com a língua da paixão, própria do adulto. De modo mais explícito: as possibilidades das experiências erótico-sexuais da criança eram experimentadas como relações psíquicas de ternura vividas junto do adulto, e a ultrapassagem da fronteira terna para o território da paixão. Isto é, para o ato sexual genital aos moldes do adulto, poderia causar uma situação traumática para a criança. Contudo, não bastava para Ferenczi a explicação do trauma pela violência da experiência. Era preciso que a essa violência de somasse também outro elemento, esse sim, fundamental para o caráter

patogênico do trauma: o desmentido. Como Ferenczi afirma em *Análise de crianças com adultos* (1931, p. 79): “O pior é o desmentido, a afirmação de que não aconteceu nada, de que não houve sofrimento ou até mesmo ser espancado e repreendido quando se manifesta a paralisia traumática do pensamento ou dos movimentos; é isso, sobretudo, o que torna o trauma patogênico”. Essa ideia será desenvolvida a seguir.

Para Ferenczi, o trauma não seria explicado pelas reminiscências ou pelas fantasias de um sujeito, como em Freud, mas dizia respeito a uma violência real, a uma experiência que teria acontecido, de fato. Propõe então um modelo para pensar essa violência, composto por três personagens e dois momentos. Os três personagens são uma criança, um adulto que abusa sexualmente dela e outro adulto a quem a criança procura na ânsia de compreender o que se passou.

Num primeiro momento, uma criança brinca com um adulto, e nessa brincadeira existem elementos de todo tipo, inclusive sedutores. Contudo, a sedução da criança não tem um propósito genital: ela é feita sob a linguagem da ternura, envolvendo um erotismo lúdico. O adulto, porém, responde a essa sedução lúdica com um outro tipo de linguagem: a linguagem da paixão. Confunde a linguagem da ternura da criança com sedução genital e violenta a criança. Num segundo tempo, a criança, sem conseguir dar sentido ao que aconteceu, procura outro adulto em seu entorno que lhe proporcione alguma explicação sobre a violência que ela sofreu. Esse segundo adulto não quer ou não suporta o que a criança lhe traz, não ouve o seu relato, não percebe o seu sofrimento. Ele lhe diz que nada aconteceu, ou então, que ela está mentindo ou inventando coisas. É isso que Ferenczi chama de *Verleugnung*, desmentido, termo que também pode ser traduzido por descrédito ou desautorização. Sem conseguir dar sentido ao que para ela não faz sentido, sem ter o seu relato, o seu sofrimento ou a sua própria percepção das coisas validade pelo adulto, a criança passa a duvidar do que houve, do que sente, do que percebe no mundo.

O desmentido não é apenas uma questão de palavra: são os afetos de um sujeito, o seu sofrimento e ele próprio enquanto sujeito que estão sendo desmentidos. É nesse sentido que o trauma constitui, para Ferenczi, uma vivência aniquiladora, trazendo uma invalidação subjetiva. Não se trata apenas da violência sofrida, mas do fato dessa violência ser negada, ou seja, trata-se da combinação da violência do ato com o descrédito da vítima. Tanto a violência como o desmentido são experiências relacionais que não provêm das fantasias da criança. Mesmo que cada sujeito viva o trauma ao seu modo, essas experiências são reais, e não fantasísticas. Assim, o papel do agente agressor na gênese do trauma sexual apresenta um caráter simultaneamente extra e intrapsíquico.

Dessa forma, coube a Ferenczi promover um des-recalcamento da primeira teoria freudiana do trauma para avançar no entendimento da ação exógena envolvida no trauma. Como afirma Jô Gondar (2012), ainda que Ferenczi tenha construído seu modelo de trauma a partir de histórias familiares que envolviam uma criança abusada e desmentida, este modelo não privilegiava personagens, e sim relações. “Relações de poder, de dependência, de desvalorização de desrespeito; em suma, relações políticas, na mesma medida em que afetos como vulnerabilidade, humilhação, injustiça e vergonha podem ser considerados como afetos políticos” (GONDAR, 2012, p. 196). É nesse sentido, que podemos estender sua concepção de trauma para situações mais amplas, como as que dizem respeito a grupos ou sociedades. Pode-se pensar que no trauma social uma instância mais poderosa violenta e invalida sujeitos em posição mais vulnerável, desmentindo a violência exercida e a própria percepção e modos de vida desses sujeitos.

A constância, intensidade e presença maciça do agente agressor levam a atividade psíquica dos que sofrem o trauma ao paroxismo, que se evidencia como um colapso, uma paralisia ou uma fadiga, assim como a informações psíquicas deformadas e paradoxais. Fazendo uma articulação entre Freud e Ferenczi é que podemos analisar alguns exemplos da incidência do trauma por conta da violência de Estado, revelando a paralisação do trabalho psíquico na elaboração das suas próprias experiências. Essa impossibilidade de elaboração traumática produz não apenas sintomas individuais, como paralisia de pensamento e movimentos, apatia, pânico e depressão, mas também sintomas relacionais, como a perda de uma confiança básica em si mesmo e nos outros, nos vínculos que garantem o convívio social, nos governantes, nos saberes humanos e em qualquer possibilidade de amparo, seja ele familiar, comunitário, social, político. Podemos ver, assim, que o sujeito está destinado a uma experiência individual da catástrofe. Mas, também, que o trauma, entendido no seio de relações de poder, pode ser pensado numa dimensão social e política. Nesse sentido, ele pode ser pensado como trauma social.

O livro de Flavio Tavares, *Memórias do Esquecimento* (2005), ganhador do prêmio Jabuti, no ano 2000, como obra de reportagem, é escrito no ritmo de romance de ação em que se revelam os detalhes da história da violência de Estado no Brasil. Flavio Tavares foi preso e banido do Brasil pela ditadura. O autor demorou 30 anos para escrever este livro contundente como testemunho da tortura que sofreu por parte do Estado. No capítulo *O Exílio no Sonho*, ele relata:

Ao longo dos meus dez anos de exílio, um sonho acompanhou-me de tempos em tempos, intermitente. Meu sexo me saía do corpo, caía-me nas mãos como um parafuso solto. E, como um parafuso de carne vermelha eu voltava a parafusá-lo, encaixando-o entre minhas pernas um palmo abaixo do umbigo, no seu lugar de sempre. Sonhei no México, em 1969, com meu pênis saindo-me pelas mãos, seguro na palma esquerda, com os dedos da mão direita buscando sentir, aflitos, se ele ainda pulsava, se o sangue nele corria, se meu sexo ainda vivia... Mais terrível que o pesadelo era o levantar-se com ele, na dúvida, naquelas frações de segundo entreabertas entre a noite e o amanhecer, sem saber se fora apenas sonho mesmo ou o despertar de uma realidade cloroformizada pela vida. Meu sexo saía do lugar sem mais nada, como uma espécie de folha caída. (TAVARES, 2005).

O sonho traumático tende a dar conta de uma fratura, de uma cisão que ocorre numa situação de tortura. Exige um reconhecimento do sofrimento físico, apresenta um terror de morte e uma busca por sobrevivência. O corpo é convocado na própria composição da experiência traumática no sonho.

Vemos, no relato do autor, a experiência literal da castração na qual vai se esvaindo toda a integralidade do corpo e da alma. A humilhação repetida no sonho demonstra o fracasso da elaboração psíquica. A publicação do relato de Marcio Tavares mostra, através da literatura, uma forma de resistência e elaboração deste fracasso inicial do psiquismo, e uma busca de saída para a elaboração do trauma, mesmo após décadas do fato acontecido. O livro de Marcio Tavares foi concluído 27 anos depois de ele ser libertado do cárcere da ditadura no Brasil e, pela experiência psicanalítica, talvez, seja este o tempo capaz de separar o fato do terror que ele produz.

Os sonhos têm um subsonho, subliminar, que não aparece, mas que também se sonha, e que em mim era um pesadelo escondido: se meu pênis chegasse a ter uma cor roxa, um lilás forte, estaria necrosado e eu, definitivamente, castrado. O roxo violeta nunca apareceu e continuei sendo, nesses anos, o cirurgião plástico de mim mesmo... (TAVARES, 2005).

Ferenczi não valorizava tanto a questão da castração. O autor apontava que, no trabalho com pacientes traumatizados de guerra, eles eram, muitas vezes, arrebatados pela emoção e por dores violentas de natureza psíquica e corporal. Até mesmo delírios e perda de consciência, mais ou menos profundas, misturavam-se ao trabalho de associação puramente intelectual. A compreensão, assim, adquirida proporciona uma espécie de satisfação que é, ao mesmo tempo, afetiva e intelectual e merece ser chamada de convicção, porém essa satisfação não dura muito, por vezes, algumas horas apenas. Através do sonho traumático, o sujeito se defronta com uma forma deformada do trauma, sem o menor sentimento de compreensão do que lhe acontece. Uma vez mais, toda a convicção que se formou se desfaz continuamente e o paciente oscila

como antes, entre o terror sentido, mas não compreendido, e a reconstrução do estado rígido durante o qual pode compreender tudo, mas nada sente.

O sonho de Márcio Tavares não trata tanto de uma castração simbólica, mas de uma castração real, de uma experiência de aniquilamento. Nesse sentido, ele pode ser entendido por meio de uma combinação entre as ideias de Freud e de Ferenczi. O psicanalista húngaro valoriza o sonho traumático como modelo todos os sonhos e observa que “todo e qualquer sonho, mesmo o mais desagradável é uma tentativa de levar acontecimentos traumáticos a uma resolução e a um domínio psíquico melhores” (FERENCZI). A repetição, noite após noite, do sonho traumático seria uma busca de fornecer ao trauma algum grau de elaboração psíquica, para que ele pudesse, finalmente, ser assimilado pelo psiquismo.

Assim, consideramos que o sonho traumático de Marcio Tavares foi atravessado pelas pulsões de vida, introduzindo no jogo do aparecimento e desaparecimento do pênis, no pôr e tirar seu próprio órgão, um princípio de ordem completamente diferente da experiência do arrancamento do pênis. O sonho restaurava a potência do sonhador de recolocar no seu corpo cada vez que desenroscava. Nesse caso, uma ordem é buscada diante da fragmentação, mas ela não restaura, nem repara.

Assim, os sonhos traumáticos são tentativas de elaboração do trauma, mas muito débeis e tendendo ao fracasso. Pretendo analisar agora outra possibilidade de elaboração: através da literatura. Seria possível uma reparação ou, ao menos uma elaboração do trauma através da escrita?

Esta tentativa de elaboração ocorre num campo literário denominado “literatura de testemunho”. Trata-se de um campo de literatura e estudos surgido a partir dos relatos de sobreviventes do holocausto, e também, num sentido mais vasto, de sobreviventes de genocídio, tortura, guerra e violência de modo geral. Esta literatura utilizou bastante a noção de trauma da psicanálise e a estendeu a uma esfera mais abrangente, uma esfera social. Assim, trabalhando na articulação entre psicanálise e literatura de testemunho, pretendemos trabalhar com a noção de trauma social, relacionando-o aos efeitos de violência de Estado e às consequências subjetivas da guerra civil para pensar como se produz a memória social diante de situações traumáticas.

Esta literatura foi assim denominada pelo teor testemunhal de obras que têm por tema eventos-limite, eventos que também podem ser chamados de traumáticos (SELIGMANN-SILVA, 2003). O termo testemunho deve aqui ser compreendido tanto no sentido de testemunho histórico como também no sentido de “sobrevivência”, isto é, de ter-se passado por um evento-limite radical, passagem essa que também pode ser considerada como uma

exposição ao traumático. Como foi dito, o conceito de testemunho teve um impulso decisivo a partir das pesquisas sobre o holocausto, mas já tinha um percurso na América Latina, onde era chamado de “testimonio” e aplicado num sentido de denúncia de uma situação política capaz de esgarçar todo o tecido social de um povo (SELIGMANN-SILVA, 2003). Nos dois sentidos, a literatura de testemunho pode também ser chamada de literatura do trauma. A singularidade da noção latino-americana de testimonio será mais desenvolvida no item 3.3.

Entendo que o relato da situação traumática, seja ele oral ou escrito, possui um efeito que pode ser chamado de terapêutico no contexto clínico, mas, também, penso que este tipo de produção tem um impacto no campo social, principalmente, para as pessoas que passaram pelo evento traumático. Para viabilizar uma reflexão acerca das reações e tentativas de elaboração do trauma social produzido pela guerra civil em El Salvador, creio ser possível traçar um diálogo entre a literatura de testemunho, através da novela *Noviembre*, de Jorge Galán e da novela *Asco* de Horacio Castellanos Moya e os conceitos de trauma e memória apresentados por Freud (1920) e Ferenczi (1933-1911). É o que pretendo fazer em seguida. Mas, antes disso, é importante ver o que essa literatura representa para os salvadorenhos e o que ela é capaz de expressar a respeito de sua sensibilidade submetida ao traumático da guerra.

3.1 O pós-guerra desde a literatura. A interpretação nas margens

Depois da assinatura dos acordos de paz em El Salvador, em 1992, e após o fim do governo sandinista na Nicarágua, surge algo que Beatriz Cortez (2009) chama em seu livro de uma sensibilidade de pós-guerra. Ela se refere a uma forma de sensibilidade que não aparece exatamente desde a data do fim da guerra, mas se produz a partir de uma determinada configuração social e histórica. Portanto, ela não pode ser mapeada de maneira exata num intervalo definido por datas, embora suas origens possam ser reportadas ao período da segunda metade do século XX.

Trata-se de uma sensibilidade de desencanto ligada a uma forma de produção cultural, definida como uma estética do cinismo. Esta última contrasta com uma estética utópica da esperança que estava muito ligada aos processos revolucionários da guerra e imediatamente anteriores. De qualquer modo, é importante destacar que as duas estéticas não se referem a uma categoria temporal fixa.

Embora nosso foco seja a história de El Salvador, não podemos isolar este pequeno país do resto da região centro americana. A expressão “sensibilidade de pós-guerra” faz referência ao fim da guerra civil de El Salvador, mas também às guerras na Nicarágua e da Guatemala.

Segundo Cortez, falar da sensibilidade de pós-guerra é reportar-se a “uma sensibilidade que não expressa mais esperança nem fé nos projetos revolucionários utópicos e idealistas que circularam em toda Centro América durante a maior parte do século XX” (CORTEZ, 2009, p. 25).

Isso faz enlace com a questão deste estudo, pois o pós-guerra não é um momento histórico apenas. Pretendo adentrar esta sensibilidade do pós-guerra segundo a visão de Cortez, que a situa em contraponto à sensibilidade utópica e esperançosa que acompanhava a fé nos projetos revolucionários. Penso também que esta forma de sensibilidade pode ser concebida como efeito de traumas sociais cumulativos que teriam acossado as populações centro-americanas durante seus longos períodos de guerra.

O campo em que esta forma de sensibilidade se deixa ver mais claramente, para os fins de nosso estudo, é na literatura. A literatura de pós-guerra seria um reflexo desta mudança de maneira de sentir o mundo. Procuro, neste estudo, mostrar que as raízes desse modo de expressão literária, articulado a uma estética do cinismo, pode ser compreendido a partir da noção psicanalítica de trauma, particularmente da noção ferenciana, que relaciona o trauma ao desmentido. É, nesse sentido, que a concepção estética de Beatriz Cortez e a psicanálise de Ferenczi podem ser postas em diálogo. Minha hipótese é a de que um dos fatores mais importantes para a literatura de pós-guerra em El Salvador se apresentar como cínica e desesperançada deriva do fato de a história oficial e dominante não reconhecer os massacres realizados, mesmo que estes esclarecimentos estivessem previstos nos acordos de paz de 1992. É possível dizer, e muitos psicanalistas o fazem (GONDAR, 2012), que o desmentido é o oposto do reconhecimento, ou seja, que o não reconhecimento das ações de violência perpetradas por uma instância de poder sobre aqueles que se encontram mais vulneráveis equivale a um desmentido. Vejamos, inicialmente, como é possível estabelecer o diálogo entre Cortez e Ferenczi. Beatriz Cortez busca provar que esta estética do cinismo:

[...] do lugar da formação de uma subjetividade precária em meio de uma sensibilidade pós-guerra tomada de desencanto: trata-se de uma subjetividade constituída como subalterna *a priori*, uma subjetividade que depende do reconhecimento de outros, uma subjetividade que somente se possibilita por meio da escravidão deste sujeito que *a priori* se constitui como subalterno, de sua destruição, de seu desmembramento, de seu suicídio literalmente falando. (CORTEZ, p. 25).

Concordamos que a estética do cinismo não funciona como uma alternativa à utopia ligada às sensibilidades revolucionárias, mas como a construção de um projeto falido que expressa a destruição de um certo modo subjetivo, com suas crenças, suas referências e seu

autorrespeito Esse aniquilamento subjetivo foi produzido ao fim do período revolucionário. Na segunda metade do século XX, pensava-se que a produção artística deveria ser politicamente engajada, e as narrativas ficcionais recebiam o estigma de traição. No contexto revolucionário, a ficção era vista como instrumento de evasão, uma forma de alienação da urgência da realidade centro-americana.

A posição de Cortez vem dialogar com a proposta desta dissertação quando ela indica a mudança de uma literatura ligada à cultura revolucionária e preocupada com a denúncia da injustiça social para uma literatura de ficção do período contemporâneo, que explora a vida no espaço urbano e, dentro deste espaço, a construção da subjetividade. (CORTEZ, p. 27). Mas essa mudança está atrelada a uma sensibilidade de pós-guerra e a uma estética do cinismo.

É, nesse sentido, que a literatura ficcional, tal como é descrita por Cortez, pode se aproximar de uma literatura de testemunho. Foi visto o quanto esta última está, entre os estudiosos da área, relacionada ao trauma social. Desse modo, é possível utilizar a noção psicanalítica de trauma para pensar a subjetividade dos salvadorenhos no período pós-guerra, levando em conta que essa subjetividade se expressa na literatura.

Nesta pesquisa, vamos trabalhar com duas novelas e, a partir delas, pretendemos pôr em diálogo a psicanálise, a literatura e a memória social.

Na literatura que escolhemos para trabalhar, caracterizada pelo cinismo, as obras apresentam o retrato desencantado da vida nos espaços urbanos centro-americanos. Trata-se de uma literatura que busca o que o testemunho também pretende, que é escancarar as distorcidas versões oficiais da realidade nacional. Essas obras podem ser categorizadas como literatura de testemunho; embora tenham elementos ficcionais, sua ficção carece do espírito idealista que apresentava a literatura ligada ao contexto das guerras civis. Ao contrário, a ficção do pós-guerra mostra um espírito de cinismo, retratando o caos das sociedades centro-americanas imersas na violência e a corrupção.

Nesse contexto, os habitantes ignoram as normas sociais que estabelecem a decência e a moralidade, e apresentam uma versão de “cidadãos de bem” muito difundida no Brasil sobre a narrativa de uma cidadania alinhada com a visão conservadora dos costumes. Este cinismo se torna uma forma estética que oferece ao sujeito um guia para sobreviver num contexto social minado pelo legado de violência, pela guerra e pela perda de uma forma concreta de liderança.

Tentaremos analisar a intimidade construída no espaço para entender esta subjetividade que se expressa na literatura. Acreditamos, como já foi dito, que esse modo de sensibilidade ligado ao desencanto é uma reação ao trauma coletivo que se disseminou a partir dos

desmentidos sociais promovidos forças dominantes do país, que se recusaram a reconhecer os massacres e a violência perpetrada durante o conflito armado.

Mas tentaremos ver também que soluções essa construção subjetiva aponta para os salvadorenhos enquanto nação; como seria possível passar do desencanto para a possibilidade de nação que podemos ser?

A contribuição que Cortez convida a nos aproximarmos dessas narrativas e entendermos a trama e intimidade dos personagens. Como exemplo do cenário que Cortez nos descreve, escolhemos nessa pesquisa duas novelas que podem ajudar a entender o impacto do trauma na recente história de El Salvador, articulando a psicanálise e a literatura de testemunho através da novela *Noviembre* (2015) de Jorge Galán e da novela *Asco* de Horacio Castellanos Moya. Trata-se de duas obras semificcionais.

Na primeira, Galán realiza entrevistas com pessoas que foram, de fato, protagonistas deste período, recriando uma narrativa sobre o assassinato de seis sacerdotes jesuítas, professores da Universidade Centroamericana Jose Simeon Cañas e de duas empregadas da residência. A narrativa do segundo livro, de Castellanos Moya, se desenvolve a partir de dois amigos que se encontram num bar para conversar. Um deles retorna a El Salvador após ter vivido um longo tempo no Canadá. Devido a isso, é capaz de enxergar o seu país de origem de uma maneira muito clara e, ao mesmo tempo, peculiar. O protagonista de *Asco* não acredita que exista algo como uma identidade nacional salvadorenha. Para ele, “ser salvadorenho” é uma ilusão, uma ideia que foi importada sem levar em conta os traços próprios da cultura do país.

Mas, afinal, por que estas duas novelas se tornam importantes nesta pesquisa?

As obras literárias que serão analisadas refletem um período do pós-guerra e fazem parte do que tem sido apontado como literatura de testemunho pelos estudiosos da área, como exemplares de uma estética do cinismo e de uma sensibilidade de pós-guerra por Beatriz Cortez, e como literatura do desencanto por alguns críticos literários, por refletir uma descrença no Estado e no indivíduo. Podem, portanto, ser analisadas em diversas vertentes que, embora se entrecruzem, não são idênticas entre si. Para nós, o mais importante é o modo como essas duas obras refletem a construção e a destruição subjetiva dos salvadorenhos no período pós-guerra.

3.2 *El Asco. Thomas Bernhard em San Salvador*

Horacio Castellanos Moya

Corri de volta para os banheiros, onde recém tinha vomitado, sem me importar com o risco de cair sobre o sêmen cristalizado nas lajotas, sem me importar com os charcos de urina e vômito, nem aquele fedor nauseabundo [...] Procurei entre os papéis sujos de fezes, entre o charco de urina e vomito, mas meu passaporte não estava em lugar nenhum. (MOYA, p. 95).

Cenas como essa, na qual o asco se articula através da alusão a secreções corporais é o nome de uma das narrativas mais representativas da situação política de El Salvador e da América Central. É através deste romance curto que Castellanos Moya desdobra um grande menosprezo por uma sociedade que se encontra num vertiginoso processo de degradação e desintegração, o que vem ao encontro de uma estética que foi definida como estética do desencanto ou estética do cinismo (CORTEZ, 2009). Em *El Salvador*, embora os acordos de paz, durante a década de 90, tenham dado fim a uma guerra civil muito intensa, os indicadores de violência continuam altos na região. Após a guerra, o país sofre com violência criminal, pobreza e desigualdades econômicas e sociais que se aprofundaram pelas reformas liberais e a herança da guerra.

Como consequência da violência e corrupção que El Salvador vive no pós-guerra, têm surgido narrativas diferentes que vêm sendo destacadas por Cortez (2009) e Werner Mackenbach (2015). Este último aponta que “o desenvolvimento do campo literário [em Centro América] tem se caracterizado pela particular interrelação entre câmbios sociais e câmbios estéticos”

Horacio Moya nasceu em Honduras e, ainda criança, se mudou com sua família para El Salvador, país onde se desenvolvem quase todas as suas novelas. Trata-se de um autor marcado, desde a sua juventude, pela guerra civil de El Salvador. Assim, Moya escreve sobre aquilo que foi mais impactante na sua formação: o medo, a violência, o pessimismo, a sobrevivência. As obras de Moya nos provocam a pensar se El Salvador poderá superar este período de guerra ou se está condenado a ser um país muito violento. Muitos dos personagens das novelas deste autor estão em conflito com sua memória e são perseguidos por ela. Trata-se de uma literatura que, ainda que parta da experiência de El Salvador, é percebida como universal, visto que é publicada em vários países e várias línguas. Para nós, a questão mais importante é o modo como o texto literário representa o momento político, a estrutura social e as subjetividades em jogo. Em entrevistas, Castellanos Moya declara que escreve para se vingar, logo, para ter um alívio

do seu desconforto (CASA DE AMÉRICA, 2019). Numa conferência publicada em 2010, ele declara:

Dizia Elias Caneti que ele entrou como hóspede na língua alemã e agradecia a esta língua tê-lo acolhido e a considerava sua pátria. Somos a língua em que escrevemos. Minhas particularidades geográficas, históricas e privadas são essenciais, mas muito mais essencial é a língua em que escrevo. Sou escritor da língua castelhana; é a definição que eu gosto. E a incorporação das minhas particularidades nesta língua universal é um dos meus desafios; o outro é que a vontade de libertar com a que ficciono a partir da minha memória corresponda a uma vontade de liberdade no manejo da linguagem. A aspiração é um estilo, essa é a questão. (MOYA, 2010, p. 35).

A novela de Horacio Castellanos Moya intitulada *Asco*¹⁴ se desenvolve a partir de dois amigos que se encontram num bar para jogar conversa fora. Um deles, Vega, está de volta a El Salvador após um longo autoexílio no Canadá, viveu fora o tempo suficiente para enxergar o país de origem de uma maneira muito peculiar, aparentemente, sem cortina de fumaça e sem a cegueira seletiva de que precisamos para sobreviver às mazelas do dia a dia. O protagonista denuncia a ideia de uma identidade nacional como alguma coisa falseada, ou seja, considera o “ser salvadorenho” como uma ilusão importada que nega ou banaliza traços próprios da cultura. Chega-se a pensar, nesta novela, se estamos escutando um sujeito melancólico, mas, na verdade, estamos numa obra de ficção. Moya, o narrador, permanece praticamente oculto, silencioso como um analista, servindo de veículo para o que vem a público.

[...] todos caminham como se fossem militares, cortam o cabelo como se fossem militares, pensam como se fossem militares, é espantoso, Moyá. Todos querem ser militares, todos seriam felizes se fossem militares, todos adorariam ser militares para matar impunemente, todos carregam o desejo de matar em seu olhar, na maneira de caminhar, no jeito de falar, todos querem ser militares para poder matar, isso significa ser salvadorenho... (MOYÁ, 2013, p. 22).

É como se houvesse, nesta identidade salvadorenha, uma identificação com o agressor: aqueles que se sentem mais vulneráveis diante dos perpetradores querem ser exatamente como eles, por uma questão de sobrevivência. Foi Ferenczi quem desenvolveu, em *Confusão de língua entre os adultos e a criança* (1932), a noção de identificação com o agressor. Trata-se, para ele, de uma reação ao trauma. Com o choque traumático, a subjetividade se fragmenta, perde a forma, e se torna suscetível de receber qualquer forma que seja a ela outorgada, “como se fosse um saco de farinha”, escreve Ferenczi (1934). Tratando-se de um trauma psicossocial,

¹⁴ Castellanos Moyá, Horacio. *Asco: Thomas Bernhard em San Salvador*. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

ele passa a se refletir na própria “identidade” dos salvadorenhos. É essa forma outorgada e falseada, é essa identificação das pessoas com os militares que as exploram e matam, que Moya denuncia em seu texto. Assim, recebendo uma forma que não os expressa, mas que lhe é imposta do exterior, os salvadorenhos deixam de se interessar por sua própria história, como ele enuncia mais adiante:

E, ainda, assim, há uns loucos que chamam este lugar de “nação”, um absurdo, uma estupidez que seria engraçada se não fosse grotesca: como podem chamar de “nação” um lugar povoado por indivíduos que não se interessam em ter história... (MOYÁ, 2013, p. 24).

Ainda que Moya denuncie em sua novela os aspectos nefastos da subjetividade dos salvadorenhos, ele não deixa de apontar algumas possibilidades de saída. A guerra produz trauma nas pessoas e na sociedade como um todo, mas nem todas as consequências são negativas. Este período pode também produzir uma conscientização social para que os acontecimentos traumáticos não mais se repitam. É possível aqui lembrar o artigo de Theodor Adorno, intitulado *O que significa elaborar o passado*. Adorno mostra o quanto a elaboração do trauma é necessária para livrar a sociedade de uma compulsão à repetição, ou seja, para que deixem de se repetir os eventos desumanizadores. Falar sobre o assunto, não temer colocar o dedo nas feridas, adentrar as nuances do traumático, repeti-lo incansavelmente como num sonho, tudo isso é parte da função de elaboração. Nesse sentido, a denúncia de Moya, por mais desencantada que seja, é uma forma de elaboração traumática. Ao mesmo tempo em que a novela *Asco* denuncia os desmandos e apresenta uma identidade que não se suporta, como se fosse insuportável ser salvadoreno, ela também denuncia o que não deve se repetir. A escrita é sempre uma possibilidade de elaboração, e a estética do cinismo não deixa de ser a elaboração de uma memória traumática.

[...] nem sequer onze anos de guerra civil serviram para mudar algo, onze anos de de matanças permaneceram os mesmos ricos, os mesmos políticos, o mesmo povo fodido e a mesma imbecilidade permeando o ambiente. (MOYA, 2013, p. 50).

San Salvador é horrível. E as pessoas que moram aqui são piores, é uma raça podre, a guerra transtornou tudo, e se já era espantosa antes que fosse embora, se já era insuportável há dezoito anos, agora está de vomitar, Moya, é uma cidade de vomitar. Onde só podem viver as pessoas realmente estranhas ou idiotas, por isso, não entendo o que você faz aqui, como pode estar entre pessoas tão repugnantes... (MOYA, 2013, p. 21).

Há dezoito anos, que não voltava a esta país, dezoito anos durante os quais tudo isso não fez a menor falta, porque fui embora, justamente, para fugir deste país. Eu achava que era a coisa mais cruel e desumana do mundo saber que havia centenas de países

no planeta e eu acabei nascendo logo no pior de todos, no mais estúpido, o mais criminoso, nunca vou aceitar... (MOYA2013, p. 17).

É de maneira muito clara e crua que Moya descreve o que ocorreu objetivamente e subjetivamente em El Salvador. Não haveria linguagem melhor para descrever os efeitos do traumático. A respeito deste trauma psicossocial, o psicólogo social Martín-Baró é capaz de entrar num diálogo produtivo com a psicanálise. Assim como Cortez apresenta o sentimento de desalento do pós-guerra, Martín-Baró tenta historicizar a violência da guerra como parte estrutural do capitalismo. Ou seja, a violência traumática se estende muito além do período da guerra: ela abarca todo o capitalismo, e a guerra só faz com que ela apareça de maneira mais explícita. Com isso, podemos entender questões como violência estrutural, violência institucional, trauma psicossocial, militarização da mente, entre outras. Tudo isso contribui para entender a memória social da guerra.

É possível pensar que o que a literatura do pós-guerra em El Salvador, nos oferece são as transformações na subjetividade de um país, detalhe que esteve pouco presente na produção acadêmica a respeito da literatura salvadorenha. Como aponta Beatriz Cortez, a estética da guerra direcionava a literatura a uma produção comprometida com a ideia de revolução. Pensamos que o trauma social foi justamente o corte que conduziu a uma outra estética, mais cínica e desencantada.

O próprio título da novela de Moya já aponta para uma situação de cinismo e desencanto: *Asco*. A novela apresenta um subtítulo inusitado: *Thomas Bernhard em El Salvador*, o que nos leva a indagar quem foi Thomas Bernhard. Nascido na Holanda, passou boa parte da sua vida com os avós maternos e erradicado na Áustria. Viveu numa época em que a Áustria se libertou dos escombros da Segunda Guerra Mundial, silenciando, ao mesmo tempo, o holocausto. Estudos sobre sua obra apontam que esta combinação de progresso e mentira, assim como as suas consequências naquilo que Bernhard enxergou como sendo da sua realidade, são fundamentais para quem procura entender a gênese da vasta obra do autor. (BOHUNOVSKY, 2014, p. 15).

Thomas Bernhard produziu um discurso de ódio contra a sociedade austríaca e seus políticos, seus artistas. Enfim, contra o povo austríaco. Bernhard chegou a ser considerado por críticos como um traidor do Estado da Áustria pela maneira como escrevia. Trata-se de um escritor marginal que representou bem o papel de *enfant terrible*, tornando-se rapidamente *persona non grata* (RIBEIRO, 2016). Bernhard tinha um estilo peculiar no qual se destacava uma estética da repetição como parte de sua arte do exagero, como no trecho a seguir;

Arrasto a Áustria constantemente na lama, dizem estas pessoas, difamo a pátria de maneira mais despuorada, não perco a ocasião de atribuir aos austríacos uma mentalidade abjeta, sórdida e nacional-socialista, quando, na verdade, não haveria traços desta mentalidade abjeta, sórdida e nacional-socialista na Áustria, ela não era nem abjeta nem sórdida, sempre foi somente bela, escrevem essas pessoas, e o povo austríaco era respeitável. (BERNHARD, 2000, p. 16).

Palavras repetidas como ‘abjeto’, ‘sórdido’ e ‘nacional-socialista’ reforçam a memória e marcam este discurso de ódio contra a Áustria. Da mesma forma, Castellanos Moya desqualifica a política e a cultura de El Salvador e as pessoas detestáveis daquele país. A mesma tática: “repetir para não repetir, ou, repetir para extinguir” (RIBEIRO, 2016).

Não é justamente essa a estratégia de elaboração traumática?

Os sonhos traumáticos que se repetem, noite após noite, tentam repetir o trauma para liquidá-lo, como mostrou Ferenczi. De maneira semelhante, Moya repete o terrível para erradicá-lo, para que ele não se repita.

“– Os políticos fedem em todos os lugares, Moya. Mas aqui, neste país, os políticos são, especialmente, fedorentos. Posso garantir que nunca vi políticos tão fedorentos como os daqui, talvez, seja por causa dos cem mil cadáveres que cada um carrega, talvez o sangue desses cem mil cadáveres seja o que faz tudo feder de um jeito tão peculiar, talvez o sofrimento desses cem mil mortos os tenha deixado impregnados com essa maneira particular de feder”, me disse Veja. (MOYA, 2013, p. 25).

Na estética de Bernhard aparecem repetidamente as palavras ‘feder’, ‘fedorentos’, ‘cem mil cadáveres’. Ribeiro (2016) aponta que esta repetição é um modo de constituir uma memória, porém uma memória ligada ao traumático, daí sua possibilidade de diálogo com a psicanálise.

Termos desse tipo também se repetem na obra de Moya. Em sua primeira novela *La diáspora* (1989), escreve: “A revolução salvadorenha tem uma maneira peculiar de devorar os cadáveres dos seus homens controvertidos: secretamente”. Ali já antecipava temas polêmicos e ambíguos dentro da literatura revolucionária, como o exílio, a subordinação aos políticos, a ruína e traição no interior da guerrilha salvadorenha e a verticalidade do militar frente ao civil.

De maneira sutil, esta novela escrita entre setembro de 1986 e janeiro de 1987 – no meio da guerra – já apontava o fracasso da revolução e mostrava a sensação de orfandade e desamparo dos personagens diante da desmistificação dos líderes guerrilheiros, que se transformavam, na novela, de anjos revolucionários em seres humanos vulgares e tão criminosos como seus inimigos.

Na novela *Asco* isso fica em evidência, pois os acordos de paz já teriam sido assinados e o barco da revolução já teria afundado, como assinalam os relatos de quem lutou na guerra Galeas (2016). Há uma quebra da visão positiva e utópica dos conflitos armados que

predominam na narrativa revolucionária; no pós-guerra, o que prevalece é a história pessoal dos acontecimentos e, na ficção de Moya, a guerra aparece como negação, desencanto e cinismo de um país.

3.3 *Noviembre*. La novela de Jorge Galán sobre la massacre de los jesuitas que conmocionó al mundo

Por outro lado, a novela *Noviembre* de Jorge Galán é uma obra de semificção sobre uma história verídica que causou grande comoção no país e no mundo: o assassinato de seis sacerdotes jesuítas e duas colaboradoras em 16 de novembro de 1989. Na época, o governo culpou a guerrilha promovida pela Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional – FMLN. No entanto, logo se soube que os executores do massacre tinham sido os militares. Houve um julgamento dos autores, isso foi exigido pela guerrilha dentro dos acordos de paz, porém eles foram anistiados. Na novela, escrita, vinte e cinco anos depois, o presidente, na época, revela, pela primeira vez, os nomes dos autores intelectuais do massacre, no dia 11 de setembro de 2020, a justiça espanhola condenou o único acusado a 131 anos de prisão: o ex-militar Inocencio Montano.

Galán apresenta na novela uma entrevista que ele mesmo fez com o presidente daquele período – Alfredo Cristiani – na qual cita os nomes dos culpados. As ameaças a Galán não demoraram a chegar assim que o livro foi lançado em El Salvador, forçando-o a se exilar na Espanha. Atualmente, tanto o autor como a novela são peças-chave no processo de investigação no qual a Justiça Espanhola, desde 2009, busca acabar com a impunidade deste crime, pois cinco dos sacerdotes assassinados são espanhóis.

Quando aconteceu o massacre, Galán estava com 16 anos. Predominava entre os jesuítas a teologia da libertação. Um deles – Ignacio Martín-Baró – ao ministrar a disciplina psicologia social na universidade, valorizava a psicologia da libertação como ferramenta para entender a guerra enquanto processo revolucionário, sendo a psicologia uma ferramenta para um tempo novo. Ignacio Ellacuria, que na época era reitor da UCA, já era um intelectual reconhecido internacionalmente a partir da filosofia.

Na estrutura narrativa de *Noviembre*, o próprio escritor é um narrador sigiloso que dá lugar às vozes reais que confluem naquela madrugada de 16 de novembro de 1989, enquanto todos dormiam. Na novela, Galán fica em silêncio como narrador, deixa que seus personagens – que não são ficcionais – falem, mas nas entrelinhas percebemos um silêncio gritante nas

fendas da história. Estas fendas não estão ocas, mas não conseguem falar abertamente do inominável que foi mais de uma década de guerra com mais de oitenta mil mortos.

Na psicanálise, sabemos que o silêncio é um espaço de produção. A fala do silêncio é, muitas vezes, feita de ditos sobre aquilo que não é dito. Na história e na literatura, escutar o silêncio é escutar a narrativa dos mortos e desaparecidos que não contam, que não estão na história oficial, mas que precisam ser contados. Aqui o silêncio ocupa uma posição subjetiva, tornando-se um personagem da trama complexa.

Dar voz a estes personagens reais numa novela nos leva a pensar sobre o que está em jogo como construção do passado e, ainda sobre o que seria, segundo Achugar (2016, p. 28), a discussão sobre “histórias locais”. O que produz a novela de Galán sobre os salvadorenses quando eles leem sobre “sua” história local? Contudo, a história local não é a mesma para todos os salvadorenses, segundo Achugar:

A “história local” de um sujeito social não é a mesma “história local” de outro, mesmo que ambos pertençam à mesma comunidade; ou dito de outra forma, não somente se produz em função de uma “história local”, como também em função do “posicionamento” – os “interesses locais e concretos” – dentro das ditas história locais. (ACHUGAR, 2006, p. 28)

Os fatos que Galán apresenta aconteceram no meio do que foi chamado de “ofensiva final”, que consistiu na tentativa de invasão e ocupação da capital San Salvador pelo exército de libertação. A leitura deste acontecimento é muito diferente a partir da região geográfica dos moradores da cidade, pois para combater os inimigos o exército atacava com helicópteros somente as favelas e não os bairros nobres da cidade. Dessa forma, a partir de diferentes protagonistas, o relato leva o leitor a ser testemunha do massacre. O próprio Galán fala a esse respeito:

Dei-me conta de que para que essa história fosse verdadeira, tinha que permitir que fosse contada por seus protagonistas. O narrador é apenas um facilitador, não externa uma só opinião. Não dá um juízo de valor. A história é contada através daqueles que a viveram e sofreram. (W MAGAZIN, setembro de 2020)¹⁵.

¹⁵ Entrevista publicada originalmente em W Magazin (revista eletrônica especializada em literatura) em 10 de outubro de 2016 e atualizada em 11 de setembro de 2020 após a condenação na Espanha do único acusado do massacre. Tradução livre. Disponível em: www.WMagazin.com. Acesso em: 01/11/2020

Galán entrevistou muitas pessoas, até que um dia, o presidente de El Salvador à época – Alfredo Cristiani – apareceu disposto a dar uma entrevista que se tornou a peça-chave do livro.

Foi uma sorte. Por alguma razão que ainda não conheço, e talvez nunca conhecerei, ele quis falar comigo. E, além disso, quis que eu usasse no livro as gravações da entrevista. Devo dizer que o senhor Cristiani nunca tinha cedido a alguma coisa assim. Quando aconteceu, me senti afortunado. (W MAGAZIN, setembro de 2020)¹⁶.

O autor de *Noviembre* recria aquele momento como uma situação em que não havia escapatória. Os jesuítas estavam condenados e seu assassinato era questão de tempo, devido às circunstâncias vividas no país. Mas o escritor dá esse tom de “sem saída” com mais do que preocupação, com uma certa serenidade, e nos faz pensar se eles já esperavam que isso pudesse acontecer:

De repente, as vozes já não se ocultaram nos sussurros e mostraram com eram. Ouviram o primeiro disparo. Vinha de trás, da fachada do Centro Monsenhor Romero. Ignacio Ellacuria levantou-se... Não tinha medo, mas as mãos tremiam... Seus companheiros, também, estavam acordados. Pediu-les calma. Alguns rezavam. Outro perguntou: “– Vem procurar armas de novo?”; mas Ellacuria não quis responder e ninguém o fez. “– Que está passando?”; perguntou alguém mais, e também, não houve resposta. Pediu calma de novo e explicou que iria olhar o que estava acontecendo. Um dos seus companheiros lhe disse que tivesse cuidado e Ellacuria respondeu: “– Não te preocupes”. Esta frase era sincera, não tinham de que se preocupar, não podiam fazer nada. (GALAN, 2015, p. 8).

O padre José María Tojeira é um personagem importante na história, e não se trata de um personagem apenas de ficção. Ele foi um dos primeiros a encontrar os corpos dos seus colegas e colaboradoras alguns instantes depois do massacre. As entrevistas com o jesuíta foram fundamentais para o escritor criar esta narrativa a partir de dados reais.

Tojeira é naturalizado salvadorenho, sacerdote da Companhia de Jesus e foi Reitor da UCA de El Salvador de 1997 até 2010. Na época do massacre, tinha o cargo de provincial da congregação, sendo o sacerdote representante dos jesuítas que esteve à frente do processo jurídico de responsabilização junto à comissão da verdade. Atualmente, é diretor do Instituto dos Direitos Humanos da UCA (IDHUCA).

A novela nos apresenta um tom de resignação que poderíamos inferir, a partir da teoria psicanalítica do trauma, como um congelamento da emoção do sacerdote diante dos corpos dos

¹⁶ Entrevista publicada originalmente em W Magazin (Revista eletrônica especializada em literatura) Tradução livre. Disponível em: www.WMagazin.com. Acesso em: 01/11/2020

seus colegas e amigos. Nesse sentido, podemos enxergar o trauma social personificado nele. De fato, o modo como Galán descreve a fala de Tojeira faz alusão não a uma lembrança comum, como a que podemos ter em articulação com outras lembranças, mas de uma cena congelada, imutável, repetida sem nuances, como num sonho traumático:

Tojeira habla de esa mañana como si hubiera ocurrido una semana atrás, un mes atrás, un día atrás, porque las imágenes de ese instante nefasto, lo que vio entonces con una mirada endurecida por las circunstancias, no es algo que se pueda olvidar hayan pasado muchos años, aunque hayan pasado todos los años de su vida, porque cuando el último de los días llegue para él, ese recuerdo será como un relieve sobre los otros. Y al hablarme de los cuerpos de sus compañeros, no vuelve a mencionar ni lo luminosa que era la mañana ni el bullicio de las aves ni que la brisa había vuelto y la hierba alrededor de los cuerpos se movía como si nada ocurriera más allá, como si la muerte y el miedo no fueran más que una extraña invención en el terrible mundo de los hombres. (GALÁN, 2015, p.18).

Na novela e na realidade, o padre Tojeira tornou-se a pessoa de referência sobre os esclarecimentos do massacre. Ele estava no meio a uma ofensiva – um combate aberto de surpresa nas ruas da capital – e este sacerdote sabia que era um alvo móvel onde quer que estivesse. Não se mostrava temeroso, nem conformado diante dos próximos dias com a tranquilidade de um destino. O escritor descreve este momento emblemático quase como uma sensação de congelamento, como se estivesse num estado de choque, funcionando num modo automático. Esta paralisia motora e afetiva caracteriza a reação traumática:

[...] num instante terrível e profundo cujo início não tinha um verdadeiro fim. A plenitude tinha se apoderado dele, embora não estivesse consciente disso. Tinha aceitado seu destino, A transcendência deste destino. Como anos antes, Ellacuria o tinha aceitado quando decidiu ficar no país onde tinham-no ameaçado, e na instituição na qual era reitor, a UCA, já tinha sofrido quatro atentados...
Naquele momento, pensei: Não podem me matar. Quando saí estava convencido de que não podiam me tocar.
“– E você acreditou mesmo?”
“– Sim, e não era que tivesse medo, era que o medo já não importava”.
(GALÁN, 2015, p. 35).

Outro personagem que não é ficção nessa novela é o presidente de El Salvador naquela época, Alfredo Cristiani que concedeu entrevista para o autor vinte e cinco anos depois do massacre, relatando as tentativas de encontrar uma saída política para o conflito vivido. Com este intuito, o ex-presidente já tinha se encontrado com o padre Ellacuria, um dos sacerdotes assassinados. Cristiani sabia que o sacerdote era uma peça-chave para as negociações entre o governo e a guerrilha.

A novela retrata, através da entrevista do ex-presidente Cristiani, o impacto que o massacre dos jesuítas teve no conflito armado e no seu desdobramento, pois, dois anos depois,

foram firmados os acordos de paz. Como fala Cristiani: “Assassinar aos jesuítas enfraqueceu tanto as Forças Armadas, sua imagem internacional, que tiveram que ceder. E, provavelmente, sem sabê-lo, foi o ponto definitivo para alcançar o processo de paz. Suas mortes influíram de muitas maneiras para isso”. (GALÁN, 2015, p. 216).

Na entrevista, o ex-presidente confirma o que já foi apontado pela investigação da comissão da verdade: existiam os mandantes do crime, mas a justiça só condenou os autores materiais. Em alguns momentos, o escritor entra em primeira pessoa para dialogar com o entrevistado.

“– Em algum momento lhe pergunto se para ele a morte dos padres significou um impulso determinante na busca pela paz. Me disse que quando se soube que o assassinato tinha sido cometido por elementos das Forças Armadas, a instituição teve tal desprestígio que não puderam se posicionar contra o processo, e os militares tiveram que permitir reformas que antes pareciam pouco prováveis ou impossíveis”. (GALÁN, 2015, p. 218).

Reconhecemos, nesta narrativa em primeira pessoa, o escritor como testemunha afetada diante da entrevista que acaba se realizar com outro protagonista que foi peça-chave nesta história:

“– Caminho a través das ruas iluminadas pelo sol de setembro, embaixo de grandes árvores numa avenida sem nome. Penso na conversa que acabei de ter com o homem que foi testemunha de uma história escrita com sangue. Tento compreender o peso das suas palavras. Seu significado. Tento olhar através delas como se adivinhasse os gestos de seis homens que caminham através da névoa na madrugada. Quero entender qual é o caminho que devo seguir”. (GALÁN, 2015, p. 220)

Na revisão da bibliografia realizada nesta pesquisa sobre o tema da literatura de testemunho, uma questão retorna fortemente: quais são as especificidades da literatura de testemunho latino-americana? Já foi dito que, segundo Márcio Seligmann-Silva (2003), o conceito de testemunho recebeu um impulso decisivo a partir das pesquisas sobre os sobreviventes do holocausto, mas conheceu um percurso diferente na América Latina. Aqui, foi aplicado o sentido de “*testimonio*”, mais ligado a uma modalidade de denúncia e reportagem e não tão referido a uma discussão sobre os limites da representação, ou aos modos pelos quais a linguagem pode tratar do real, como acontecia na literatura dos sobreviventes da Shoah. Essa é, portanto, a especificidade da literatura de *testimonio* na América Latina. Sendo a denúncia e a reportagem os seus propósitos fundamentais, marcar a diferença entre os relatos verídicos e os ficcionais ou semifictionais torna-se menos relevante. O valor social e político do

“testimonio” é mais importante do que a discussão sobre a possibilidade de construir uma narrativa sobre situações-limite, preocupação eminentemente literária.

Sem dúvida, existe um debate político que se fortalece a partir da literatura latino-americana de “testimonio” e isso faz parte da nossa discussão aqui. Podemos perceber o alcance de seu valor político quando, em 1992, momento de comemoração dos quinhentos anos da “conquista” da América, foi conferido o Prêmio Nobel da Paz à ativista política Rigoberta Menchú pelo seu testemunho *Meu nome é Rigoberta Menchú e, assim, me nasceu a consciência* (1985), editado a partir de depoimento dado à antropóloga venezuelana Elizabeth Burgos-Debray. Isso deu destaque à causa indígena e a inúmeras denúncias, assim como os desaparecimentos e abusos no campo dos direitos humanos que vinham crescendo na virada da década de 1970 para 1980, nas ditaduras e guerras civis na América Central (PENNA, 2013, p. 298).

Esta narrativa de *Noviembre* rompe com as convenções testemunhais e revolucionárias da guerra e dá lugar a uma forma textual híbrida na qual nos deparamos com a busca de uma “verdade histórica”. *Noviembre* se apropria de um sentido testemunhal, numa narrativa semificcional baseada nessa verdade histórica na qual a testemunha é o escritor e os personagens são testemunhas vivas, alinhando-se com a literatura de testemunho na representação do sujeito marginalizado e com a possibilidade de dar voz aos vencidos da História. O interessante aqui é que estamos diante de uma obra literária que tem um caráter testemunhal e que prenuncia o fim do conflito armado, mas busca ser uma literatura de resistência. *Noviembre* é uma narrativa que nos permite problematizar sobre a hibridez que constitui o testemunhal como gênero e como construção discursiva no pós-guerra

De fato, em termos da questão indígena existem inúmeros registros de massacres desta população, sobretudo, na Guatemala, onde existem muitas comunidades indígenas originárias. E é aqui que aponto o detalhe que interessa: existem, segundo Zimmerman (1992, p. 242), centenas de testemunhos indígenas armazenados em locais específicos como o Instituto Folclórico da Universidade de São Carlos, um trabalho etnográfico sobre aquilo que é visto como um holocausto indígena. Muitos destes documentos, ainda não transcritos, apontam elementos para complexificar o modo de se entender a modalidade de literatura de testemunho latino-americana e explico porquê: o espanhol não é a língua oficial da população indígena; depois de serem alfabetizados na sua língua, os indígenas aprendem o espanhol como segunda língua para se relacionar com os brancos.

Nesse sentido, estes depoimentos requerem um cuidado especial para entender e interpretar o aspecto traumático do vivido. Este aspecto, também, está presente no testemunho

de Rigoberta Menchú, que é um documento colhido e editado pela pesquisadora quando Rigoberta estava com 23 anos e tinha aprendido o espanhol três anos antes, o que implica pouca familiaridade com o uso oral e escrito da língua espanhola.

Seguindo o mesmo argumento, temos o livro *Luciernagas en El Mozote*¹⁷, que se tornou importante sobre o tema da memória da repressão e desaparecimentos em El Salvador. Editado pela primeira vez em 1995, é um texto que conta sobre o massacre da população do povoado do Mozote, tendo sido recuperado a partir do relato de Rufina Amaya, única sobrevivente da intervenção do exército.

Durante muitos anos, Rufina denunciou o extermínio de toda a população do lugar, incluindo o assassinato do seu marido e dos seus quatro filhos, mas demorou muito tempo para que seu relato fosse reconhecido por instâncias governamentais e internacionais. Este relato foi colhido por Mark Danner, escritor e jornalista norte americano, mas só em 1992, onze anos depois do fato e já terminada a guerra, é que ele foi aceito como testemunho de uma sobrevivente do massacre. Nesse mesmo ano, a Unidade de Antropologia Forense da Argentina exumou os restos de 143 crianças, provando o massacre que tinha acontecido, em 1981, no início da guerra. A responsabilização sobre o massacre do Mozote fez parte dos acordos de paz em 1992, porém, só em 2012 o governo de El Salvador reconheceu a participação do Estado no massacre e, no mesmo ano, o governo iniciou o censo oficial de suas vítimas como parte da reconstrução da memória histórica de El Salvador (SOLANO, 2012).

Podemos deduzir que parte do que poderíamos identificar literatura de testemunho na América Latina não foi escrita pelas vítimas, mas foi colhida por pesquisadores e militantes de direitos humanos ou por escritores sensíveis aos fatos históricos que narram. Portanto, é preciso debater melhor estas diferenças que encontramos entre o “testimonio” latino-americano e a literatura de testemunho que, segundo Seligmann-Silva (2003, p. 46), se configura a partir de quem viveu a experiência extrema, como no caso dos sobreviventes de campos de concentração.

Acredito que o surgimento de uma estética que dá lugar a um sujeito fragmentado, como é o personagem na novela de Moya, e uma narrativa igualmente fragmentada sobre o massacre dos jesuítas, como é a novela de Galán, permite conversar com as contribuições de Ferenczi para psicanálise. Sem dúvida. A fragmentação também é descrita por Ferenczi em *Reflexões sobre o trauma* (1934). Mas existem outros textos bons de comentadores discutindo essa questão. No modo pelo qual o psicanalista húngaro concebe a subjetividade, pode-se

¹⁷ Luciernagas en el Mozote. Rufina Amaya, Mark Danner & Carlos Henriquez Consalvi. El Salvador: Museo de la Palabra y la Imagen, 2011.

depreender um projeto estético no qual as falhas e os motivos do sofrimento não devem ser buscados apenas no sujeito, mas em todo o ambiente histórico e social gerador do trauma (GONDAR, 2017 p. 211). Para Ferenczi, no trauma o que está falido não é simplesmente o sujeito, mas toda uma configuração de relações sociais, políticas e históricas.

A novela *Asco* (Moya, 1997) é uma obra de denúncia deste projeto falido do pós-guerra, deste sujeito sem esperança que vive com uma memória que não o sustenta como sujeito social. E *Noviembre* - que mesmo sendo uma novela não tão considerada como literatura de testemunho no sentido estrito do termo, não o deixa de ser! - irrompe numa cultura de silêncio e ocultação sobre um dos massacres que, mesmo após trinta anos, ainda não foi esclarecido nem responsabilizado, embora os personagens reais da novela revelem esta verdade. Não é demais lembrar que, em ambos os casos, os dois autores se sentiram obrigados a sair do país depois do lançamento de sua obra de semificação.

CAPÍTULO 4.

DESMENTIDO: DA CLÍNICA PARA UMA LEITURA SOCIAL DO TRAUMA

O conceito de desmentido é central neste estudo, e podemos ver ainda mais sua complexidade ao aplicá-lo ao que nos interessa. Como vimos, desmentido em alemão se diz *Verleugnung*. Em Freud, a *Verleugnung* constitui um dos tipos de negação fundamental para delimitar estratégias de defesa; ele a usa para nomear aquela que seria a negação fundamental da perversão. Existe uma dificuldade na tradução deste termo e vimos que em Ferenczi ele não se relaciona com a perversão. Para o analista húngaro, o desmentido é relacional, e acontece quando uma instância que detém o poder desautoriza a percepção, os afetos e o sofrimento de outra mais vulnerável. De qualquer modo, o que importa aqui é entender sua aplicação nos romances que apresentamos. O termo desmentido se entende como negação, desautorização da experiência, isto é, implica que a experiência tenha acontecido, mas seja negada. Explico: aquilo que é registrado a nível sensorial e perceptivo não pode ser integrado para transformar a relação com o outro e com a lei.

Ferenczi pensou este conceito a partir de uma criança abusada por um adulto, mas também podemos pensar o mesmo termo na cena política dos sistemas totalitários, onde se nega o abuso de autoridade e a violência exercida. Um exemplo atual seria o dos governos e políticos que sabem sobre o desastre ecológico, mas agem como se ele não existisse. Por outro lado, para complexificar a noção de desmentido em Ferenczi podemos ampliar sua definição para os três tempos do trauma. Para Ferenczi, o primeiro tempo do trauma é um acontecimento concreto, provocado por agente externo que poderia ser um adulto causando dor ou excesso de excitação. Esta dor ou este excesso são irrepresentáveis, mas são conteúdos que buscam ser simbolizado. Kupermann (2019) chama este momento do fato traumático de *tempo do indizível*.

Nesta tentativa de simbolização, a criança busca uma pessoa de confiança para ajudá-la a nomear o que é indizível. Mais do que uma descarga, trata-se de uma busca de reconhecimento da própria dor por alguém que a criança escolhe. Este é o segundo momento do episódio traumático. Podemos chamá-lo de *tempo do testemunho*.

Mas, quando o tempo do testemunho fracassa, porque esta dor não é reconhecida, acarretando uma comoção psíquica, estamos falando do terceiro tempo do trauma, que é o *tempo do desmentido*. É quando se configura o abandono, no momento em que esta pessoa desmente a versão da criança.

Quando nos deparamos com isto na clínica, estamos atentos e sensíveis para aquilo que não pode ser simbolizado, mas a presença do analista ajuda para que estes conteúdos encontrem

um sentido. A grande questão aqui é levar o desmentido para o campo do social. Como vimos no capítulo anterior, Ferenczi não valoriza tanto os personagens, e sim as relações. Para que um desmentido ocorra, é preciso que existam relações de poder nas quais alguém mais forte desmente alguém mais vulnerável. É nesse sentido que o traumático pode ocorrer também no social.

O desmentido que encontramos nos fatos históricos retratados na literatura é o desmentido social. No lugar da vulnerabilidade está o povo salvadorenho, que percebe, vive e sofre a violência da guerra, mas as narrativas que lhe são impostas oficialmente não condizem com seu sofrimento e com sua percepção. Mais do que isso: essas narrativas os desconsideram. De fato, ao invés de uma narrativa da guerra que reconhece a violência exercida e dos acordos de paz que procurariam repará-la. O que os salvadorenhos recebem, através de um decreto, é uma narrativa onde o agente que deveria reconhecer a dor da reparação não admite sua responsabilidade. É justamente isso que poderíamos chamar de desmentido social.

Neste estudo, deixei que as obras literárias me afetassem como leitor e como sujeito da história recente que esta literatura apresenta. Ao ler as novelas e pesquisar a história, me dei conta de como alguns conceitos da psicanálise poderiam auxiliar o entendimento do que se passou e se passa subjetivamente em El Salvador. Em especial a noção de desmentido, que se articula, a meu ver, àquilo que Martín-Baró aponta como o fatalismo e Beatriz Cortez como estética do cinismo. Esses três conceitos nos ajudam a pensar como foi experimentada subjetivamente a violência da guerra de El Salvador e quais são as consequências desse período na sociedade atual desse país.

Nesse entendimento, a literatura de testemunho tem sido um norteador, a partir da aproximação com a realidade do holocausto. Sabemos que nem sempre é possível narra-la de maneira objetiva, mas é, justamente, naquilo que ela nos provoca, como o horror de fatos inenarráveis, que ela se torna importante. Já na América Latina, como vimos, esta literatura aparece como *testimonio*, destacando-se seu caráter de denúncia. Creio que o desmentido é um termo que se aplica a essa denúncia, numa dimensão que já não é propriamente do sujeito individual, mas do sujeito coletivo. Trata-se de uma noção que não conduz a uma análise política dos fatos, mas se mostra bastante relevante no entendimento da memória social.

Como ilustração desta ideia, trago um trecho do livro *Nazistas entre nós. A trajetória dos oficiais de Hitler depois da guerra*, do historiador e jornalista Marcos Guterman (2016). O autor pergunta como é possível que muitos nazistas tenham conseguido, depois da guerra, encontrar um lugar para continuar suas vidas como se não tivessem feito nada, como cidadãos de bem que, algumas vezes, nem precisaram trocar de nome. Este livro nos conduz a duas

explicações para o fato de que estes genocidas pudessem continuar soltos: por um lado, se pensava que os principais líderes nazistas já teriam sido punidos e a guerra já poderia ser coisa do passado. Por outro lado, poupar os nazistas teve um objetivo muito peculiar, pois serviu para unir forças para a luta contra os comunistas na Guerra Fria. Para os aliados, os nazistas tinham combatido como poucos o “perigo vermelho” e, assim, puderam ser tolerados e, em muitos casos, ser recrutados para enfrentar a União Soviética. Com este cenário, o Holocausto passou a ser visto com fruto da mente de Hitler e de seus assessores mais próximos. Guterman, na introdução do seu livro nos apresenta seu modo de conceber essa história:

[...] uma história que mostra que as vítimas do Holocausto foram vítimas duas vezes: quando sofreram brutalmente nas mãos dos nazistas e quando, impotentes, viram seus algozes escaparem da justiça depois da guerra e viverem a vida normal que os sobreviventes do genocídio, depois de destroçados nos guetos e nos campos da morte, não puderam ter.

Para a psicanálise de Ferenczi, o trauma não residiria apenas na violência do Holocausto, mas na sua negação, ou seja, no seu desmentido: os algozes poderiam viver como pessoas comuns e, às vezes, melhor do que elas, como se nada tivesse acontecido. É, justamente, o que queremos destacar nesse trabalho: o desmentido se instala como trauma no momento em que se reconhece o crime, mas não se enxerga nem se responsabiliza o criminoso.

A novela *Noviembre*, de Jorge Galán, nos ajuda a testemunhar alguns momentos que, de alguma maneira, já conhecíamos, e que foram narrados para o escritor a partir das testemunhas e protagonistas envolvidos no massacre dos jesuítas no meio da ofensiva militar. O relato do padre Tojeira nos mostra a chegada do homem, marido e pai das duas mulheres que foram assassinadas, na cena do crime. Um homem simples, trabalhador da terra, que não chora pois já carrega o peso de um destino que traz a resignação de viver num país como esse: “Su mujer, Elba, estaba sobre su hija, Celina, y era claro que la madre había querido proteger a la hija, que intentó salvarla hasta el último instante. El cuerpo y el rostro de la madre estaban destrozados” (GALAN). O padre Tojeira era o provincial da Companhia de Jesus naquela época, e foi o jesuíta que ficou à frente do desfecho do massacre. Na narrativa de Galán, o padre Tojeira aparece, no dia do massacre, transitando pelas ruas desertas de São Salvador com a sensação de que uma cidade tinha explodido e ele estava no centro da explosão; ele conta que uma certa sensação de totalidade havia se apoderado dele e ele tinha esta consciência, tinha aceitado seu destino; a transcendência era seu destino, assim como os jesuítas assassinados também haviam aceitado esse destino. Tojeira, no entanto, sabia que o que aconteceu dentro da Universidade era dirigido ao padre Ellacuria. Era ele que o exército queria exterminar, os outros

eram apenas testemunhas que deveriam ser eliminadas. Tojeira tomou consciência que já nesse dia era um alvo móvel, mas não tinha medo, pois sentia que não podiam matá-lo, não podiam tocá-lo, Era isso que ele acreditava, não exatamente porque não tivesse medo, mas porque o medo, a essa altura, já não tinha importância. Esse tipo de sensação é descrita por Ferenczi como uma reação ao trauma: dá-se uma anestesia, uma paralisia afetiva mesclada a uma sensação de poder: um indivíduo fortemente traumatizado deixa de ter medo da morte porque já se sente morto, fora do mundo, e, nesse sentido, imune ao que o mundo pode lhe causar (FERENCZI, 1934).

O confronto do governo com os jesuítas da UCA já existia desde 1976, quando o coronel do exército Armando Molina, na época, presidente da República promoveu articulações para que a iniciativa da reforma agrária fosse vetada e, portanto, extinta. O padre Ellacuria tinha escrito um editorial na revista da UCA onde apontava “... o governo cedeu, o governo se submeteu, o governo obedeceu. Depois de tantos sinais previsíveis, sinais de força e de decisão, eles finalizaram falando: ‘– Às suas ordens, meu Capital’”. Este foi o estopim para que o governo salvadorenho retirasse o apoio financeiro que repassava à faculdade e Ellacuria se tornasse um inimigo. Talvez, isso explique por que não quiseram a presença da igreja como participante dos diálogos alguns meses antes. Teria sido Ellacuria um dos representantes da igreja na mesa de negociação? Ellacuria era próximo do presidente Cristiani e da cúpula do FMLN, investindo numa solução negociada para o conflito.

Quando Galán publicou *Noviembre*, já tinham se passado 16 anos do massacre. Na entrevista com Alfredo Cristiani, já ex-presidente esse conta que assassinar os jesuítas enfraqueceu muito os militares e sua imagem internacional. Isso os obrigou a ceder e abrir mão de muitos privilégios. Assim, é provável que estas mortes tenham influenciado para que o processo da paz pudesse acontecer.

Embora, o informe da Comissão da Verdade sobre este massacre tenha apontado os militares implicados como executores e, posteriormente, condenados, esses não ficaram presos, mas foram anistiados pelo governo. Isso significa não os responsabilizar, ou seja, isso implica em um desmentido social. Essa anistia, talvez, faça sentido para uma parte da população; mas para a outra parte, ela traz um silêncio ensurdecedor.

Galán escreve nos últimos capítulos que a fé (dos jesuítas) os tinha levado até onde estavam. Nesse momento, sua história era também a história do mundo. Na última página deste romance, Galán pergunta a Andres Escobar - escritor e poeta que, além de professor da UCA, era muito próximo dos jesuítas:

“– Quando você acha que começou esta história?”

“– A história do massacre?... Eu acho” – me disse Andres que esta história não começou na ofensiva, nem em 1989, nem com a morte do Monsenhor Romero... Sinceramente, esta história deveria começar em 1950, quando um padre falou para um grupo de seminaristas e perguntou quem gostaria de ir ao seminário de São Salvador, e dois Ignacios levantaram a mão”.

Eram Ignacio Ellacuria e Ignacio Martín-Baró.

4.1 Memórias perdidas no tempo?

Entendo que o conceito de memória não é fixo e nem pode ser definido totalmente por nenhum campo do saber. Ao contrário, trata-se de um campo transdisciplinar ou, melhor ainda, um campo problemático que possibilita repensar os conceitos desde uma perspectiva ética e política (GONDAR, 2016). No final do século XX, a memória tornou-se um instrumento político na América Latina e possibilitou uma reflexão coletiva importante.

Nessa pesquisa procuramos dar ênfase às memórias traumáticas. E o que significa estudar memórias traumáticas? Pensamos que, mesmo sendo traumáticas, seu caráter é social, pois elas e são socialmente compartilhadas e construídas coletivamente? Mas poderiam elas servirem como coesão e identificação de um grupo?

Entendemos que a violência e o trauma se tornaram temas importantes para a teoria psicanalítica e para a memória social. Na carta de Einstein a Freud, o cientista pergunta ao psicanalista: “Existe alguma forma de livrar a humanidade da ameaça de guerra?...”. Freud aponta que “a violência não é natural”. Para ele, a agressividade é inerente ao indivíduo, mas não a violência. Esta é construída nas relações sociais, entendidas como relações de poder.

A respeito da memória, gostaria de me apoiar também no pensamento de Beatriz Sarlo, escritora e crítica literária argentina, reconhecida como pesquisadora de estudos culturais com uma interface importante com a literatura. Ela propõe que o passado pode se expressar ao ser relatado (SARLO, 2006, p. 23). Para Sarlo o tempo da lembrança é o presente, logo, é o presente que informa e marca nossa lembrança, isto é, expressamos a lembrança no presente. Por outro lado, a autora aborda uma “mania preservacionista” da nossa época, que tem se orientado pela memória dos excluídos e/ou derrotados e se identificado com culturas silenciadas. No campo da memória, isso conduziu a novas metodologias de abordagem, e é aqui, também, que se abre uma brecha importante para o estudo do testemunho que citamos anteriormente. Sarlo fala sobre a “verdade da subjetividade”, mais ligada à história oral como trabalho de narrativas em primeira pessoa, porém, com o cuidado de questionar e inquirir as fontes. Sarlo nos localiza

nesse tempo presente e, principalmente, no que ela chama de uma história de grande circulação ou, talvez, uma história não acadêmica. O “dever da memória” era uma posição da sociedade Argentina após a ditadura. Contudo, criticar a memória não significa estimular o esquecimento, mas reconhecer que o testemunho pode ser uma fonte importante. São narrativas em primeira pessoa, que é o que ela chama de guinada subjetiva e, também, de razão do sujeito.

No capítulo dois do seu livro, ela aponta questões que ajudam nesta dissertação quando se pergunta:

¿Que relato de la experiencia está en condiciones de evadir la contradicción entre la *fijeza* de la puesta em discurso y la movilidad de lo vivido? ¿La experiencia se disuelve o se conserva em el relato? ¿El relato, en lugar de re-vivir la experiencia, es una forma de aniquilarla forzándola a responder a una convención? (SARLO, 2006, p. 27).

Sarlo propõe pensar se haveria contradição entre a expressão da experiência, a própria experiência e sua expressão na forma de discurso. Quando estamos elaborando um discurso sobre a experiência, estamos tendo fidelidade a esta experiência, ou estamos informando e formatando essa experiência com a lógica do discurso e do discurso que se expressa no tempo presente? Esta é a tensão entre a experiência e o relato da experiência que Sarlo propõe; todavia, não existe experiência sem narração. Mas a autora admite que isso não significa que se eliminem os problemas que ela levanta: será que o discurso sobre a experiência é fiel à experiência? Ela mostra como é complicada a ideia de que o narrador é capaz de narrar uma experiência do passado fiel ao seu referencial.

“Não há sujeito exterior ao texto” (SARLO, 2006), portanto, não há uma relação verificável entre o eu do texto e o eu da experiência. Não devemos tomar as narrações em primeira pessoa como ícones de verdade; com isso, não dizemos que o narrador mente, e sim que podemos considerar que a verdade de a narração em primeira pessoa não está livre de críticas. As críticas não incidem sobre as intenções do narrador, mas sobre a possibilidade de estabelecer um discurso que seja equivalente ao referencial vivido.

O que Sarlo levanta é o lugar que as narrativas em primeira pessoa ocupam e passaram a ocupar nas últimas décadas. Discute como elas emergem e como tiveram um papel muito fundamental na denúncia de crimes de Estado. Entre elas, a referência máxima é o holocausto, mas essas narrativas são muito importantes também com relação às ditaduras latino-americanas, que puderam ser julgadas a partir de “testimonios” em primeira pessoa. Assim, não se trata de deslegitimar estas testemunhas, mas de perguntar se estes testemunhos que circulam

na cena pública teriam estatuto superior a outras narrativas sobre o passado quando se trata de reconstruir a história de maneira acadêmica.

A modernidade no século XIX duvidou das possibilidades da narrativa em primeira pessoa. O que aconteceu foi, que na pós-modernidade, esta narrativa testemunhal ganhou, segundo ela, um lugar cristalizado e sacralizado. Sua referência é o Holocausto e os testemunhos do terrorismo de Estado na Argentina; a partir disso Sarlo apresenta uma discussão sobre o lugar público, jurídico e histórico do testemunho como uma forma de reconstituir o passado. Para ela, o Holocausto teria estabelecido um modelo para as narrativas em primeira pessoa, quando escreve “... *se já não é possível sustentar uma verdade, florescem em contrapartida verdades subjetivas que afirmam saber aquilo que, há três décadas atrás, se considerava oculto pela ideologia ou oculto em processos pouco acessíveis à introspecção e à memória, ganharam um estatuto irrefutável*”.

Sarlo questiona a legitimidade dos usos culturais, políticos e jurídicos que se fazem sobre estes relatos no presente, como uma síntese histórica. Todavia, no caso do *Noviembre*, está presente, necessariamente, a primeira pessoa no testemunho; trata-se, sim, da busca de uma verdade histórica através de testemunhos de outros agentes históricos. O próprio Castellanos Moya (1993), num dos seus ensaios, escreve: “Una izquierda que busque renovarse, que se plantee como proyecto libertario, debería entender que la ficción es una rica fuente de conocimiento y proyección nacional, y que – como sostiene Mario Vargas Llosa – ‘la literatura no describe los países: los inventa’” (1993, p. 67).

Assim, considero que *Noviembre*, de Jorge Galán é, no gênero literatura de testemunho, uma contribuição que amplia seu entendimento e sua função e/ou impacto na realidade. Sendo considerada uma obra literária, tornou-se um documento para o julgamento dos autores do assassinato dos jesuítas e suas auxiliares para a corte da Espanha julgar o único militar que foi condenado à prisão por este massacre.

A participação no combate não pode ser o único critério legitimador da verdade, pois a memória social da guerra perpassa toda a sociedade. Se, num passado recente, foi adjudicado ao testemunho a função de preencher o vazio histórico e cultural, podemos localizar na década de 1980, o surgimento de uma produção literária que evidencia um ressurgimento e, mais precisamente, uma “arte de ficcionar” (MOYA, 1993).

Isto é uma questão do nosso tempo, ela aparece hoje de forma muito diferente da abordagem que era feita sobre a memória social no início do século XX. Nesse período, os pesquisadores estavam mais preocupados em pensar a memória como um fenômeno social, mas não como forma de testemunho. Trabalhando a memória no cenário contemporâneo, Sarlo trata

da retórica testemunhal como uma marca do estatuto da memória. Sem dúvida, as narrativas em primeira pessoa e a literatura de testemunho foram importantes numa época de genocídios e ditaduras, quando se mostraram indispensáveis para uma restauração do que Sarlo chama de “esfera pública de direitos”. No capítulo três do texto de Sarlo, ela se pergunta “*O que caracterizaria os relatos testemunhais?*” Aponta que neles existe uma verdade interna ao discurso; isso porque o discurso testemunhal não tem espaço para o contraditório. É um discurso que pretende preencher o vazio do passado a partir da pessoa que relata, e essa é uma de suas principais características. Uma outra característica do discurso testemunhal é que a presente marca sempre o discurso sobre o passado; a verdade que é dita hoje é informada pelas condições em que ela é expressa no presente, ou seja, pela própria condição de transmissão do discurso hoje.

Sarlo escreve que os relatos testemunhais possuem uma profusão de detalhes, e são os detalhes que confirmam o próprio relato, pois não há espaço para a ausência: o relato testemunhal é um relato que se pretende completo. Para ela, trata-se de uma forma narrativa que evita dispersão de sentido, Sarlo caracteriza estes relatos num modo denominado “realista romântico”. Realista, porque é feito em primeira pessoa e apresenta uma dimensão elevada de subjetividade, de certeza. Mas, se eles são fundamentais para compreender o passado, eles não são suficientes para explicar o passado. Pois, explicar o passado no texto é renunciar a uma interpretação unívoca, isto é, explicar o passado é abrir um leque de hipóteses.

Jurídica e moralmente, o testemunho não é questionável, mas como um relato sobre o passado ele deve ser questionado. Ele é reflexo de uma maneira de pensar, e possui uma densidade político ideológica da época em que os eventos aconteceram. Uma narrativa em primeira pessoa é incapaz de dar conta de todo esse universo intelectual ideológico. É uma narrativa referida às experiências e às memórias das experiências do sujeito que narra.

Com tudo isso, os testemunhos de violência são insubstituíveis para reconstituir o passado e constituem uma questão que marca nossa época. Constituem um lugar privilegiado em nosso tempo, trazendo consigo um dever de memória que é um dever coletivo sobre o que não deve ser esquecido, ao mesmo tempo em que aponta para uma política da memória como obrigação do Estado. O debate do que deve ou não ser esquecido e do que é imprescindível não esquecer, é sempre uma fonte de conflito. Porém, é importante debater o passado, mesmo se sabendo da dificuldade de legislar sobre ele. Contudo, é preciso admitir que alguns passados não podem ser esquecidos, principalmente, os passados traumáticos.

Outro autor importante relacionado à memória social neste estudo é Michael Pollak, sociólogo com uma abordagem peculiar sobre a memória. Um conceito importante produzido

por ele é o de memórias subterrâneas (1989). Trata-se de uma abordagem que muda a perspectiva que, tradicionalmente, esteve apresentada nos estudos de memória social a partir de Halbwachs (2006). Uma diferença importante entre ambos reside no fato de que Pollak dá atenção para grupos excluídos e, assim, o conceito de memórias subterrâneas toma sentido na perspectiva de memórias que não são reconhecidas. Este conceito não foi totalmente desenvolvido por Pollak, mas tem sido muito utilizado em pesquisas que valorizam a perspectiva histórica dos vencidos, pois dá sentido às pesquisas sobre minorias excluídas e se contrapõe ao que se conhece como memória oficial, memória imposta sob o ponto de vista do Estado.

Memórias subterrâneas podem ser entendidas como memórias que podem surgir e irromper em determinados momentos da história; portanto, são memórias que promovem a instabilidade. Pollak usa referências que justificam e dão sentido a essa abordagem da memória, e se debruça sobre o modo como estas memórias emergem ou invadem o espaço público como memórias mais silenciadas do que esquecidas. Isso ajuda a entender o cenário social e político destas memórias como uma gestão do silêncio e/ou de resistência que dependem de um momento político para que elas tenham maior ou menor impacto na sociedade.

Pollak se preocupava em interpretar esses silêncios através de pesquisas com testemunhos. Chamava a atenção para o que se fala e para o que não se quer falar; esses últimos compreendem formas diversas de silenciamento, que ele nomeia como o não dito, o silenciado, o esquecido, o recalcado. Existe um silêncio relacionado a situações extremas que se torna um pacto de esquecimento para uma vítima de trauma e Pollak busca entender como é possível se relatar o silêncio nessas situações limite. Segundo ele, o não dito se torna uma maneira de “organizar o distanciamento daquilo que não pode ser colocado a distância” (Pollak, 1989).

4.2 *El Mozote: um exemplo da memória social*

El once de diciembre del año de 1981 llegó una gran cantidad de soldados del ejército. Entraron como a las seis de la tarde y nos encerraron. A los otros los sacaron de las casas y los tendieron en las calles boca abajo, incluso a los niños, y les quitaron todo: los collares, el dinero.

(Testimonio de Rufina Amaya - em *Luciérnagas em el Mozote*, El Salvador: Museo de la Palabra y la Imagen, 2008).

O lugar chamado “El Mozote” é um lugarejo no norte de El Salvador, muito próximo à fronteira com Honduras, sua população era predominantemente de trabalhadores rurais. Ali houve um massacre por parte do exército, que assassinou a população inteira do local. O exército obrigou toda a população a sair das suas casas e formar um fila de homens e outra de mulheres. Rufina Amaya era a última fila de 22 mulheres e estava com seus quatro filhos, um menino de nove anos, duas meninas de cinco e três anos e uma bebê de oito meses. O exército tirou os filhos de Rufina e de todas as mulheres e os levou para outro local, enquanto as mulheres choravam e se abraçavam, inclusive Rufina. As mulheres começaram a rezar e Rufina se ajoelhou, mas, quando levantou a cabeça viu que a fila tinha andado e ela tinha ficado sozinha; tentando escapar, se jogou no chão, foi se arrastando e ficou escondida atrás de um pé de maçã. Nesta posição, permaneceu mais de vinte e quatro horas, e, desse modo, se tornou a única testemunha de uma ação estratégica do exército de exterminar os grupos de guerrilheiros organizados na zona ocidente do país¹⁸.

Assim, Rufina, testemunhou quando o exército assassinou todas as mulheres do seu grupo e, também, o assassinato dos homens e o sequestro das mulheres mais jovens, que eram levadas para outro local fora do povoado. Após três horas escondida, Rufina constatou que tinham matado todas as mulheres que moravam no local. Ela escutou quando os soldados disseram “– Já matamos todos os mais velhos, só ficaram este montão de crianças que estão encerradas na igreja, algumas crianças são muito bonitas, o que vamos fazer?”, outro soldado respondeu a quem tinha perguntado: “– Não gostaria de matar crianças, mas nossa missão é não deixar ninguém, pois todos são colaboradores da guerrilha”; outro soldado ainda falou: “– Se já terminaram de matar os mais velhos vão tacar fogo neles”.

Horas depois, Rufina começou a escutar os gritos das crianças que gritavam: “– Mãe, estão nos matando.”; “– Mãe, estão nos enforcando”; “– Mãe, estão nos enfiando uma faca!”. Rufina escutava tudo, refletia e pensava que ela, também, ia morrer, mas tentava amenizar ou dar sentido ao que estava testemunhando, pensava que, talvez, as crianças estavam com medo e, por isso, choravam, que, talvez, não os matariam, que os levariam e que, algum dia, os veria

¹⁸ Era onde o exército tinha muitas limitações nos combates, pois é uma área de montanhas e os grupos de combatentes conheciam muito bem o lugar.

novamente em outro lugar. Antes de Rufina começar a pensar como sair do seu precário esconderijo, pensou: “– Dios mio, me é liberado de aqui y si me tiro a morir no habrá quién cuente esta história, no queda nadie más que yo!”. Rufina foi encontrada, oito dias depois, por moradores de outros povoados que tinham se refugiado no meio do mato e aos quinze dias do massacre ela deu a primeira entrevista para observadores internacionais. Foi protegida e conduzida para um campo de refugiados de vítimas da guerra e, aí, ficou muitos anos tentando recuperar e cuidar da sua memória junto com os outros moradores do acampamento. Perdeu sua casa, seu povoado, seus vizinhos, seu quatro filhos e seu companheiro e teve outra filha, no período que morou com outras pessoas refugiadas. Rufina Amaya faleceu no dia seis de março de 2007.

O livro *Luciérnagas em El Mozote* (2008) consiste na compilação do testemunho de Rufina Amaya, colhido pelo jornalista Mark Danner. Trata-se de uma referência importante no tema da memória social e das repressões e desapareções na América Central. Editado pela primeira vez em 1995, o texto narra e analisa o massacre de toda a população de uma comunidade chamada El Mozote perpetrado pelo Batalhão Atlacatl, batalhão especializado e treinado pelos Estado Unidos, durante o mês de dezembro de 1981.

A memória do massacre é recuperada a partir do relato de Rufina, sua única sobrevivente. Durante muitos anos, ela denunciou o extermínio de toda a população do lugar, incluindo o assassinato do seu companheiro e seus quatro filhos, mas seu relato não foi atendido nem reconhecido pelas instâncias do governo, nem por órgãos internacionais. Seu depoimento só foi aceito em 1992, onze anos depois do fato. No mesmo ano, a Unidade de Antropologia Forense da Argentina exumou os restos mortais de 143 crianças, provando com isto que o massacre tinha ocorrido em 1981. Este documento tem muito valor para mostrar as alianças e o pacto de silêncio entre o poder econômico, os partidos políticos e a hierarquia militar em El Salvador. Em janeiro de 2012, o governo de El Salvador reconheceu a participação do Estado no massacre do El Mozote. Da mesma maneira, em maio de 2012, o governo iniciou um censo oficial das vítimas do massacre, com o objetivo de reconstruir a memória histórica de El Salvador. Como conclui o epílogo desse documento, “Da memória nasce a esperança”.

Fica claro, a partir do exemplo de El Mozote, o quanto a memória envolve uma disputa de poder. O “trabalho de memória” se dá quando aquela experiência tem um sentido ou um lugar numa configuração social determinada; ali se cava um espaço, uma brecha para trazer a experiência individual.

Memória social é um conceito, mas também um instrumento de poder em disputa. Como conceito, ela tem uma história que se origina na segunda metade do século XX. Mas, possui

implicações políticas. Quando dá a abertura a um passado compartilhado, uma circunstância política aparece e exige reconhecimento ou reparação. Como o exemplo das crianças que foram roubadas durante a guerra: politicamente, a abertura desse passado conduz a ações de reparação das vítimas. Essa origem simultaneamente histórica e política serve para grupos que querem fortalecer uma memória pacífica e de conciliação (memória nacional, festas nacionais). Isso se mostra na América Latina, na segunda metade do séc. XX, dando lugar às denúncias feitas pelas vítimas, mas, levando em conta o campo de disputas que a memória envolve, é preciso admitir o quanto ela também pode ser usada para fortalecer os perpetradores.

Para Pollak (1989), a memória se estrutura em diferentes hierarquias e classificações comuns ao grupo. Essas hierarquias e classificações o diferenciam dos outros, fundamentando e reforçando os sentimentos de pertencimento e de fronteiras socioculturais. Em resumo: a memória é socialmente compartilhada. Aqui Pollak se aproxima de memória coletiva de Halbwachs. A diferença é que para Halbwachs a memória nacional é um elemento de coesão, mas após a segunda guerra mundial e nos anos 50 e 60, outros autores vão enfatizar o fato de que a memória deixa de ser coesão para se tornar disputa.

Nesta pesquisa, pensamos as memórias socialmente compartilhadas como um campo de disputa e não como um laço unificador. Essa memória vai ganhar várias dimensões: uma é a lembrança, outra é o silêncio, outra é o esquecimento e outra é a transmissão. No massacre do El Mozote, descrito anteriormente, não existiram falas, mas podemos refletir como se encontram presentes estas múltiplas dimensões da memória. A partir dos estudos do Pollak, a memória deixa de reduzir-se à dimensão da lembrança, pois o silêncio é uma forma de memória, o esquecimento é uma forma de memória. As diversas dimensões da memória - lembrança, silêncio e esquecimento - envolvem processos de transmissão. Podem ser transmitidas de maneira oral, e nesse caso estamos falando da dimensão da lembrança. Só podemos contar uma história se lembramos dela; entretanto, podemos não lembrar de uma história não por não a ter vivido, mas por tê-la esquecido.

Não é apenas a lembrança que pode ser transmitida, mas também o silêncio. Há um campo de pesquisas atual denominado “transmissão transgeracional do trauma”, no qual psicanalistas e historiadores apontam que existem hábitos, costumes, maneiras de se comportar que são herdados geracionalmente; eles têm a ver com experiências vividas por gerações anteriores, mas que não foram contadas e, ainda assim, são transmitidas como um vazio, um segredo carregado pelas gerações posteriores.

Assim, podemos entender que a literatura de testemunho do pós-guerra e a estética do cinismo como parte de uma disputa em andamento no campo da memória social, campo que

envolve necessariamente poder, muitas vezes violência, e algumas vezes traumas provocados pelo desmentido da violência exercida. É nesse cenário que tem se produzido a memória social em El Salvador.

E PARA NÃO CONCLUIR OU ...DESPEDIR A REVOLUÇÃO OU A ARTE DE FICCIONAR?

“Temo estar abusando de seu interesse, que, afinal, diz respeito à prevenção da guerra, não a nossas teorias. No entanto, gostaria de me deter um instante em nossa pulsão destrutiva, cuja popularidade não se iguala, de forma alguma, à sua importância”.

(Sigmund Freud em carta a Albert Einstein, 1932).

Entendemos que a literatura do pós-guerra nos faz pensar que na narrativa se dá uma dura crítica aos efeitos de uma política neoliberal que não ajuda a melhorar a qualidade de vida das pessoas, nem a eliminar a pobreza.

A cultura em El Salvador se encaminhou para um período no qual não houve triunfo da revolução e, após a assinatura dos acordos de paz, não houve elaboração do ocorrido, elaboração que permitiria criar as bases de uma mudança cultural e política para um novo período histórico. A literatura do pós-guerra, como uma prática de luta pela libertação, constituiu-se, para a crítica literária, o lugar possível de expressão e elaboração do subalterno.

A ideia de luta armada, de revolução do povo como concepção dogmática do político provocou rupturas significativas nos discursos, nas práticas sociais e intelectuais latino-americanas. Especificamente em El Salvador, essa tendência esteve marcada por ambiguidades, como apontou Cortez (2010). No campo literário, as novelas que apresentamos promoveram rupturas muito peculiares. A novela *Asco* rompe com a narrativa revolucionária das décadas de 1960 e 1970, nas quais dominava a produção de textos testemunhais e narrativas revolucionárias. Esta novela consegue separar a ação revolucionária da criação artística.

E, de repente, a guerra acabou, vieram os acordos de paz, mas não o triunfo da revolução, como na Nicarágua, onde todo um povo lutou contra um ditador – Anastasio Somoza Debayle.

O que vivenciamos em El Salvador foi o triunfo da negociação, e não da revolução.

Como lembrar de uma guerra de mais de dez anos?

Como esquecer de uma guerra de mais de dez anos?

Quando foram assinados os acordos de paz no México, em janeiro de 1992, com transmissão ao vivo de todos os canais de TV, o presidente Cristiani usou a frase “– Não há

vencedores, nem vencidos”. Esta também foi a frase que usou o representante da guerrilha em seu discurso.

Se, militarmente, não houve vencedores, nem vencidos, ideologicamente sim, houve vencedores, pois, como já mostramos aqui, a utopia socialista da guerrilha e de tantos simpatizantes acabou, e a literatura de um pós-guerra mostra seu “asco”. Esta “vitória”, talvez, seja vivenciada por quem sente a perda desse ideal e, também, pelos que não a possuem vivendo num país depois da guerra; uma vitória que é uma farsa, como mostra a literatura.

Os personagens de Castellanos Moya e Jorge Galán lidam com a memória da guerra de maneira muito peculiar: eles sabem, e eles sabem que sabem, mas não podem provar ou não querem provar. Isso está presente na narrativa de *Noviembre*, mostrando que a arte reflete o melhor e o pior da vida. Um governo norte americano, através da sua política externa, financia ações armadas; logo se empenha em apoiar uma saída política para o conflito e, no caso do massacre dos jesuítas, se disponibiliza a proteger a única testemunha que presenciou o massacre; mas quando a testemunha chega nos Estados Unidos, é impedida de ficar onde tinha sido combinado – em residências de jesuítas naquele país – e é levada por agentes no governo para ficar incomunicável, não sendo possível ter acesso ao seu testemunho do crime de guerra.

Manobras de política externa?

São nuances que ficam sem explicação, surgindo um clima de desencanto, como mostrou Beatriz Cortez, a partir de um desmentido social, de acordo com Sándor Ferenczi, produzindo o fatalismo como um destino único para os mais vulneráveis do continente, como sustenta Ignacio Martín-Baró.

Freud (1920) designou como traumáticas quaisquer excitações provindas de fora que sejam suficientemente poderosas para atravessar o escudo protetor. O efeito subjetivo disso é a paralisação, como se houvesse uma paralisação no tempo. Para Ferenczi, como vimos, este efeito é potencializado a partir de violências que não são reconhecidas como tais, ou seja, a partir de violências desmentidas.

Um dos objetivos deste trabalho foi o de mostrar o efeito do trauma no campo social, questionando se a guerra valeu a pena, apontando como se vive com a impunidade dos crimes que foram cometidos. As pessoas impactadas pela guerra foram vítimas duas vezes: quando sofreram brutalmente pelo braço repressivo do Estado e após a guerra, quando se tornam impotentes, vendo seus algozes escaparem da justiça e levando uma vida sem problemas. Esse foi o desmentido social e, talvez, o trauma maior. Foram assinados os acordos de paz, mas, não se reconheceu nem se responsabilizou os culpados.

Castellanos Moya, com seu personagem, nos mostra abertamente que, no pós-guerra, a memória é vivida como uma herança maldita que deve ser eliminada e atacada como se fosse uma farsa. Podemos dizer que, nesse caso, é o trauma que ocupa o lugar da memória: uma memória traumática.

Foi emblemático que, no meio da elaboração desta dissertação, no aniversário dos acordos de paz deste ano, em 16 de janeiro de 2022, o presidente Nayib Bukele tenha usado a palavra “farsa” para se referir aos acordos de paz. Bukele criou um decreto para mudar a denominação desta data: em vez de “aniversário dos acordos de paz” passou-se a chamar “dia nacional das vítimas do conflito armado”. Este gesto confirma a importância do fortalecimento da política da memória deste país. Reconhece-se, assim, a memória como um patrimônio que deve ser valorizado, principalmente para as novas gerações. A mudança da denominação da data indica já um nível de elaboração do trauma, um reconhecimento de que não se pode passar por cima da violência exercida. Para esse reconhecimento, a literatura do pós-guerra teve uma função que não deve ser desprezada.

Finalmente, não é novidade reconhecer que na arte se reflete a história, assim como os processos inconscientes, segundo a psicanálise. Assim, as artes podem ser um caminho para elaborar os traumas sociais. Estamos num momento em que os acordos de paz foram assinados há mais de trinta anos. A literatura do pós-guerra permite uma transição sem tempo definido para que a experiência vivida não fique paralisada no tempo, mas possa ser integrada aos processos subjetivos das vítimas mais afetadas pela guerra. Desse modo, essas experiências se tornam parte legítima da memória social salvadorenha, estimulando o debate com os mais jovens, na atualidade, sobre o que representa termos vivido um período tão duro na história do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHUGAR, Hugo. **Planeta sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

AMAYA, Rufina; DANNER, Mark & CONSALVI, Carlos Henriquez. **Luciernagas en el Mozote**. El Salvador: Ediciones Museo de la Palabra y la Imagen, 2008.

ANDERSON, Thomas. **El Salvador 1932. Los sucesos políticos**. Costa Rica: EDUCA, 1976.

ANTONELLO, Diego Frichs. **Trauma, Memória e Escrita: uma articulação entre a literatura de testemunho e a psicanálise**. Tese - Doutorado em Memória Social UNIRIO/CCH/Programa de Pós-graduação em Memória Social, 158 f. Rio de Janeiro, 2016.

ANTONELLO, D. F.; HERZOG, R.. *A memória na obra freudiana, para além da representação*. In: **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. Rio de Janeiro, 64, p. 111-121, 2012.

ANTONELLO, D. F.; HERZOG, R. *Trauma, Memória e Figurabilidade na literatura de testemunho*. 1ª edição. Curitiba. Appris, 2020.

BASILE, Teresa (org.). **Literatura y Violencia. En la narrativa Latinoamericana reciente**. Argentina: Universidad Nacional de La Plata, 2015.

BERNHARD, Thomas. **Extinção: uma derrocada**. MACEDO, José Mariani de (Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BROWNING, David. *El Salvador la tierra y el hombre*. **Colección Biblioteca Popular**. San Salvador, El Salvador: Dirección de Publicaciones e Impresos, Concultura, 1998.

CARDENAL, Ana Sofia. *Élites agrarias, estructura economica y transición hacia la democracia en El Salvador*. Funció Cidob. Afers internacionals, n.º 34 – 35, p. 125 – 147.

CARDENAL, **Biografías de los mártires UCA**. Disponível em: <https://uca.edu.sv/biografias-de-los-martires-uca/>. Acesso em: 06/06/2022

CASTRO, L. López Salazar, O. (org.) **Antología del pensamiento crítico salvadoreño contemporáneo**. Buenos Aires. Clacso, 2018.

CORTEZ, Beatriz. **Estética Del Cinismo: Pasión Y El Desencanto En La Literatura Centroamericana De Posguerra**. Guatemala: F&G Editores, 2010.

DALTON, Roque. “Todos”. In **Las historias prohibidas del pulgarcito**. San Salvador: UCA Editores, 1988, p. 24.

DÍAZ-GUERRERO, Rogelio. **Psicología del Mexicano**. México, DF: Trillas, 1985.

FARIAS, F., Friedl, F. *Uma articulação entre o conceito de trauma e o de memória social: a elaboração da experiência traumática*. In: **Psicanálise & Barroco em revista**. v.10, n.º 2. p. 18-41, dez. 2012.

FERENCZI, Sándor. *Confusão de língua entre os adultos e a criança*. **Obras Completas de Sándor Ferenczi, Psicanálise 4**. São Paulo: Martins Fontes. 2011. (Originalmente publicado em 1993).

FERENCZI, Sándor. **Sin simpatía no hay curación. El diario clínico de 1932**. Madrid: Amorrortu Editores. 1997.

FIGUEIREDO, Eurídice. *Um Romance de Geração: O fantasma de Luis Bunuel, de Maria José Silveira*. In: GOMES, G. M. (Org.) **Narrativas Brasileiras Contemporâneas. Memórias na Repressão**. Porto Alegre: Polifonia, 2020.

FREUD, Sigmund. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 24 vol., Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. **Carta 52**, Vol. I, p. 281 -287. (1896 -1950).

FREUD, Sigmund. **Além do princípio do Prazer**. Vol. XVIII. 1920. p. 13-75.

FREUD, Sigmund. **Estudos Sobre a Histeria**. Vol. II. 1893.

GALÁN, J. **Noviembre. La novela de sobre la masacre de los jesuitas que conmocionó al mundo.** México: Editora Planeta Mexicana, 2015.

GALÁN, J. **Medianoche del mundo.** XVI Prêmio Casa de América de Poesia Americana. Madrid: Visor de Poesia, 2016.

GALEAS, M. **Noviembre Sangriento.** El Salvador Ebooks, 2016.

GARCIA-ROZA. L. A. **Introdução à metapsicologia freudiana 1.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1991.

GONDAR, Jô. *Ferenczi como pensador político.* In: **Cadernos de Psicanálise**, v. 34, n.º 27, p. 193 – 210. Rio de Janeiro, 2012.

GONDAR, Jô. *Cinco proposições sobre memória social.* In: **Por que memória social?** Vera Dodebei, Francisco R. de Farias, Jô Gondar (Org.) – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Híbrida, 2016. (Revista Morpheus: estudos interdisciplinares em Memória Social: edição especial, ISSN 1676-2924; v.9, n.15).

GONDAR, Jô. & Dodebei, Vera. **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

GONDAR, Jô & SCHUELER, Eliana. *Ferenczi como pensador político.* In: **Com Ferenczi: clínica, subjetivação, política.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

GUTERMAN, Marcos. **Nazistas entre nós: a trajetória dos oficiais de Hitler depois da guerra.** São Paulo: Contexto, 2016.

HALBWACHS, Maurice. **Memória individual e memória coletiva.** In: HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2008, p. 29-70.

HANNS, Luiz Alberto. **Dicionário comentado do alemão de Freud**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1996.

HOBBSBAWM, Eric. **A era das revoluções, 1789 – 1848**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2015.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HUYSSSEN, Andreas. **Políticas de Memória no Nosso Tempo**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2014.

KUPERMANN, Daniel. **Por que Ferenczi?** São Paulo: Zagodoni, 2019.

LAPLANCHE, Jean ; PONTALIS, Jean-Bertrand Lefebvre. **Vocabulário de Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. SP Editora da Unicamp, 1990.

MACKENBACH, Werner. *El testimonio centroamericano contemporáneo entre la epopeya y la parodia*. **Revista Kamchatka**. 6 de diciembre de 2015, p. 409-434. Costa Rica.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Acción e ideología. Psicología social desde Centroamerica**. San Salvador: UCA, 1983.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio (org.). **Psicología Social de la guerra**. San Salvador: UCA Editores 1990.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. *La violencia política y la guerra como causas del trauma psicosocial en El Salvador*. **Revista de Psicología de El Salvador**, 1988. VII, n.º 28, 123-141 UCA, San Salvador, El Salvador, Centro América.

MARTÍNEZ, F. **Trauma, cultura e historia: reflexiones interdisciplinarias para el nuevo milenio**. Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia. Facultad de Ciências Humanas. Centro de Estúdios Sociales, 2011.

MARTINS & LACERDA Jr. **Contribuição de Martín-baró para o estudo da violência** *Psicologia Política*. V. 14. n.º 31. pp. 569-589. Set./Dez. 2014.

MENCHÚ, Rigoberta. **Me llamo Rigoberta Menchú y así me nacio la consciencia por Elisabeth Burgos**. México: Siglo Veintiuno editores, 1985.

MONTGOMERY, Tommie Sue. **A revolução salvadorenha: da revolução à reforma**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

MONTGOMERY, Tommie Sue. **Revolution in El Salvador: From Civil Strife To Civil Peace**. 2ª Edition. New York London: Routledge Taylor and Francis Group, 1995.

MONTOBBIO, Manuel. **La metamorfosis del pulgarcito. Transición política y proceso de paz en El Salvador**. Barcelona: Icaria, 1999.

MOYA, Horacio Castellanos. **Breves palabras impúdicas**. 2010.

MOYA, Horacio Castellanos. **Asco: Thomas Bernhard em San Salvador**. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

MOYA, Horacio Castellanos. **Recuento de incertidumbres: cultura y transición en El Salvador**. San Salvador: Editorial Tendencias, 1993.

NESTROVSKI, Márcio & SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Catástrofe e representação**. São Paulo: Escuta, 2000.

ORTEGA, Francisco. **Trauma, cultura e história: reflexiones interdisciplinarias para el nuevo milênio**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2011.

ORTIZ Wallner, A.. “Claudia Hernández – Por una poética de la prosa en tiempos violentos”.
Revista Lejanta.

ORTIZ Wallner, A.. **Revista Crítica de Narrativa Breve.** n.º 6 (2013) Universidad Eötvös Loránd, Budapest.

ORTIZ Wallner, A.. *Horacio Castellanos Moya y Rodrigo Rey Rosa: los pre-textos de la literatura y su paradoja.* In: **El Caribe como paradigma. Convivencias y coincidencias históricas, culturales y estéticas.** Un simposio transreal. Berlin - Postdam Universität Edition tranvía , 2012.

ORTIZ Wallner, A.. **Narrativas centroamericanas de posguerra: problemas de la constitución de una categoría de periodización literaria.** **Revista Iberoamericana.** América Latina – España – Portugal. **Ensayos sobre letras, historia y sociedad.** Notas Resenhas Iberoamericanas. Ano V. 2005. n.º 19, Nueva época, Septiembre de 2005.

ORTIZ Wallner, A.. **Literatura y Violencia. Para una lectura de Horacio Castellanos Moya.** Università Cattolica – Largo Gemelli, Milano, 2007.

PERALTA, S. *Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica.* In: **Revista Arquivos da Memória Lisboa,** n.º 2. Nova Série. 2007.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio.* **Revista estudos históricos,** v. 2, n.º 3, p. 3-15, 1989.

RAMA, Angel. **La Ciudad Letrada.** Montevideo. Arca, 1998.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Dicionário de Psicanálise.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SADER, Emir (org.). Latinoamericana. **Enciclopédia contemporânea de América Latina e do Caribe.** São Paulo: Boitempo, 2006.

SALAZAR, José Miguel, *El latinoamericanismo como una idea política.* In: MONTEIRO, Maritza (Org.) **Psicología Política Latinoamericana.** Caracas: Panapo, 1987.

SANCHO Cienfuegos E.. **El Conflicto Armado en El Salvador**. In: MARTÍNEZ, Penate O. (org.). **El Salvador: Historia General**. San Salvador: Nuevo Enfoque, 2012.

SANFELIPPO, L. **Trauma. Un estudio histórico en torno a Sigmund Freud**. Buenos Aires: Mino y Davila Editores.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado. Cultura da Memória e Guinada Subjetiva**. São Paulo: Companhia da Letras; Belo Horizonte, UFMG, 2007.

SARMIENTO, I. **Claudia Hernández y la escritura de la precariedad**. Boletín AFEHC 69. Abril-Junio 2016.

SELIGMANN-SILVA, M. **História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

SELIGMANN-SILVA, M. *História como trauma*. In: NESTROVSKI, A. (org.). **Catástrofe e representação**. São Paulo: Escuta, 2000.

SELIGMANN-SILVA, M. *Reflexões sobre a memória, A história e o esquecimento*. In: SELIGMANN-SILVA, M. (org.). **História, memória, literatura**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

SELIGMANN-SILVA, M. *Escrituras das histórias e da memória*. In: SELIGMANN-SILVA, M. (org.). **Palavra e imagem: memória e escritura**. Chapecó: Argos, 2006.

SILVA, Rosane Neves da. **A invenção da Psicologia Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SOLANO, Sindy Mora. *Luciernagas en el Mozote (Resenha)*. **Anuario de Estudios Centroamericanos**. Universidad de Costa Rica, 38: 379-380, 2012.

TAVARES, Flávio. **Memórias do Esquecimento – os segredos dos porões da ditadura**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

TEFEL, Reinaldo Antonio. **El infierno de los pobres. Diagnóstico sociológico de los barrios marginales de Managua.** Managua: Ediciones El pez y la serpiente, 1972.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. *Complexidade e pesquisa interdisciplinar. Epistemologia e metodologia operativa.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

WALLNER, Alexandra Ortiz. *Transiciones democrática / transiciones literarias: Sobre la novela centroamericana de posguerra.* In: **Istmo 4 Revista virtual de estudios y culturales Centroamericanos.** Universidad de Costa Rica, 2002.

WHITFIELD, Teresa. **Pagando el precio: Ignacio Ellacuría y el asesinato de los jesuitas en El Salvador.** San Salvador, El Salvador: UCA Editores, 1998.

ZAMORA, M. **Los Ofendidos (The Offended).** Direção de Marcela Zamora. Documentário produzido por El Faro e Kino Glaz Film, coprodução com Argos and Caravana com financiamento de ICCOS Cooperação e Reino dos Países Baixos, 2016.